

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

FABIANA DE OLIVEIRA MACIEL ROCHA

**O QUILOMBISMO DE ABDIAS NASCIMENTO: Fundamentos Para uma
Educação Antirracista**

SÃO CARLOS

2021

FABIANA DE OLIVEIRA MACIEL ROCHA

**O QUILOMBISMO DE ABDIAS NASCIMENTO:
Fundamentos para uma Educação Antirracista**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos na linha de pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Ana Cristina Juvenal da Cruz

SÃO CARLOS

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da Candidata Fabiana de Oliveira Maciel Rocha, realizada em 27 de outubro de 2021

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz (UFSCar)

Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues (UFSCar)

Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello (UNIFESP)

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código do financiamento 001

O relatório de Defesa assinado pelos membros da comissão julgadora encontra-se arquivado junto ao programa de Pós-graduação em Educação.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho Joaquim que tem sido minha luz e inspiração de força para cada conquista. É tudo por nós, meu amor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, mulher que me deu a vida e que lutou tantas batalhas para que hoje eu pudesse ser quem sou. Muito obrigada mãe, agora entendo suas renúncias, suas dores e suas alegrias. A maternidade é força e também é luta, obrigada por nunca desistir de nenhum de nós.

Agradeço ao meu companheiro por estar presente e por todo apoio ao longo de todos esses anos de formação, por não me deixar desistir e por todo amor e paciência no processo, não teria conseguido sem você!

À minha irmã Valéria por ser minha rede de apoio, meu ombro amigo e minha amiga para trocas políticas e intelectuais, por conduzir os diálogos mais profundos e que ampararam o processo de reflexão na escrita deste trabalho. Obrigada por ser um ponto de fuga da superficialidade das relações atuais, você é muito necessária.

Agradeço à minha orientadora Ana Cristina Juvenal da Cruz pela orientação, apoio e amizade ao longo do trabalho e por fazê-lo possível. Obrigada!

Aos professores que contribuíram na construção e correção do trabalho na qualificação: o Prof. Dr. Valter Roberto Silvério e a Prof.a Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues pelas contribuições que enriqueceram a escrita da dissertação, meus sinceros agradecimentos.

A profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello, da UNIFESP por aceitar o convite para avaliação do trabalho na banca de defesa e por contribuir nesta etapa de formação.

Ao grupo NEAB da UFSCar por ser um espaço formativo, de encontro, de aprendizados e fortalecimento na construção de uma educação que preze a diversidade cultural a História Afro-brasileira e africana, por contribuir na formação de tantos estudantes negros da UFSCar.

Às amigas cultivadas durante o percurso formativo, que me acompanham desde a graduação dando força, suporte e trocas durante nossos processos, às minhas queridas amigas Giovana Alonso e Thaina Ariane Silva, por serem exemplos e estarem sempre presentes nos momentos de dificuldades e de angústias no processo de escrita.

Ao amigo Marcos Gonçalves por ser solícito e orientar as dúvidas e contratemplos do percurso na pós-graduação e por ter sido um representante presente e que nos amparou durante o curso do mestrado.

Aos colegas de orientação pelas trocas, contribuições e por dividir suas reflexões nas reuniões on-line em período de pandemia, que nos uniu e fortaleceu mesmo distantes, muito obrigada pela parceria: Ayodele Floriano, Gleyce Lopes, Danilo Reinol, Tatiane Martins, Fernanda Vieira da Silva Santos e Solange Bonifácio.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida.

*Exu matou um pássaro ontem, com a pedra que arremessou hoje. – Ditado
Iorubá*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – pesquisas sobre Abdias Nascimento – p. 59

Tabela 2 – Gráfico de Pesquisas – p. 62

Tabela 3 – Categorias de Análise – p. 119

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANDIFES Superior	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BDTD	Banco de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do pessoal do Ensino Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Investimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEAFRO	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LGBTQIA+	Lésbicas gays bissexuais transsexuais queer intersexo assexual e outros
MAN	Museu de Arte Negra
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
PDT	Partido Democrático Trabalhista
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUNY	University of New York
TEN	Teatro Experimental do Negro
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
USS	União Socialista Soviética

RESUMO

A seguinte dissertação de mestrado tem por objetivo investigar nos pressupostos do pensamento de Abdias Nascimento, os ideais e propostas que apontam ações para uma educação antirracista. Isso é feito a partir de considerações da obra *O Quilombismo* ([1980] 2019) tendo como base o que preconiza o ensino da história afro-brasileira e africana retomando os preceitos quilombistas defendido pelo autor. O objeto de estudo é composto por uma análise das potencialidades do termo Quilombismo produzido por Abdias junto a um estudo bibliográfico de caráter qualitativo da produção do autor. A dissertação insere-se assim, no campo dos estudos historiográficos, acerca da história da intelectualidade, vertente extraída da história das mentalidades que se debruça sobre a história de pensamentos e ideias. Delineia-se como hipótese a observância de uma projeção da proposta de combate ao racismo de Abdias tendo a educação como plataforma de ação. Dito de outra forma, o combate ao racismo para Abdias se daria pela educação ao incorporar pressupostos do Quilombismo. Sob tal leitura, pode-se afirmar que o Quilombismo é uma criação a partir da diáspora negra cuja aplicação na educação pode projetar a constituição de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Abdias Nascimento; Quilombismo; Educação das Relações Étnico Raciais; Educação.

ABSTRACT

The following master's thesis aims to investigate the assumptions of Abdias Nascimento's thought, the ideals and proposals that point to actions for an anti-racist education. This is done from considerations of the work *O Quilombismo* ([1980] 2019) based on what advocates the teaching of Afro-Brazilian and African history resuming the quilombist precepts defended by the author. The object of study is composed of an analysis of the potentialities of the term Quilombism produced by Abdias together with a qualitative bibliographical study of the author's production. The dissertation is inserted in the field of historiographical studies about the history of intellectuality, a branch of the history of mentalities that focuses on the history of thoughts and ideas. We outline as a hypothesis the observation of a projection of Abdias' proposal to fight racism, having education as a platform for action. In other words, the fight against racism for Abdias would occur through education by incorporating assumptions of Quilombism. Under such reading, it can be affirmed that Quilombism is a creation from the black diaspora whose application in education can project the constitution of an antiracist education.

Keywords: Abdias Nascimento; Quilombism; Education of Ethnic-Racial Relations; Education.

Sumário

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. A VIDA E A LUTA DE ABDIAS NASCIMENTO	26
1.1 INFÂNCIA NO PÓS-ABOLIÇÃO	27
1.2 DA CAPITAL DE SÃO PAULO PARA O MUNDO	30
1.3 AUTO EXÍLIO NOS ESTADOS UNIDOS.....	36
1.5 CONSIDERAÇÕES DE UM LEGADO.....	44
CAPÍTULO 2. CAMINHOS TEÓRICOS DA PESQUISA: A HISTÓRIA DAS INTELLECTUALIDADES, PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO DESCENTRALIZADAS E O QUILOMBO BRASILEIRO	46
2.1 HISTÓRIA DOS INTELLECTUAIS	46
2.2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA – PENSAMENTOS SOBRE UMA EDUCAÇÃO DESCENTRALIZADA.....	51
2.3 QUILOMBO: O CONCEITO E ORGANIZAÇÃO SEGUNDO CLÓVIS MOURA	57
CAPÍTULO 3. PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE ABDIAS NASCIMENTO	60
Capítulo 4. O QUILOMBISMO E OS FUNDAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	71
4.1 DIRETRIZES PRESENTES NO ABC DO QUILOMBISMO.....	98
4.2 PROPOSTAS DO QUILOMBISMO PARA A AÇÃO DO GOVERNO.....	100
4.3 PRINCÍPIOS E PROPOSTAS DO QUILOMBISMO	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	123

APRESENTAÇÃO

A seguinte dissertação de mestrado tem por objetivo investigar nos pressupostos do pensamento de Abdias Nascimento, os ideais e propostas que apontam ações para uma educação antirracista. Isso é feito, a partir de considerações da obra *O Quilombismo* (1980), tendo como base o que precede o ensino da história afro-brasileira e africana retomando os preceitos quilombistas defendido pelo autor. O objeto de análise é composto a partir das potencialidades do termo Quilombismo produzido por Abdias junto a um estudo bibliográfico de caráter qualitativo da produção do autor. A dissertação insere-se assim, no campo dos estudos historiográficos, acerca da história da intelectualidade, vertente extraída da história das mentalidades que se debruça sobre a história de pensamentos e ideias.

O tema surgiu no caminho da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, que consistiu em identificar nas propostas políticas e discursos proferidos por Abdias Nascimento enquanto Deputado Federal e Senador no período de 1983-1999, indicações e propostas para a educação brasileira. Ao longo da pesquisa, ressaltou o fato de que todas as propostas, discursos e indicações de Abdias Nascimento estavam voltados para a proposta de Quilombismo, conceito formulado pelo autor para designar um conjunto de práticas e projetos políticos voltados para a transformação social a partir de políticas raciais de igualdade.

O fato de ter encontrado com Abdias Nascimento em um momento de conclusão de curso na área da educação diz muito sobre de onde vim, e diz muito da estrada construída pela luta dos que vieram antes de mim para que eu pudesse chegar até aqui como pesquisadora. Cresci em uma família inter-racial com pai negro e mãe branca. Minha família paterna é constituída totalmente por pessoas negras, e parte da família é natural de Franca, cidade natal de Abdias Nascimento, com quem compartilho memórias de infância da cidade vizinha, Cristais Paulista, onde passei boa parte da minha infância nas férias escolares comendo fruta direto do pé, brincando descalça na rua, brincando de bola dentro das praças, e pra minha surpresa durante a pesquisa descobri que Abdias Nascimento também compartilhava das mesmas lembranças, embora em momentos históricos diferentes, em lugares sociais diferentes.

A infância negra que tive muito se difere da infância que o autor teve. Para mim, as diferenças raciais nunca ficaram evidentes na infância, minha avó paterna se chamava Maria, embora todos a chamassem de Preta, para os netos ela era a vó Preta e até adulta nunca havia questionado o porquê seu nome foi substituído por uma cor, para mim ela sempre foi vó Preta,

a que cuidava dos netos, recebia todos com um café quentinho e uma baciada de pão de queijo, que preparava no fim de tarde o doce de leite que os netos tanto amavam.

Do mesmo modo, Abdias Nascimento compartilha lembranças da sua mãe Josina, que também fazia doces, mas não para o deleite da família, e sim para o sustento da casa, juntando o dinheiro com as poucas moedas que ganhava lavando roupas das casas-grandes das fazendas. Os afetos que recebi de minha vó Preta, e o apelido que para toda família era carinho, para Abdias e a família lembravam discriminação, por vezes ofendido de “negrinho” por professoras das fazendas, que não admitiam sua presença entre os alunos brancos.

O ofício do pai de Abdias Nascimento, sapateiro, é também o ofício ainda hoje de muitas pessoas da minha família que vivem na cidade de Franca, ao contrário das pequenas bancas de antigamente, hoje dominada pelas grandes fábricas, continua sendo o sustento de muitas famílias. Diferente do passado vivido por Abdias, em que muitas famílias especialmente as negras, não tinham empregos, renda ou muito menos oportunidade de conquistar o próprio sustento. Lutando contra esse destino, Abdias Nascimento parte para cidade de São Paulo, onde também residi muitos anos desde que nasci, e para onde também foi meu pai, saindo de Franca e partindo para a capital do Estado, em busca de oportunidades.

No decorrer do tempo, embora muitos anos e acontecimentos separem nossas histórias, elas são cruzadas pelos mesmos lugares, incidentes e fenômenos que perpassam a construção social e a lógica racializada que estrutura o Brasil.

Abdias Nascimento se viu na cidade de São Paulo cercado de preconceito racial e como uma forma de combater os estereótipos marcados para os negros da época, ingressa nas Forças Armadas juntamente com seu amigo Sebastião Rodrigues Alves.

Dos atravessamentos da vida, sinto que a luta de Abdias Nascimento e tantas outras pessoas do movimento negro abriram a estrada e fortaleceram o caminho para que hoje eu estivesse aqui. Embora na infância e adolescência nunca tenha sentido os efeitos do racismo diretamente, por ser uma mulher negra de pele clara, percebi o mesmo racismo e preconceito racial atingindo diretamente muitos dos meus: família, amigos, conhecidos.

Por não ter a pele escura e por não sofrer diretamente o racismo, por muito tempo duvidei da minha negritude, acreditando que eu era apenas uma pessoa “morena”. Tal leitura, popularizada pela ideia de democracia racial brasileira cujo fundamento deriva da interpretação da produção do termo advindo da teoria social de um conjunto de autores e obras, mais conhecidamente a de Gilberto Freire, destina-se nas construções baseadas nas representações políticas acerca da miscigenação e relações inter-raciais a partir do período colonial, provocados pela violação das mulheres negras que carregaram filhos gerados da violência. Esse

conjunto de representações intensamente produzidos para serem incorporados na historiografia e por meio da cultura, passa a ser contestada como um dos artifícios de apagamento do povo negro, seja de forma literal vistos pelos índices de assassinato dessa população, seja pelo “epstemicídio” da contribuição intelectual de mulheres e homens negros do Brasil.

Desde a infância sonhava em ser professora, com a ingenuidade da idade nunca imaginei os obstáculos que estariam à minha frente para conquistar esse sonho. Abdias previa e conhecia exatamente cada obstáculo que estava à frente dos negros/as que os impediam de progredir de forma educacional, econômica e cultural. Por tanto saber, fez de sua vivência sua luta, integrou entidades do movimento negro, inaugurou o Teatro Experimental do Negro, atuou politicamente como Deputado Federal e Senador, tendo sido o primeiro Deputado negro eleito. Uma das suas pautas enquanto parlamentar, era a aprovação de uma lei de ação compensatória, equivalente a um conjunto de políticas de ações afirmativas, mas que durante seus mandatos nunca foram aprovadas. Apenas em seu último ano como Senador da República, pôde ver o projeto ser avaliado positivamente ainda que com ressalvas pelos colegas.

A previsão de Abdias Nascimento em relação à lei de ações afirmativas constituir-se como um caminho de equidade social era acertada. Através da educação de qualidade e formação profissional da qual a população negra sempre foi excluída de espaços acadêmicos, de formação e de trabalhos qualificados, vislumbraram com a política de “cotas” uma oportunidade de ingresso em Universidades e ascensão social e econômica há tanto tempo privada destes lugares.

Esta foi uma oportunidade que eu tive, depois de crescer no interior de São Paulo após a separação dos meus pais, vivi uma infância e adolescência humilde, estudei a vida inteira em escolas públicas, concluí o ensino médio no ano de 2007, embora neste período as ações afirmativas já fossem realidade em algumas universidades, a discussão não chegava às salas de aula do Ensino Médio em que eu estudava, o senso comum na época era de que Universidade Federal só era frequentada por quem estudava em escolas particulares.

Somente mudei esse pensamento muitos anos depois, por não ver perspectiva de crescimento profissional, trabalhando como balconista de uma padaria, vislumbrei nas ações afirmativas uma possibilidade de ingressar na universidade pública através de SISU¹, realizei o ENEM com a esperança de adentrar em um curso superior na formação que sempre sonhei, Pedagogia, e assim realizei, graças as lutas dos que vieram antes, pois utilizei o sistema de cotas para negros como opção de nota de corte.

¹ Sistema de Seleção Unificado das Universidades Federais e Estaduais. Entrou em vigor em 2010.

Desde então, optei ao longo da trajetória no curso de pedagogia, por focar em disciplinas e formação que engendrassem a educação das relações étnico-raciais. Busquei colocar a pauta racial e o ensino da história afro-brasileira e africana em regências dos estágios, até chegar ao último ano de graduação e ser apresentada ao Abdias Nascimento por minha orientadora.

Quando mencionei a intenção de concluir o curso de pedagogia com essa temática, não imaginava que ela me traria até aqui, e nem que esses caminhos percorridos por Abdias se entrelaçavam com caminhos que também percorri. Como diz sempre minha orientadora, a história não é linear, ela é cíclica, e foi em dos ciclos que revisitei o passado e o presente com meu tema de pesquisa, olhando para o futuro e almejando que as propostas expressas nos trabalhos de Abdias Nascimento, e outras(os) grandes representantes da luta, possibilite a transformação social que desejamos e a superação do racismo, que por tanto lutamos.

INTRODUÇÃO

A seguinte dissertação de mestrado foi desenvolvida na linha de pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, sob o tema das Relações Étnico-raciais. O objeto de estudo é composto por uma análise das potencialidades do conceito de Quilombismo produzido por Abdias Nascimento junto a um estudo bibliográfico de caráter qualitativo da produção do autor. A dissertação insere-se assim, no campo dos estudos historiográficos, acerca da história da intelectualidade, vertente extraída da história das mentalidades que se debruça sobre a história de pensamentos e ideias.

O tema do projeto surgiu no caminho da pesquisa do trabalho de conclusão de curso em Pedagogia na área de Educação das Relações Étnico-raciais, no estudo sobre Abdias Nascimento e as implicações no campo da educação, das propostas e projetos de lei defendidos pelo autor nos mandatos como Deputado Federal e Senador. Cabe destacar que a proposta deriva da abertura possibilitada pelo projeto "A construção de conhecimento e pesquisa no ensino superior: questionamentos e contribuições a partir das matrizes étnico-raciais e culturais e de saberes africanos e "afrodescendentes" desenvolvido sob orientação da Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias no Nascimento cujo objetivo era estabelecer uma rede transnacional de investigação conjunta entre pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar –Brasil) em parceria com três instituições internacionais: Universidad Distrital Francisco José de Caldas (Colômbia), Georgia State University (EUA) e Université Paris Nanterre (FRA). O referido projeto foi contemplado como uma ação afirmativa que possibilitou a jovens negros e negras do NEAB/UFSCar, mobilidade acadêmica em âmbito de graduação e doutorado para os países supracitados.

Durante as leituras percebi que todas suas propostas, falas e ideias estavam centradas no mesmo ideal filosófico e modelo político, denominado pelo autor como Quilombismo. O argumento central aqui é a respeito dos modos de elaboração teórica e conceitual sobre o Quilombismo, bem como o projeto político apresentado pelo autor. O arcabouço teórico é de que tal modelo apresenta interpretações sobre a educação brasileira e, portanto, constitui-se como uma matriz de elaboração acerca de uma educação antirracista. Em outras palavras, o quilombismo como conceito ao remontar a uma construção de origem africana adquire outros elementos no contexto da experiência da diáspora negra, como possibilidade de pela educação contemplar diversos princípios e propósitos em torno de uma educação mais igualitária. Delineia-se como hipótese a observância de uma projeção da proposta de combate ao racismo

de Abdias Nascimento tendo a educação como plataforma de ação. Dito de outra forma, o combate ao racismo para Abdias se daria pela educação ao incorporar pressupostos do Quilombismo. Sob tal leitura, pode-se afirmar que o Quilombismo é uma criação a partir da diáspora negra cuja aplicação na educação pode projetar a constituição de uma educação antirracista.

Sob o questionamento de: *quais os fundamentos presentes na obra O Quilombismo, podem pressupor uma proposta de educação antirracista?* A pesquisa intitulada “O Quilombismo de Abdias Nascimento: Fundamentos Para uma Educação Antirracista” nasce do propósito de perceber dentro de um conceito amplo de políticas sociais, os fundamentos para a construção de uma educação constituída a partir das contribuições intelectuais, políticas, e estéticas da experiência da história e a culturas africanas e afro-brasileira, corporificadas a partir da obra de um autor, que viabilize a participação da população negra na construção de uma sociedade brasileira igualitária.

Abdias Nascimento foi um dos mais significativos intelectuais e ativistas da causa antirracista no Brasil, artista plástico, escritor, poeta e dramaturgo, o primeiro negro eleito Deputado Federal, e posteriormente o primeiro negro indicado ao Senado da República brasileira. Lutou em todo o seu percurso político na defesa pela promoção de equidade social da população negra, Abdias Nascimento transformou sua arte em propostas políticas apontando que durante séculos o Brasil carrega as consequências do racismo e do preconceito racial.

Tais propostas impactam na contemporaneidade o pensamento sobre o acesso à educação pela população negra brasileira. As propostas do Quilombismo defendidas por Abdias Nascimento potencializam elementos fundamentais para viabilizar transformações significativas no campo social e educacional quanto às questões raciais. O Quilombismo surge como cerne do pensamento do autor e no trabalho aqui apresentado, busca investigar a partir da obra *O Quilombismo* ([1980] 2019), sob quais aspectos estas mudanças ocorreriam no campo da educação e busca com a investigação da obra *O Quilombismo* ([1980] 2019) propor a partir das expressões de Abdias Nascimento, novos modos de constituir uma educação antirracista. Tem como limites o restrito campo de pesquisas sobre Abdias Nascimento e do conceito Quilombismo. Parte desta restrição pôde ser aferida a partir de pesquisas em bancos de dados utilizando como descritor o nome de Abdias Nascimento.

Na obra *O quilombismo* ([1980] 2019) Abdias Nascimento coloca o termo Quilombismo como conceito, cuja função seria nomear um projeto nacional de mobilização política e social da população negra fundamentado na história e cultura africana e afro-brasileira. A articulação deste projeto afro-brasileiro foi direcionada tendo como horizonte a

constituição de um Estado-Nação multiétnico e pluricultural. Tratava-se, portanto de um projeto nacional com vista a integrar a população negra junto aos demais grupos étnico-raciais e culturais, para um conjunto social comum.

O autor pensou este modelo de organização social a partir de vivências e experiências no Departamento de Estudos Porto-Riquenhos da University of New York (SUNY), em que alinhou seu pensamento com o de intelectuais afrocêntricos tais como Molefi Asante, Maulana Karenga, e John Hendrick Clarke, responsáveis pela disseminação do pensamento afrocêntrico na área acadêmica (MILES, 2017; CUSTÓDIO, 2009).

O pensamento afrocêntrico de Asante e Karenga tem como referência central de sua filosofia a África, especialmente o Egito Antigo, como fundamento de centro da civilização, cultura, ciência e tecnologia a serem exaltados. Já para Nascimento, o Quilombismo tem o seu centro ideal filosófico no quilombo de Palmares, como ponto histórico e mítico do povo negro brasileiro (MILES, 2017).

Os princípios e propósitos do Quilombismo visam “uma sociedade livre, igualitária e justa, organizada pelo movimento político dos negros brasileiros, com a finalidade de promover o desenvolvimento pleno e felicidade dos seres humanos” (NASCIMENTO, 1980, p. 305). A proposta, na esteira de um modelo de fundamentos e metas a serem atingidas, apresenta considerações sobre vários aspectos que devem ser historicamente localizados. Propunha no que se refere ao trabalho e à terra, considerando o debate aberto naquele contexto sobre a reforma agrária, a terra como propriedade nacional de uso coletivo, onde o trabalho é um direito e uma obrigação social.

Prezava pelo desenvolvimento pleno da criança pequena, especialmente a criança negra vítima da miséria material e moral, concedendo o atendimento pré-natal, de saúde, alimentação, creche moradia e outros. No âmbito educacional sugeria que todos os níveis, fundamental, médio e superior, fossem gratuitos e abertos a todas as pessoas sem distinção, priorizando o ensino da história da África, das culturas, das civilizações e das artes africanas nos currículos escolares.

Túlio Augusto Samuel Custódio no artigo “*Caminhos e Trajetos: A trajetória intelectual de Abdias Nascimento durante o período de exílio nos Estados Unidos (1968-1981)*” (2009), retoma o exílio de Abdias Nascimento e suas ideias formuladas durante o período. Tem como objetivo identificar a formulação do conceito Quilombismo, a partir de conceitos que o autor absorveu durante o exílio como por exemplo “pan-africanismo” e “afrocentrismo”.

Para o autor a passagem de Abdias Nascimento pelos Estados Unidos foi fundamental para que ele elaborasse o conceito de Quilombismo e marca um novo momento de perspectiva para as discussões raciais no Brasil de 1980. Custódio (2009), destaca que o autor teve contato com os conceitos de pan-africanismo, cuja proposta configura-se em um plano de ação e intervenção política dividindo em três principais momentos e denominadas vertentes.

A primeira vertente do pan-africanismo que Custódio (2009) apresenta aparece no final do século XIX, em consequência de reconhecimento da Revolução do Haiti – 1804. Inicia com uma conferência realizada em Londres em 1900 e tem por principais representantes W.E.B. Du Bois, Booker T. Whashington, Edward W. Blyden e Sylvester Willians. Centrava-se em ideais abolicionistas e pós-abolicionistas, na luta contra a tutela colonial e imperial (Imperialismo) na África, Caribe e Pacífico.

Para o autor, a segunda vertente, encabeçada por Marcus Garvey de grande expressão mundial pelo Garveísmo, confronta a ordem em prol de uma centralidade econômica, política e cultural, principalmente na África continental pela constituição e consolidação paralela de forças políticas e econômicas nacionais de países da diáspora das Américas, do Caribe e do Pacífico.

Já a terceira vertente do pan-africanismo, Custódio (2009) destaca que é marcada pelos ideais de Negritude, surge no mundo francófono e tem por principais representantes Aimé Césaire, Léon Damas, Léopold Senghor e Frantz Fanon. Fanon também era reconhecido nos Estados Unidos pelo Harlem Renaissance, pelo engajamento e trabalho mobilizador na clínica e no trabalho com a psicanálise como resposta ao racismo.

Custódio (2009) ressalta que as vertentes do pan-africanismo tiveram influências também do período da Guerra Fria, dividindo em grupos pró-comunistas, pró-capitalistas e nacionalistas. Abdias Nascimento opta pela vertente nacionalista e apresenta afinidade com o pan-africanismo ‘diaspórico-continentalista’ representado por Garvey, Malcon X, Karenga, Muhammed e Lumumba. Abdias também apresentava afinidades com o pan-africanismo da negritude.

Para o autor, Abdias defendia que o mundo africano deveria ter sua própria ‘identidade ideológica’. A defesa por duas linhas de pan-africanismo preconiza em Abdias Nascimento a defesa de um pan-africanismo a ser realizado em um futuro que defenderia e respeitaria as diferenças entre grupos, culturas, povos, civilizações e gêneros. A partir destas construções que Abdias Nascimento elabora o Quilombismo.

Para André Luís Pereira (2011) no artigo *Para além do pensamento social hegemônico: Abdias Nascimento e a condição afro-brasileira*, os intelectuais militantes podem ter sua

atuação não somente em organizações e instituições, mas também podem fazer análises da realidade social do meio em que se inserem de forma sociológica, ainda que estejam à margem dos espaços acadêmicos.

O autor busca evidenciar este modelo analítico produzido por Abdias Nascimento e explora de forma sociológica, o significado de Quilombismo como modelo de (re)organização social. Pereira (2011), destaca a defesa de Abdias Nascimento de uma sociedade brasileira democrática e pluricultural a partir do Quilombismo (1980) produzido nos Estados Unidos, que objetiva revelar a experiência africana no Brasil e busca contribuir para o conhecimento da história afro-brasileira.

Para Pereira (2011) a obra tem como finalidade romper com uma ideia, qual seja, a da existência de certo bloqueio intelectual que isolaria negros e latino-americanos, para que compreendam a lógica dominante que manteria a alienação. O autor considerava que a centralidade em África para Abdias Nascimento ocorre, pois Abdias visualiza a cultura africana como unidades criativas, capazes de oferecer novas configurações de organização social, baseadas em cooperação, criatividade, distribuição de riquezas e da propriedade de forma igualitária.

Nas palavras do autor

Os quilombos contribuíram de forma significativa para que fossem empreendidas diversas insurreições e guerrilhas que tinham como propósito a ruptura com a dominação colonial vigente até então. Daí decorre o argumento de Abdias quanto à importância da participação política dos negros em momentos históricos fundamentais que objetivavam a consolidação do Brasil como nação. No entanto, mesmo tendo papel preponderante na formação da sociedade brasileira o negro jamais foi considerado, pela intelectualidade dominante, como grupo social relevante a esta estrutura social. O pensamento social que analisa a formação nacional no Brasil sempre concebeu o elemento negro em uma posição subalterna e o processo escravocrata como um mecanismo de dominação muito menos lesivo do que realmente foi (PEREIRA, 2011, p.11)

Pereira (2011) afirma que no Brasil ocorre um isolamento do elemento negro da intelectualidade nacional. Abdias Nascimento já alertava que o pensamento social apresentado internacionalmente sobre o Brasil excluía os negros de serem ouvidos como produtores de conhecimento e ainda os excluía de qualquer reconhecimento como formadores de estruturas sociais, portanto o Quilombismo apresenta um aspecto ideológico social e político na luta dos negros do Brasil.

Para o autor, o Quilombismo de Abdias Nascimento apresenta-se então como uma ideia de solução teórica e prática que busca resgatar a memória africana dos afro-brasileiros. Na luta

política, o Quilombismo atua como força-ideia de inspiração para grupos e organizações que buscam alternativas contra os arranjos sociais hegemônicos estabelecidos.

Em resumo nas palavras do autor:

O quilombismo é um projeto de organização social e política que visa à valorização da população negra frente aos demais grupos que compõem a identidade nacional. É o recurso teórico e prático que fundamenta a luta coletiva em busca do reconhecimento de um grupo social, a saber, a população afro-brasileira (PEREIRA, 2011, p.12).

Portanto, o Quilombismo se apresenta como um conceito histórico-social e tem por objetivo servir de instrumento a construção de modelos teóricos produzidos pela população negra brasileira e que corresponda as suas demandas. Pereira (2011) destaca que esse conceito busca superar os modelos científicos que menosprezam e excluem a importância do negro na formação social e intelectual das sociedades em que o negro se insere.

Os princípios e propósitos expressos no quilombismo são fundamentais para propor e compreender um modelo de educação antirracista, pois considera a valorização da identidade das pessoas negras, a cultura e história africana e afro-brasileira, a diversidade racial, social, e econômica do país, a liberdade, e o trabalho colaborativo, essenciais para se pensar uma nova educação.

A pesquisa objetiva investigar nos elementos descritos no quilombismo, quais os ideais e propostas do autor fundamentam uma vertente para a constituição de uma educação antirracista. Tal investigação contribui para o campo da educação ao analisar a partir do pensamento de um dos mais importantes intelectuais negros brasileiros, novas propostas, ideias e objetivos. Permite assim, ampliar o escopo retirando a educação de um arcabouço eurocêntrico. Sendo assim, é possível analisar o lugar da educação a partir de um pensamento afro-brasileiro como um conceito de ação antirracista no Brasil.

Ressalta-se, em termos de localização do trabalho, o destaque da pesquisa considerando o debate ainda restrito da história das mentalidades no campo da educação cujo conjunto de ideias se pautam pela produção de ideias de intelectuais negros e negras. Em outras palavras, esta pesquisa busca se alinhar, no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais como área de pensamento constituída em resposta à modificação das relações sociais e dos modos de subjetivação a partir da educação, sendo assim fecundo ponto de inflexão e de produção de conhecimento marcado pela experiência da diáspora negra.

No que se refere à metodologia a pesquisa tem caráter qualitativo e apresenta como método a análise de conteúdo. Por análise de conteúdo, concordamos com a atribuição de Bardin (1977) que define:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 1977, p.31)

Segundo a autora, os objetivos e documentos dos pesquisadores podem ser bastante diversos, porém tem como obrigatoriedade de rigor apresentar uma inferência e interpretação a respeito da comunicação investigada. Para Bardin (1977), a síntese do método por definição compreende que qualquer “transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise do conteúdo” (p.32).

Como unidade de regra da análise, a autora pontua que a operação ocorre a partir da descrição analítica, que funciona a partir da descrição do conteúdo das mensagens. Não se trata, porém de uma descrição somente da mensagem da comunicação, mas sim leva em consideração o “continente” desta mensagem. A finalidade é o tratamento da informação que a mensagem contém. Bardin (1977) apresenta duas vertentes da análise de conteúdo, que pode ser de uma análise dos significados, como a autora exemplifica uma análise temática, ou uma análise dos significantes, por exemplo a análise léxica e análise dos procedimentos.

Para esta pesquisa, optamos por uma análise temática, cujo tema se apresenta pela educação antirracista investigada na obra de Abdias Nascimento.

Sobre os domínios possíveis de aplicação da análise do conteúdo apresentado por Bardin (1977) a seguinte pesquisa apresenta como código e suporte linguístico o formato escrito para o meio de comunicação em massa, que segundo a definição da autora corresponde a: jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literatura, textos jurídicos e panfletos.

Quanto ao material escolhido como suporte para a pesquisa na análise de conteúdo, recorreremos ao livro *O quilombismo* de Abdias Nascimento como material de análise. Explanado o método de análise, recorreremos para o desenvolvimento da pesquisa sobre a fonte de dados na obra *O Quilombismo*, de Abdias Nascimento, investigando dentro dos relatos e ideias do autor as contribuições para pensar uma educação antirracista.

Para Bardin (1977) a análise do conteúdo deve seguir as regras que obedecem as categorias de fragmentação da comunicação, a fim de validar a análise, por definição as regras que os pesquisadores devem seguir são: a homogeneidade do conteúdo, a exaustão da totalidade do texto, a exclusividade do elemento do conteúdo: não pode ser classificado em duas categorias diferentes, objetivas: pois diferentes “codificadores” devem chegar ao mesmo

resultado, e adequadas e pertinentes: ou seja, o tratamento da informação deve ser adaptada ao conteúdo e ao objetivo.

Quanto ao trabalho de fragmentação do material analisado, a autora Bardin (1977) ressalta o uso das “unidades de registro”, estas de acordo com o material podem ser a palavra, a frase ou o minuto e centímetro quadrado. Para o material analisado da pesquisa, recorreremos ao recorte de frases ou parágrafos para análise do conteúdo, investigando as indicações, propostas, pensamentos e ideias sobre a educação como combate ao racismo.

O segundo passo para esse recorte do material, quanto os sentidos e significados dos conteúdos obtidos obedecendo ao contexto é chamado de análise categorial, da qual deriva as categorias presentes de sentidos e significados das mensagens. Para este segundo crivo, reservamos a observação das categorias presentes dentro do tema abrangente da Educação, posicionando categorias como: Educação e trabalho, Educação Superior, Educação e Religiosidade, História Africana e Afro-Brasileira.

Para demarcar cada categoria, utilizamos como identificador as legendas de cores, para assinalar a qual categoria o recorte e análise correspondem, desta forma se apresentando nas seguintes legendas:

 Educação e Trabalho	 Educação e Religiosidade
 História Africana e Afro-brasileira	 Educação e Cultura
 Educação Superior	 Educação e Tecnologia

Bardin (1977) retoma que a intenção da análise de conteúdo “é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (p.38).

Para a autora, a pessoa na condição de analista, busca no tratamento da mensagem que manipula inferir o conhecimento contido na mensagem, seja pelo veículo ou pelo emissor. Para tanto estas inferências devem responder a duas questões:

- O que conduziu a mensagem (os antecedentes).
- Quais as consequências que determinadas mensagens vão provocar.

Para Bardin (1977) o trabalho na análise de conteúdo é

compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para

atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros «significados» de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc. (BARDIN, 1977, p.41)

Os materiais utilizados como base de dados da pesquisa são os materiais produzidos por Abdias Nascimento com ênfase no livro "O Quilombismo" com a primeira publicação no ano de 1980, o recorte teórico é definido junto a outras obras e as pesquisas em teses e dissertações com os descritores Abdias Nascimento, Educação e Quilombismo.

Com os materiais e métodos apresentados formulamos o trabalho de pesquisa com os dados obtidos organizados em quatro capítulos, alinhando a pesquisa com a problemática apresentada, procurando evidenciar os conceitos elaborados por Abdias Nascimento ressaltando as implicações para o campo da Educação.

O capítulo 1 intitulado “A vida e luta de Abdias Nascimento”, narra a trajetória de vida do autor, com ênfase na trajetória política e as implicações dos caminhos cunhados por Abdias Nascimento na luta contra o racismo. Percorremos pelas filiações e posicionamentos políticos do intelectual procurando ressaltar principalmente a atmosfera política e ideológica dos momentos em que ocorreram, ainda que controversos, indicando a evolução política e as decorrências para a atuação contra o racismo em diferentes espaços e vertentes ideológicas.

O capítulo 2, denominado “Caminhos teóricos da pesquisa: A história das Intelectualidades, Perspectivas de Educação Descentralizadas e Quilombo”, apresentamos os principais conceitos que balizam esta dissertação. Localizado a partir da História das mentalidades, apresentamos o capítulo no interior dessa vertente da história dos intelectuais com a finalidade de posicionar Abdias Nascimento como intelectual atrelado à sua atuação política e posicionamento na criação de estratégias e discursos de combate ao racismo. Sobre Educação descentralizada, apresentamos indicações e conceitos de autoras negras (TEDLA, 1999; SILVA, 2019) quanto as diferenças para se educar nas diferenças das relações étnico raciais. Concluímos com a obra “O Quilombo” de Clovis Moura (1993) para exemplificar a proposta política de Quilombismo de Abdias Nascimento e as aproximações que o autor idealizou a partir do Quilombo de Palmares.

No capítulo 3 “Pesquisas contemporâneas sobre Abdias Nascimento”, apresentamos as pesquisas recentes sobre o autor, buscando identificar as contribuições de tais pesquisas para o campo da educação em uma breve descrição dos principais objetivos das teses e dissertações analisadas e seus respectivos resultados.

No capítulo 4 "Propostas Quilombistas para a Educação" apresentamos as propostas expressas no quilombismo e suas contribuições e implicações para o campo da educação. Situamos na obra o pensamento do autor a respeito de educação e formação da população brasileira, em diferentes espaços e modos de educar, não necessariamente em espaços escolares da educação formal, ressaltando a educação em outros espaços: econômicos, artísticos, religiosos, políticos, como matriz para uma educação antirracista.

Por fim, nas Considerações Finais são retomadas algumas reflexões a partir da pesquisa e as lacunas e possibilidades de novas pesquisas que não foram esgotadas com a dissertação. Procuramos retomar as questões da pesquisa pensando os limites e possibilidades de uma educação antirracista a partir do modelo de quilombismo articulado por Abdias Nascimento.

CAPÍTULO 1. A VIDA E A LUTA DE ABDIAS NASCIMENTO

No curso da história surgem mulheres e homens que marcam sua vida pela luta, representação e militância por direitos coletivos. Assim foi a vida de Abdias Nascimento, artista plástico, escritor, poeta e dramaturgo, foi eleito Deputado Federal nas candidaturas de 1983 e 1984 e Senador em 1999, contemplou em suas candidaturas políticas a defesa pela promoção de equidade social da população negra. Abdias do Nascimento fez de sua arte o arcabouço de elaboração de propostas políticas apontando que durante séculos o Brasil carrega as consequências do racismo e do preconceito racial.

Abdias Nascimento formou-se em economia em 1938 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou pós-graduação pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi professor emérito da Universidade de Nova York (Búfalo) e professor titular de 1971 a 1981 na mesma instituição. Larkin (2014) cita Abdias Nascimento como o primeiro parlamentar negro no cargo de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro de 1983 a 1986. Posteriormente foi eleito Senador entre 1991 a 1999, conferindo dois mandatos em virtude do falecimento do Senador Darcy Ribeiro em 1997, foi também Secretário de Estado e Direitos Humanos e da Cidadania pelo governo do Rio de Janeiro de 1999 ao ano 2000.

Defendeu em todo seu percurso político e de ativismo social a luta contra o racismo e preconceito contra a população negra e a defesa pelos direitos de igualdade e equidade social da população negra brasileira, reafirmando estas reivindicações em todas as suas falas. As propostas defendidas por Abdias Nascimento foram fundamentais para viabilizar transformações significativas no campo social e educacional quanto às questões raciais.

Consideramos como base teórica para uma breve biografia de Abdias Nascimento as obras biográficas de duas importantes autoras que narram a vida de Abdias Nascimento. Parte dessa obra é elaborada por Elisa Larkin Nascimento com quem Abdias foi casado ao longo de 36 anos, desde que se conheceram na cidade natal de Elisa, em Búfalo nos Estados Unidos, quando Abdias Nascimento era professor titular da Universidade do Estado de Nova York (SUNY). Na mesma instituição, Abdias fundou o Departamento de Estudos Americanos e a cadeira de Estudos das Culturas Africanas nas Américas. Larkin (2014) elaborou a biografia intitulada *Grandes Vultos que Honraram o Senado - Abdias Nascimento*, e para apoio da realização da obra contou com a até então Ministra da Cultura, Marta Suplicy e com o Senado Federal, que subsidiaram a publicação.

Larkin (2014) inicia o segundo capítulo do livro *Grandes Vultos do Senado*, em que retoma a biografia de Abdias Nascimento explicando a importância da memória para o autor.

Relata que o desejo de Abdias em tornar as memórias de infância em registros surgiu no momento de sua prisão no Carandiru em 1940. Naquele momento, Abdias daria início a um livro chamado Gabi, em homenagem a uma cachorra que muito estimava na infância, porém seus primeiros escritos foram perdidos em meio às perseguições políticas sofridas no percurso de vida do autor. A autora relata que as memórias foram resgatadas posteriormente por meio de entrevistas, dando origem ao livro intitulado "O Griot e as Muralhas" (2006).

Sandra Almada fez uma biografia narrada pelo próprio autor a pedido da editora Selo Negro Edições. Almada chegou a frequentar a casa da família Nascimento para ouvir de Abdias suas histórias e memórias, embora enfraquecidas por conta da avançada idade de Abdias Nascimento no período da narrativa. A obra "*Abdias Nascimento: Retratos do Brasil Negro*" contribui para o trabalho por ser uma descrição dos fatos importantes que marcam a trajetória de Abdias Nascimento, narrados a sua própria voz. Almada destaca ainda a importância de sua obra a militância de Abdias Nascimento nas causas negras e sociais, sobretudo no combate ao racismo.

1.1 INFÂNCIA NO PÓS-ABOLIÇÃO

Abdias Nascimento nasceu em Franca, uma cidade do interior de São Paulo, em 14 de março de 1914. Conhecida nacionalmente como “capital dos sapatos”, Larkin (2014) retomando a história da cidade de origem agrícola e pecuária, descreve o silenciamento nos documentos da presença dos povos negros na região, constando apenas registros de indígenas emboabas e de imigrantes não portugueses.

É nesta cidade que se inicia a história da família de Abdias. A mãe de Abdias Nascimento, Georgina Ferreira Nascimento, assim como o pai, José Ferreira do Nascimento ambos mineiros, ela natural de Uberabinha, atual Uberlândia, e o pai natural da cidade de Formiga. As crianças do casal, Benedito, Abdias e Rubens, nasceram na cidade de Franca, mudaram-se com a família para a cidade de Araguari, onde ficaram pouco tempo por conta da epidemia da gripe espanhola em 1918, o que fez a família Nascimento mudar-se para uma cidadezinha satélite de Franca: Cristais Paulista. (LARKIN, 2014).

Daquele período, ressaltaram as lembranças e as histórias, das quais Abdias Nascimento fez questão de recordar. O autor narrou que nas extensões das casas-grandes, se reuniam numerosos agrupamentos de pessoas para contar histórias e comer pipocas. Nesses espaços é que emergiam as literaturas de conto oral de tradição africana, onde se versavam sobre questões

raciais, sobre as alegrias e tristezas de homens e mulheres, idosos e jovens que haviam sido escravizados, em que cada um contava seus causos, e o fazia recordar de sua avó Ismênia, vinda do continente africano.

Outro fato que veio à memória de Abdias, que consta no livro citado são as professoras particulares que ensinavam as crianças da Casa-Grande. Por ter sido um menino sempre muito estimado e com acesso às dependências domésticas, Abdias acabava participando das aulas. Em seus relatos aponta que era sempre humilhado com apelidos e brincadeiras racistas repletas de preconceito e maldade, chamavam-no de xingamentos inomináveis, Abdias era atacado e transformava a humilhação em muita revolta e irritação.

Abdias narra que foi a escola o local onde teve seu primeiro contato direto com as atitudes discriminatórias,

[...] já naquela época eu mordi do amargo fruto do racismo, porquanto, no Grupo Escolar Coronel Francisco Martins, onde eu fiz o meu primeiro ciclo de estudos, eu nunca fui um dos alunos escolhidos para as festas de fim de ano. Eu decorava todos os monólogos, as poesias que todos os garotos representavam, aprendia todas as danças, todos os gestos, todas as mímicas... [mas] eu jamais fui escolhido para representar. (LARKIN, 2014, p. 103)

Embora sofresse com os efeitos do racismo, Abdias não se calava frente aos abusos justificados por explicações racistas e preconceituosas. Em sua biografia expressa a atuação firme de sua mãe contra esses atos:

[...] não tinha essa de deixar passar, pois eu chegava em casa e contava para a minha mãe, que imediatamente ia na escola e fazia uma reclamação, às vezes daquelas veementes. Minha mãe era muito humilde, mas quando mexiam com um filho dela, ficava muito brava, sobretudo no que se referia às questões raciais. Em relação às brincadeiras dos colegas, nem tanto, mas com as professoras era diferente. Se a professora passava castigo porque “esse negrinho aí não fez o trabalho direito”, ou qualquer coisa desse tipo, ela ia lá e virava bicho mesmo. Ela enfrentava, tornava-se áspera, agressiva (LARKIN, 2014, p. 104).

Estes preconceitos também eram sentidos por seu colega de escola, Felisbino, órfão de mãe e pai, muito pobre e humilde, se esforçava para frequentar a escola, pois sofria o racismo até mesmo na rua. Em certa ocasião foi visto pela mãe de Abdias levando uma surra de uma senhora branca, a criança foi defendida pela mãe de Abdias que acabou entrando em luta corporal com a mulher branca, que tanto humilhava o menino apenas pela cor de sua pele.

Para a família de Abdias Nascimento, o sustento era escasso, sua mãe era doceira, o pai era um mal pago sapateiro e carregava o cansaço e o maltrato da vida cotidiana. Com poucos recursos, Abdias e seus irmãos eram incentivados desde cedo a trabalhar e desencorajados pelo pai a estudar, pois acreditava que mesmo com estudos e mais altos cargos, não alcançariam sucesso devido ao racismo e preconceito racial das pessoas.

Este pensamento era fundamentado por delimitações de espaços sociais herdados da colonização que hierarquizavam as pessoas no tocante à raça, mantendo a estrutura do período da escravidão.

Almada (2009) descreve este momento aos olhos de Abdias Nascimento, os brancos “senhores-de-engenho” e os negros e indígenas como escravizados, subalternizados, identificados pela autora como lugares das minorias. Este pensamento se manteve no período posterior à abolição, quando do advento da República na qual os negros embora libertos, foram levados a continuar com a vida e a subjetividade de escravizados.

Este movimento narrado por Abdias Nascimento foi observado também por Florestan Fernandes na obra “Branco e Negro em São Paulo” (2008 [1955]), em que o autor demonstra a existência da cor como uma “marca social” que designa as pessoas às colocações sociais mais altas ou baixas, obedecendo à ordem de que quanto fenotipicamente mais próximo dos elementos brancos, maior a posição social e quanto mais próximo do fenótipo negro, mais inferiorizado será o indivíduo na sociedade.

Fernandes (2009) descreve este fenômeno da seguinte forma:

A cor foi, portanto, selecionada como a marca social que serviria para identificar socialmente os negros e mestiços. Ela passou a ser símbolo de posição social, um ponto de referência imediatamente visível e inelutável, através do qual se poderia presumir a situação de indivíduos isolados, como *sociuse* como pessoa, tanto como definir o destino de uma “raça”.

Neste sentido, pode-se afirmar que a cor não só transparecia na “anatomia” da sociedade escravocrata de São Paulo, mas ainda intervinha dinamicamente em sua “fisiologia”. De um lado ela permitia distinguir os indivíduos, por meio de seus caracteres exteriores, de acordo com sua posição na estrutura social.

De outro, funcionava como um núcleo de condensação e de ativação de uma série de forças sociais que mantinham a unidade e a estabilidade da ordem vigente. Pensando assim, não foi por acaso que a cor foi selecionada, cultural e socialmente como marca social. (FERNANDES, 2009, p. 96)

Almada (2009) relata que embora passando por diversas situações sustentadas por esse contexto, Abdias teve diferentes ocupações, nunca desistindo dos estudos. Aos 11 anos entrou no Colégio do Comércio Ateneu Francano, onde estudou contabilidade no curso secundário. Aos 13 anos iniciou um trabalho de faxineiro em um consultório médico, porém o maior divertimento do menino era passar o tempo lendo revistas e livros da biblioteca do Dr. José Ribeiro Conrado.

Ao completar 14 anos, Abdias conseguiu uma melhor colocação com uma renda elevada comparada aos padrões de renda dos negros da época, com um ofício de guarda-livros de uma fazenda renomada da cidade. A autora pontua, no entanto, que durante a entrevista, o menino Abdias sentira que seria maltratado e humilhado por conta de sua cor. Ainda assim, insistiu e passou na entrevista, o racismo, entretanto só foi confirmado no dia de sua mudança para a

fazenda: foi proibido de sentar-se à frente no caminhão, convidado a dividir espaço com a carga de galinhas e ração localizadas no baú do veículo. Abdias recusou-se afirmando que se não existia lugar decente para ele no caminhão, aquele emprego não era para ele.

Esta situação entristeceu a família de Abdias Nascimento, e o autor que estava quase formado contador e resolveu mudar o rumo da vida tomando uma locomotiva rumo a capital São Paulo.

1.2 DA CAPITAL DE SÃO PAULO PARA O MUNDO

Abdias narra à autora Almada a recepção da cidade de São Paulo, ao ali chegar “foi com uma cusparada nos meus sonhos que São Paulo me recebeu naquele ano de 1929” (ALMADA, 2009, p. 28).

A autora acredita existir esta dor e revolta na fala de Abdias devido ao fato da cidade de São Paulo nos anos 1920, estar repleta de conflitos inter-raciais e racismo nos espaços da cidade, inclusive sendo proibida em alguns estabelecimentos a presença de pessoas negras.

Abdias confia a autora os momentos em que viveu naquela cidade:

“Vivi em São Paulo situações de um racismo explícito, respondido também muitas vezes por nós negros de forma agressiva, porque era assim que os racistas nos tratavam, fosse nas ruas, nas barbearias, nos cinemas ou nos bares”, afirma Abdias (ALMADA, 2009, p.29)

No entanto, não foi como sonhado que a cidade recebeu ao jovem Abdias Nascimento, um adolescente negro oriundo da cidade interiorana de Franca tinha expectativas que a cidade não foi capaz de atender, ao contrário, distanciou-o ainda mais.

Tendo em vista as dificuldades que encontraria pela frente na nova cidade, Abdias decidiu com 15 anos ingressar voluntariamente no exército. Sem ter onde morar, alistou-se e foi servir no Segundo Grupo de Artilharia pesada, residindo no quartel de Quitaúna), atual grande São Paulo.

Durante o período de alistamento Abdias presenciou fatos históricos, como a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, e a Revolução Constitucionalista de 1932, momento no qual já havia sido transferido da Artilharia para a 11ª Companhia de Infantaria, para onde eram transferidos os soldados considerados mais insubordinados e indisciplinados.

Durante a Revolução de 1932, havia uma grande oposição ao governo de Getúlio Vargas implantado pela Revolução de 1930, o apoio da população paulista era massivo, grupos de comerciantes, industriais, fazendeiros e parte de operários faziam parte do grupo de apoio.

Segundo Almada (2009), fora ocultado da história a participação dos negros no conflito, eles que organizavam batalhões específicos batizados de “Legião Negra”.

No mesmo período, Abdias foi surpreendido por um telegrama com a triste notícia do falecimento de sua mãe Josina, a notícia foi recebida com muita revolta pelo jovem principalmente ao ver os exploradores de sua mãe presentes ali em seu enterro. Ao retornar para a cidade de São Paulo durante a Revolução Constitucionalista, Abdias participou dos embates na região de Cunha, ali, encontrou no combate lutando pelo Rio de Janeiro o jovem Sebastião Rodrigues Alves, que se tornaria futuramente amigo de Abdias.

Almada (2009) destaca que no mesmo ano Abdias Nascimento se matriculou em um curso superior de economia na Escola de Comércio Álvares Penteado, o que demonstra ter mantido, ainda que de forma tímida, o interesse pela política. Abdias e Rodrigues Alves, movidos pelo sentimento nacionalistas, acabaram identificando este sentimento nas falas de Plínio Salgado. A adesão nacionalista levou a aproximação junto ao movimento da Ação Integralista Brasileira, de caráter conservador e de extrema-direita com inspiração fascista, não é de estranhar que mesmo com a participação de pessoas negras, estas como Abdias, não ficaram isentos do racismo no novo grupo, dado que a lógica de pureza é a marca que sustenta tal junção de nacionalismo, extrema-direita e fascismo.

A análise da vinculação de pessoas que seriam as vitimadas pelos ideais de grupos dessa natureza ainda é um limite no campo da pesquisa, há que se considerar, pois os motivos que levaram ao longo da história as pessoas a se vincularem a tais horizontes políticos. No campo da história da intelectualidade é ainda mais premente a necessidade de pesquisas que apontem para os momentos em que essas vinculações ocorreram e o que elas produziram. No caso em tela, observa-se que Abdias se enleva pelas pressuposições nacionalistas, visto que se percebe seu esforço posterior de integrar a população negra naquilo que se preconizava chamar de nacional e/ou de brasileiro.

Nas páginas dos jornais vinculados a associações negras, como *O Menelick* (1913), *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1919), o *Clarim da Alvorada*, entre outros havia instruções e debates sobre a questão racial no Brasil. A chamada imprensa negra era composta por pessoas negras intelectualizadas produzindo notícias e matérias para a população negra, buscando levar informação, conscientização e esclarecimento a todo povo negro.

Almada (2009) faz o destaque sobre a relação do discurso integralista e a imprensa negra

De modo geral, os primeiros jornais da imprensa negra – com algumas exceções adotavam um discurso integracionista, defendendo uma moral puritana. Orientavam os negros a não se envolver em bebedeiras e arruaças; atribuíam aos próprios negros a responsabilidade pelo seu desenvolvimento e

destino – que podia ser alterado, sobretudo, pela via da educação. Era um contradiscurso diante daquele difundido em São Paulo e no restante do país, no qual o negro era apresentado como selvagem, indolente, preguiçoso, criminoso, entre outros estereótipos (ALMADA, 2009, p. 33).

Tal discurso pode parecer tendencioso aos interesses nacionalistas e racistas da época, porém demonstra uma preocupação pela superação do racismo utilizando da cultura da elite branca, uma forma de mobilidade social diferente do que era esperado do negro da época.

A estratégia era de que ao adotar certos comportamentos vindo a ser um modo de superação utilizando os próprios mecanismos excludentes, como a educação superar-se-ia o racismo e assim, poderia adquirir a integração social.

Rocha (2016) observa nos discursos do AIB (Ação Integralista Brasileira), uma "missão cultural", de elevar a nação brasileira por meio da educação e da cultura. Nos discursos encontra-se o que era considerado à época, os "atributos negativos" entre outros vícios. Percebe-se que se trata de termos vinculados ao comportamento a um conjunto de práticas. A mudança que se tentava aplicar naquele momento era a justificativa. Se dava a saída da origem para a entrada da cultura. Dito de outro modo, os comportamentos "viciosos" advinham não de uma pretensa origem, étnica ou racial, mas da falta de formação, de educação. No entanto, não é coincidência de que os comportamentos reprováveis eram atribuídos à população negra, como sua religião, as práticas culturais como samba e capoeira, entre outros elementos.

A prática da militância política na vida de Abdias iniciou-se aos poucos, mas repleto de ideias do jovem negro dentro da Frente Negra Brasileira, organização que atuava concomitante e seguindo preceitos ideológicos da Ação Integralista Brasileira. Abdias não possuía cargo na organização, porém participava de reuniões e buscava sempre estar inteirado dos interesses e assuntos em pauta quanto às questões raciais. Neste momento, o próprio Abdias relata que começa a entender e sentir o orgulho coletivo, até então só tinha sentido o orgulho individual, ensinado desde pequeno pelos seus pais.

Gomes (2018) elucida em seu livro Movimento Negro Educador a importante atuação da Frente Negra Brasileira para a formação do negro na sociedade, Gomes ressalta que

É sempre importante retomar o papel da Frente Negra Brasileira. Essa associação de caráter político, informativo e recreativo surgiu em São Paulo, em 1931, com intenções de se tornar uma articulação nacional. Composta por vários departamentos, promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Visava também a integração dos negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira daquele período. Em 1936 transformou-se em partido político. Porém acabou extinto em 1937 após um decreto assinado por Getúlio Vargas que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos. A Frente Negra Brasileira pode ser considerada, também, uma articuladora,

sistematizadora, de saberes emancipatórios principalmente os políticos, sobre a realidade do negro na época (GOMES, 2018, p. 30).

É evidente a influência positiva que a Frente Negra Brasileira trouxe para a formação de Abdias Nascimento, principalmente na formação política do autor.

Em 1936 Abdias é desligado do Exército e seu companheiro Rodrigues Alves entra para um grupo religioso e decide ser padre franciscano, Abdias então identifica um ambiente cada vez mais hostil em São Paulo e decide se mudar para o Rio de Janeiro.

Ainda atuando na Ação Integralista Brasileira no Rio de Janeiro, Abdias Nascimento começou a ter contanto com um racismo mais revelado no interior da organização, o que lhe causou decepção. Abdias observou um fato curioso, ao ser convidado para a redação do jornal de divulgação da AIB, nunca tinha seu retrato publicado nas matérias que escrevia e revisava. Tardamente começou a perceber que havia uma ação sistêmica de racismo dentro da Ação Integralista, o que fez com que se afastasse de vez da organização.

Em 1937, Abdias passa a residir em Duque de Caxias, onde tem seus primeiros contatos religiosos com a cultura negra de terreiros e candomblé onde iniciou sua admiração e respeito por tradições culturais negras e a religiosidade. Ao frequentar os terreiros é que Abdias Nascimento passa a ter contato com outro intelectual negro: o poeta Solano Trindade.

Solano, membro do partido comunista, entrava em discussões frequentes com Abdias, até então nacionalista, portanto, de tendências conservadoras, Abdias agradece a influência de seus amigos como o maestro Abgail Moura, o próprio Solano Trindade e ao Joãozinho da Goméia pela troca de experiências, reconheceu para a autora Almada que sem estas trocas e discussões não se daria conta de uma “Filosofia da cultura negra” que lhe permitiu não esquecer suas origens.

Abdias no mesmo ano decide se matricular no curso superior de economia da então Universidade do Brasil, ainda neste período retorna as atividades do Exército na função de estudante de curso superior. Entretanto, é novamente retirado após panfletagem contra a presença de tropas americanas em território nacional, o que lhe causou mais uma prisão e grandes discussões e aprendizados com os presos políticos, comunistas, integralistas, ex-integralistas e outros ativistas.

Desse encontro e discussões, após sua soltura, Abdias realiza na cidade de Campinas um Congresso Afro-Campineiro, com o apoio da Escola Normal de Campinas e do Instituto de Ciências e Letras. Ainda em Campinas, ao relatar a um amigo, Rui Barbosa Pereira, a difícil situação financeira que passava, este logo ajudou a Abdias, arrumando um emprego de contador no banco de seu sogro, mas Abdias enérgico como era, não ficou muito tempo ali, após

discussões com seus colegas de trabalho sobre sua vida pessoal, decidiu pedir as contas e retornou ao Rio de Janeiro.

O retorno lhe trouxe novas amizades e surpresas, em 1940 com os amigos poetas Juan Raul Young, Efrain Tomás Bó e Godofredo Tito Iommi, lançam o grupo de poesias itinerante Santa Hermandad Orquídea em que se lançaram a viajar em nome da poesia.

Ao retornar ao Brasil em 1943 de suas viagens poéticas Abdias fora mais uma vez surpreendido, agora por um processo que corria da época em que morava com Rodrigues Alves de uma briga em que os dois se meteram com um delegado. Em decorrência disso, Abdias foi novamente preso, mas na penitenciária do Carandiru. Nesse lugar começou a ensaiar os primeiros passos para seu teatro, com roteiros, ensaios e peças escritas em meio ao ócio da detenção, de onde nasceu o projeto Teatro do Sentenciado. Após sua absolvição e então com 30 anos de idade Abdias viria fundar a o Teatro Experimental do Negro o TEN.

O Teatro Experimental do Negro, fundado em 13 de outubro de 1944, representa um marco para a população brasileira, especialmente a população negra, e movimentou a vida social e política entre os anos de 1940 e 1950. Para além da encenação de peças, o TEN era um palco para movimentos políticos, sociais, raciais e educacionais, servindo a população em diversas frentes.

O TEN nascera da vontade de reconhecimento, criação e resgate da cultura negro-africana. Tais criações eram junto a outras negadas pela ideia de hierarquia de culturas, notadamente a europeia. Agia em diferentes frentes, por um lado a valorização e do negro através da cultura, educação e arte, e por outro lado pela denúncia da alienação dos estudos afro-brasileiros levando o negro a consciência da sua existência na realidade em que se encontrava.

Almada destaca os méritos do Teatro Experimental do Negro, para a autora

Com o TEN, Abdias havia alçado à condição de artistas um número expressivo de pessoas desprovidas até então da menor possibilidade de ingressar no mundo profissional das artes. Outro mérito foram os cursos de cultura geral promovidos pela entidade. A direção do TEN apostava em atividades capazes de estimular o protagonismo social, cultural e político da população negra. Na base do seu projeto encontrava-se o fortalecimento da autoestima, da identidade cultural e da estética negras – com base na valorização da matriz cultural africana e de uma série de projetos de intervenção social. Entre eles, um curso de alfabetização realizado na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), permanentemente aberto a crianças e adultos de ambos os sexos, do qual chegaram a participar cerca de seiscentos alunos. Por tudo isso, sob o emblemático nome de Teatro Experimental do Negro, o que se realizava era, de fato, um projeto revolucionário em vários aspectos (ALMADA, 2009, p.54)

Para além da atuação e dos roteiros das peças do TEN, Abdias funda em 1945 em colaboração com Agnaldo de Oliveira Camargo e Sebastião Rodrigues Alves, o que a autora define como um braço político do TEN, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro em que também funcionava a sede da UNE.

No Comitê alguns desentendimentos e desencontros foram responsáveis pela expulsão de Abdias e seus colegas fundadores, por incompatibilidade de pensamentos com a agenda comunista que se tornavam hegemônicas no comitê.

Após o duro desprendimento do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, Abdias seguiu com então seus companheiros por outras vias de luta, organizando a Convenção Nacional do Negro. Naquela reunião estava em pauta discutir as questões raciais, sociais e políticas em prol do negro para então apresentar propostas à constituinte no ano de 1945. Dentre as propostas estavam

1) Que se torne explícita na Constituição de nosso País a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca. 2) Que se torne matéria de lei, na forma de crime lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça. 3) Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preceito acima, tanto nas empresas de caráter particular como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública e particular. 4) Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e sociais de ensino secundário e superior do País, inclusive nos estabelecimentos militares. 5) Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejarem estabelecer-se com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com capital não superior a Cr\$ 20.000,00. 6) Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando à elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros. (Convenção Nacional do Negro, 1945).

Almada (2009) pontua que em 1946, com a Constituinte, inicia-se a discussão em torno dos crimes contra a discriminação racial, após aprovado e passa a integrar a Constituição de 1946. No entanto, a lei foi recusada pelo Deputado Claudino José da Silva alegando a impossibilidade de provas em crimes de discriminação racial, o que foi aceito pelos demais parlamentares.

A autora destaca que como via de comunicação, para fazer circular as ideias Abdias Nascimento lança em 1948 o jornal O Quilombo que servia de tribuna aos interesses da população negra. Nos números do jornal, Abdias trazia para discussão a mobilização política, econômica educacional e eleitoral da população negra no país, e o diálogo com o mundo cultural brasileiro e internacional.

O TEN continuou atuando até 1950, momento em que se acaloravam debates sobre as relações raciais, nacional e internacionalmente. Este momento foi marcado por diversas situações de racismo, como ocorreu com a atriz negra Katherine Durham que em 1947 que foi impedida de entrar no hotel no qual estava hospedada. Estes e outros casos, a contar o golpe militar em 1964, seguindo da ditadura civil-militar fizeram que a atuação política de Abdias fosse cada vez mais prejudicada no Brasil. Com a criminalização das atividades políticas e com a definição de que o trato da questão racial se tornara um problema nacional o fez decidir-se pelo autoexílio nos Estados Unidos.

1.3 AUTO EXÍLIO NOS ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos Abdias viajou para conhecer diversas organizações culturais e lideranças afro-americanas, em uma dessas viagens conheceu o presidente do Partido dos Panteras Negras, Bobby Seale. Teve uma permanência breve na universidade de Wesleyan em Middletown no estado de Connecticut, nesta universidade atuava como professor de literatura portuguesa e participava de eventos culturais. Iniciou também nos Estados Unidos seu trabalho artístico, como curador de projeto no Museu de Arte Negra.

Almada (2009) destaca que a atividade de pintura para Abdias tornou-se uma linha de fuga nos invernos do Norte, o que também o fez se reconectar com suas origens por meio da arte expressa, e se comunicar em terras estrangeiras. Com suas obras Abdias faz sua primeira exposição no Harlem Art e na Crypt Gallery da Universidade Columbia, ali fez relatos aos alunos de suas vivências com o Teatro Experimental do Negro.

Em Búfalo, conheceu Elisa Larkin, com quem teve um filho, Osíris, Larkin, uma americana branca, sabia falar um pouco de português por ter feito um intercâmbio no Brasil, já Abdias nunca demonstrou interesse em aprender a língua inglesa, relutava que não gostaria de ser “colonizado duas vezes”. Com Elisa Larkin Abdias consolidou seu terceiro casamento, uma vez que já havia sido casado com a assistente social e ativista Maria de Lourdes Vale Nascimento, e posteriormente um segundo relacionamento com a renomada atriz Léa Garcia, pioneira como representante negra nos teatros e televisão. Com Léa Garcia Abdias Nascimento teve dois filhos.

Nos Estados Unidos estreitou os laços com o movimento Pan-africanista. O movimento pan-africanista foi difundido na segunda vertente por Marcus Garvey a partir de 1920, uma

corrente que defendia a soberania africana por meio da independência política, cultural e econômica do continente. O Movimento da negritude também surge em 1920, a partir da luta anticolonial, vinculada a experiências das colônias francesas.

Em determinado momento, as correntes pan-africanas se difundiram em embates político-ideológicos pela multiplicidade de posições assumidas pelos militantes afro-americanos na época em que Abdias Nascimento chegou aos Estados Unidos a divergência ocorreu principalmente pelas diferenças político-econômicas entre posicionamentos comunistas, capitalistas e nacionalistas.

O pan-africanismo expoente se difundiu com os ideais comunistas, colocando a pauta da luta contra o racismo abaixo da luta de classes, desta forma Abdias opta, neste contexto por se vincular às vertentes que mesclam a autonomia econômica anticapitalistas e a produção cultural e política se aproximando das ideias de Patrice Lumumba, Aimé Césaire, Cheikh Anta Diop, Malcolm X, Steve Biko, entre outras/os. Neste debate, junto a esses autores e autoras havia cada vez mais a consciência dos limites do modelo econômico, portanto uma recusa ao capitalismo, ao mesmo tempo a alternativa comunista era limitada para sanar as questões raciais.

Em meio a esse debate, Abdias Nascimento teve seu primeiro contato com o pensamento afrocêntrico de onde conheceu as bases que o auxiliaram na formulação do conceito de Quilombismo. O autor se aproximou desse arcabouço teórico por meio de vivências e experiências no Departamento de Estudos Porto-Riquenhos da University of New York (SUNY). Em SUNY, alinhou seu pensamento intelectuais afrocêntricos tais como Molefi Asante, Maulana Karenga, e John Hendrick Clarke responsáveis pela disseminação do pensamento afrocêntrico na área acadêmica (MILES, 2017; CUSTÓDIO, 2009).

Após longa atuação intelectual e artística nos Estados Unidos, Abdias Nascimento decide retornar ao Brasil depois de 13 anos de autoexílio, em 1981 cria o Instituto de Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). A intenção era manter na PUC de São Paulo o acervo de livros e obras artísticas de Abdias Nascimento, porém com a falta de recursos e na impossibilidade na PUC de manter o acervo de forma adequada, parte do acervo se perdeu por falta de conservação, o que fez o IPEAFRO se mudar para a cidade do Rio de Janeiro em 1984.

1.4 ATUAÇÃO POLÍTICO PARTIDÁRIA DE ABDIAS NASCIMENTO

Almada (2009) relata que Abdias Nascimento mantinha contato com Leonel Brizola. Desde 1979 com a concessão de anistia aos exilados políticos, Brizola foi um político histórico do Partido Trabalhista Brasileiro (PDT), foi ex-governador do Rio Grande do Sul e perseguido pelo regime militar manteve exílio na cidade de Nova York. Com o enfraquecimento da ditadura e o que se produziu sobre democracia, os encontros entre Abdias e Brizola se tornaram recorrentes.

Abdias não acreditava que partidos de esquerda fossem atentos às causas raciais da luta contra o racismo, porém Brizola se mostrava solícito a luta e coadunava com os argumentos de Abdias. O PDT fundado em 17 de junho de 1979, torna-se então o primeiro partido pós-ditadura com o compromisso público sobre as causas raciais. Isso pode ser verificado com o estabelecimento em seu estatuto da causa das populações negras, como parte fundamental na luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional.

Abdias Nascimento inicia sua vida parlamentar em 1980, em 1981 lança a Secretaria do Movimento Negro do partido em 1982. Sob o pleito popular conquista na legenda do PDT o cargo de Deputado Federal, sendo o primeiro negro a dedicar seu mandato na luta ao racismo.

Em 18 de março de 1983, Abdias Nascimento assume o mandato de Deputado Federal pela legenda do PDT transformando o trabalho no Congresso era uma continuidade à luta dos ancestrais africanos. Se propunha a afirmar os direitos civis e humanos resgatando os valores histórico-culturais do povo negro e a identidade étnica, buscando uma sociedade mais plural e com igualdade de oportunidades, emprego, salário, educação e bem-estar social.

No prefácio do livro *Combate ao racismo: Discursos e Projetos*, Abdias deixa claro o seu compromisso na atuação parlamentar

Meu primeiro compromisso, entretanto, é com a luta antirracista. Fiz uma campanha política baseada quase que inteiramente nesse compromisso, os votos que me levaram à Câmara Federal foram votos de consciência, de negros e brancos, quanto à importância e a justiça social do movimento negro e suas reivindicações no Brasil. Estou convicto de que, pela primeira vez na história parlamentar desse país, a Câmara ouviu, da boca de um negro especificamente eleito para isto, a denúncia do racismo e da discriminação racial e a formulação de alguns remédios capazes de ajudar a cura dessa sociedade brasileira estruturada sob princípios anti negros do supremacismo branco europeu. Não é tarefa fácil remover ideias, conceitos, informações e práticas cristalizadas ao longo de nossa História de quase cinco séculos e cultivados institucionalmente por nosso sistema de ensino, meios de comunicação de massa, (imprensa, rádio e televisão), mercado de trabalho, distribuição de renda, formas de status e mobilidade social etc. Dentre as várias formas de destituição de descendente africano - cuja gama vai da econômica à espiritual-

sobreleva-se a destituição da sua dignidade humana, sistematicamente agredida pela sociedade dominante, que para isso se utiliza do arbítrio violento do aparato social (NASCIMENTO, 1983, p.6)

No dia 13 de maio de 1983, Abdias abre seu pronunciamento denunciando o referido dia como uma mentira cívica. Para Abdias a data da abolição da escravatura não passava de uma cilada para a mistificação da democracia racial, uma data cujo simbologia que não representava a libertação do povo negro.

O enredo enganoso a que Abdias se referia, está apoiado nos dados apresentados no pronunciamento no qual aponta as diferenças de instrução entre jovens brancos e negros, evidenciando uma falha estrutural no sistema de ensino escolar, especialmente para crianças e jovens negros.

Abdias Nascimento destaca que:

Como podemos dizer que meu neto tem as mesmas oportunidades, quando no censo de 1980 nos mostra que apenas um quarto dos brancos tem menos de um ano de instrução, enquanto 48%, quase a metade dos negros, carece de um ano de instrução? Onde está a igualdade de oportunidades se, entre a população branca quase 5% tem ensino superior, enquanto a população mestiça tem menos de 1% em entre a população negra somente metade de um por cento tem grau superior? (NASCIMENTO, 1983, p. 10)

Após a denúncia e desmistificação do 13 de maio por Abdias Nascimento do qual o autor declara “só se tornaram livres os senhores, libertos das responsabilidades com as vidas humanas as quais escravizaram”, o Deputado Raimundo Asfora e o Deputado Gerson Peres entraram em longa discussão com o deputado Abdias por defender as questões raciais e sociais dos negros. Ao tentarem deslegitimar a fala de Abdias com vistas de um discurso pautado na ideia de democracia racial, e de uma desigualdade social presente no país que não estava ligada ao recorte racial.

Por fim, Abdias Nascimento encerra seu pronunciamento celebrando não a princesa Isabel e nem o 13 de maio, mas sim todos e todas as lideranças e ídolos lutadores da causa negra, no qual o autor destaca que morreram para gerações seguintes pudessem ser livres. Os nomes de Luís Gama, Preto Cosme, Isidoro o mártir, os enforcados na revolta dos Alfaiates, todas as pessoas que carregam o Dragão do Mar, o João Cândido, Zumbi, Marechal dos Palmares, os heróis e heroínas pan-africanistas, ou seja, os símbolos da libertação do povo brasileiro, entre muitos nomes de homens e mulheres anônimas que colocaram suas vidas pela população negra.

Na mesma data, em 13 de maio de 1983, Abdias relata o projeto de resolução que cria a Comissão do Negro. O Projeto de Resolução nº58 de 1983 se refere o parecer

Art. 1º Fica criada, na forma de art. 30 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a comissão do Negro, composta de 11 membros, em número igual de suplentes. Parágrafo único. Esta comissão terá vigência até 13 de maio de 1988.

Art. 2º A Comissão do Negro compete opinar sobre todos os assuntos relacionados ao negro. Compete-lhe também em caráter temporário, receber e investigar denúncias de atentados aos direitos humanos e civis dos brasileiros de ascendência africana. Compete-lhe ainda, em colaboração com as demais comissões da Câmara dos Deputados, e com as organizações da comunidade afro-brasileira, propor medidas legislativas atinentes ao resgate da história, respeito à identidade étnica e cultural, interesses da educação, treinamento profissional, emprego, segurança, moradia e saúde das populações negra do Brasil. (NASCIMENTO, 1983, p. 23)

A Comissão do Negro estaria designada a discutir e sugerir medidas pelos direitos da população negra que há tanto tempo haviam sido negados, como o acesso à própria história, a educação, a formação profissional e a saúde, porém a ação foi tida como inconstitucional segundo o art. 1º da Constituição do Brasil, que define a igualdade de todos perante a lei, pelo membro Relator Nilson Gibson e do Parecer da Comissão, em 14 de julho de 1983.

Abdias Nascimento encontrou bastante resistência quanto aos seus projetos e discursos apresentados no plenário da Câmara, todas oriundos da defesa de uma igualdade dos cidadãos brasileiros, igualdade essa que não era observada socialmente e menos ainda pelos dados apresentados pelo autor.

Na data de 8 de junho de 1983, Abdias abre o seu discurso parlamentar exaltando a vida e os feitos de Zumbi e dos escravizados desconhecidos da nação, propondo a construção de um memorial histórico para a figura do escravizado desconhecido, tão importante na construção do país. Nas palavras de Abdias Nascimento

Não é de se esperar que os detentores do poder e dos privilégios decorrentes da herança do racismo venham resgatar a história africana e afro-brasileira que escamotearam até hoje. Isto é tarefa nossa, dos negros conscientes; o resgate da nossa história, da nossa dignidade de povo, de senhores da nossa própria história. E a comunidade negra se vem empenhando nessa tarefa há muito tempo. Além dos esforços realizados pela comunidade durante todo este século, queremos assinalar especialmente uma iniciativa atual das nossas entidades negras. Empenhamos num projeto a nível nacional, as organizações negras de todo o país reuniram-se em torno do Memorial do Zumbi.

[...] Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje venho apresentar outro projeto de lei, que faz parte deste mesmo esforço da comunidade negra para resgatar seu legado histórico na memória nacional. Este projeto exige a ereção do Memorial do Escravo Desconhecido, na Praça dos Três Poderes, desta capital do Brasil. Pois de todos os poderes do ser humano, o poder de raciocinar, de trabalhar, de construir, de edificar e de criar constitui aquele que nos destaca das demais criaturas naturais. Este é o poder exercido pelo negro durante toda a História do nosso país. Seu trabalho não foi apenas manual: ele atendeu as

necessidades culturais e espirituais da Nação, edificando as matrizes de uma civilização verdadeiramente brasileira (NASCIMENTO, 1983, p. 40).

Ao retomar a memória de Zumbi dos Palmares e exaltar a história do negro escravizado, Abdias indica para a nação a importância do memorial para a narrativa e discurso da história do país, uma vez que os memoriais e heróis nacionais representavam majoritariamente europeus e colonizadores, mas não parte da população que construiu o Brasil.

Um memorial conta a história do lugar, marca gerações, é um símbolo físico de uma história que será repassada, será observada e resgatada, urge a importância descrita no pronunciamento do autor Abdias Nascimento, de resgatar e contar a história através de memoriais que represente nossos ancestrais negros.

Ao longo do mandato, o Deputado Federal Abdias Nascimento, entrou em enérgicas discussões com os demais legisladores da Câmara dos Deputados, discussões estas que se intensificaram após a proposição de Projeto de Lei Nº 1.661, de 1983 que dispunha o crime de lesa-humanidade ao discriminar pessoas individual ou coletivamente, em razão da cor ou etnia, criminalizando o racismo.

A primeira lei de nº 1.390/51 conhecida como ‘Lei Afonso Arinos’ considerava o racismo como contravenção e não crime e, segundo a justificção relatada por Abdias Nascimento, não atendia as problemáticas de cunho racial e as circunstâncias de discriminação no Brasil.

Após movimentos sociais e de comunidades negras, clamando a representação legal de crimes cometidos em razão de discriminação racial, principalmente pela Frente Negra Brasileira, o projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados faz exigir a criminalização e a penalização contra o racismo. Tal posicionamento contrariou a hegemonia política dos demais Deputados, que observavam as propostas de Abdias como favorecimento de uma raça em detrimento de outra, e que a Constituição Federal estava acima de todas as pessoas e precisava ser vista como absoluta, no tocante a “igualdade perante a lei”.

Contudo Abdias Nascimento não recuou da luta e em 7 de junho de 1983 apresentou à Câmara um de seus mais importantes Projetos de Lei, o qual o autor denomina por “ação compensatória”, algo como uma anterioridade ao que hoje conhecemos por políticas de Ações Afirmativas.

No Projeto de Lei nº 1.332, de 1983 que dispõe sobre a Ação Compensatória, visa à implementação do princípio de isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, na qual a proposta versa, especialmente para o campo da educação por:

Art. 1º As autoridades públicas, os mandatários governamentais e a sociedade civil brasileiros deverão tomar medidas, concretas, de significação compensatória, para implementar, para os brasileiros negros (de descendência africana) o direito que lhe é assegurado pelo Art. 153 §1º, da Constituição da República, à isonomia concedida a todos os brasileiros, nos setores de oportunidade de trabalho, remuneração, educação, e tratamento policial, entre outros. (NASCIMENTO, Projeto de Lei, Lei nº 1.332, 1983)

Da atuação parlamentar de Abdias Nascimento, com seu último registro de notícias da Câmara dos Deputados, em que anuncia para a população brasileira as proposituras e os resultados obtidos na Câmara, relata o que de maneira implícita e explícita sempre o perseguiu durante a vida e mais ainda nos espaços políticos: o racismo. Essa articulação por meio da estratégia incessante de produção do mito da democracia racial era evidente nas falas dos legisladores que barraram as propostas de Abdias Nascimento na Câmara dos Deputados.

Para Abdias Nascimento, ao avaliar seu percurso parlamentar na 47ª Legislatura da Câmara dos Deputados, descreveu ser um “boi de piranha” com isso afirmava estar sempre disposto a ser atacado, a perder várias vezes se fosse preciso para que pudesse abrir caminho para o povo que tanto defendia os direitos, o povo negro. Para Larkin (2014), o mito de democracia racial foi o principal obstáculo na defesa dos direitos apresentados por Abdias Nascimento, a autora considera que:

Ao assumir a cadeira de deputado em 1983, Abdias Nascimento desafiou esse padrão de forma direta e contundente. Apresentou projetos de lei que propunham políticas públicas para reparar o legado de racismo e discriminação que alocava os brasileiros de origem africana nas camadas mais baixas da hierarquia social do país. Contra os argumentos tradicionais, emergentes do senso comum e paradigma acadêmico então prevalecente da harmonia e “democracia racial” brasileira, Abdias Nascimento observava que, em contraste com imigrantes europeus e asiáticos relativamente recém-chegados que se encontravam assimilados em muito maior proporção nas altas escalas sociais e econômicas, os negros permaneciam há cinco séculos na pobreza ou miséria em consequência do racismo. Escravizados durante a maioria desse tempo em função de sua negritude, no período republicano eles foram excluídos da nascente economia urbana industrial erguida com base na importação de mão de obra europeia com o objetivo explícito de embranquecer a população. Os negros sofriam com a falta de acesso à educação, emprego, moradia, serviços de saúde e meios de subsistência em razão da discriminação racial motivada pela mesma ideologia que buscava “melhorar a raça” da população do Brasil. A própria Constituição brasileira incorporou o ideal da eugenia, e, de acordo com lei promulgada em 18 de setembro de 1945, a política imigratória do Brasil visava atender à “... necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia (LARKIN, 2014, p. 32)

Estes ideais eugênicos, o posicionamento político errôneo quanto à democracia racial no país quanto às questões de raça, somado aos projetos vetados na Câmara dos Deputados, não pararam o percurso de Abdias Nascimento, pelo contrário, impulsionaram ainda mais a sua vontade de luta pelos direitos dos negros. Isso resultou em uma candidatura ao Senado Brasileiro, onde retomou seus projetos mais importantes e iniciou outros, todos voltados para a equidade racial e social da população negra.

Abdias Nascimento assumiu em março de 1997 a cadeira no Senado Federal como titular, após o falecimento de Darcy Ribeiro que sempre foi sensível às lutas antirracistas e parceiro político de Abdias. Durante o mandato no Senado, assim como a atuação parlamentar como Deputado Federal, Nascimento reforçava sua atuação para as causas raciais reapresentando seus mais importantes projetos que haviam sido barrados na Câmara dos Deputados.

Dentro do Senado também iniciou importantes trabalhos, como a publicação da revista *Thoth*, em seis volumes. A revista *Thoth* representou um veículo de comunicação utilizado por Nascimento para com a população, uma preocupação do autor desde o período de Deputado Federal em que publicou os livros "Combate ao Racismo" organizados em 6 edições. Para além da comunicação da atuação política, a revista *Thoth* também surgiu como um fórum de pensamentos e reflexão do negro brasileiro, e que buscava refletir as questões raciais em dimensões históricas e epistemológicas. Esses objetivos visualizaram-se no nome da revista *Thot*, nome em referência a de um dos primeiros Deuses africanos do antigo Egito a desenvolver a filosofia religiosa egípcia, o escriba dos Deuses.

Na revista *Thoth* nº 1, Abdias Nascimento reapresenta os Projetos de Lei de crime do Racismo e das Ações Compensatórias. Ao finalizar o mandato como Deputado Federal, Nascimento já indicava que retomaria estas lutas, porém como apresentado pela autora Larkin no livro *Grandes Vultos do Senado*, não obteve êxito mesmo na reapresentação dos projetos, sendo necessária mais de uma década para que o projeto de ações afirmativas voltasse a ser discutido publicamente, segundo Larkin

Abdias Nascimento realizou como deputado federal, na legislatura anterior à Constituinte de 1988, um trabalho "preparatório para as futuras conquistas da população afro-brasileira, trazendo àquela casa o dimensionamento do racismo e da discriminação racial como questão nacional, e não apenas como um suposto 'problema do negro'". As medidas propositivas de seus projetos de ação compensatória, apresentados em 1983, abriram o precedente de uma proposta que ainda levaria 13 anos para ser debatida com seriedade no âmbito federal: a adoção de políticas públicas de combate ao racismo. Essa propostas se materializaria em nível nacional, de forma tímida e eventual, a partir de 2001; se concretizaria na Lei 10.639 e criação da SEPPPIR em 2003, e nas políticas de cotas; levaria mais uma década para se consolidar mediante

decisão do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu a constitucionalidade das cotas em abril de 2012. (LARKIN, 2014, p. 237)

A discussão a que se refere Larkin (2014) quanto às ações afirmativas, demonstraram o pioneirismo dos projetos apresentados por Abdias Nascimento, como o projeto das medidas de Ação Compensatória. Vetado na Câmara dos Deputados em 1983 foi reapresentado ao Senado em 1997, e avaliado com ressalvas pelo relator e Presidente da sessão de votação no Senado. A discussão do projeto de Ação Compensatória na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal ocorreu na sessão de 11 de março de 1998, presidido por Bernardo Cabral e relatado pelo Senador Roberto Requião.

No parlamento foram apresentadas propostas que deram continuidade futura ao Projeto de Ações Afirmativas de Abdias Nascimento, como a questão do Senador Ramez Tebet, que sugeriu a implementação de ações afirmativas a iniciar pelas universidades, e da mesma discussão o Senador Lúcio Alcântara faz a sugestão de recorte de cotas para escolas públicas, nas universidades públicas.

Após longas discussões, os Senadores decidiram pelo adiamento da comissão de julgadora da ação compensatória, na qual ao final da sessão, o Senador Roberto Requião relata

Não é uma homenagem que quero prestar ao Senador Abdias Nascimento, mas é uma visão pragmática e que, na verdade, traduz-se concretamente como uma ação afirmativa. Não vamos enterrar esse projeto. Vamos procurar um consenso e dar o passo que for possível no sentido de reprimir e evitar a discriminação racial. Toda caminhada começa com o primeiro passo, e o primeiro passo será sempre o possível, viabilizado pelo consenso na Comissão e no plenário do Senado (REQUIÃO, 1998, p. 57)

Ao final do debate, o Senador Abdias Nascimento é convocado a falar, e demonstra contentamento com a sessão, disse não estar surpreso com as colocações dos colegas Senadores, e que estava disposto a fazer as mudanças necessárias quanto às discussões apresentadas para que o projeto fosse aprovado. O projeto apresentado de Ação Compensatória apresentado por Abdias Nascimento somente seria aprovado 13 anos mais tarde, reformulado e defendido por pressões de grupos sociais, a Política de Ações Afirmativas (2012) aprovada pela lei nº 12.711/12, apesar de algumas instituições terem aderido ao sistema de cotas autonomamente.

1.5 CONSIDERAÇÕES DE UM LEGADO

Em 1999, assume como titular fundador a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Recebeu homenagem da Câmara Municipal de Salvador como uma das cinco personalidades do mundo africano: Malcon X, Abdias

Nascimento, Martin Luther King, Patrice Lumumba e Samora Michel. Em 2010, recebeu indicação ao Prêmio Nobel da Paz, e em março do ano seguinte esteve entre as lideranças negras em um encontro com o então presidente norte-americano Barack Obama.

Abdias Nascimento faleceu no dia 24 de março de 2011, poucos dias depois de completar 97 anos de idade, encerrando uma vida de lutas, representação e conquistas para o povo negro, não findando o seu trabalho com sua passagem, mas deixando um legado de compromissos e lutas a serem trilhadas por toda posteridade do povo afro-brasileiro.

No próximo capítulo será abordado os conceitos que esteiam este trabalho e que foram cruciais como ferramenta de entendimento da atuação política de Abdias Nascimento. Buscamos ilustrar o campo das intelectualidades e mentalidades, a educação das relações étnico-raciais e a descentralização do eurocentrismo, bem como o conceito central de quilombo.

A partir dos sentidos conceituais que sustentam a construção teórica do tema deste trabalho pretendemos descortinar no quilombismo de Abdias Nascimento as propostas, ideias e suposições a respeito de uma educação antirracista.

CAPÍTULO 2. CAMINHOS TEÓRICOS DA PESQUISA: A HISTÓRIA DAS INTELLECTUALIDADES, PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO DESCENTRALIZADAS E O QUILOMBO BRASILEIRO

Com o intuito de localizar teoricamente a hipótese aqui delineada, qual seja a da observância de uma projeção da proposta de combate ao racismo de Abdias tendo a educação como plataforma de ação, faz-se necessário debruçar-se sobre os termos centrais da pesquisa.

Se, e como se delineia o combate ao racismo para Abdias Nascimento, se daria pela educação ao incorporar pressupostos do quilombismo, tal aspecto demanda articulação com a Educação das Relações Étnico-raciais no Brasil. Seguindo a isto, teremos que compreender os processos de formação e propostas do quilombismo como proposta, a fim de articular estes processos para pensar uma educação antirracista.

Para isto, utilizamos como esteio teórico da pesquisa, além da linha da história da intelectualidade, extraída da história das mentalidades que se debruça sobre a história de pensamentos e ideias como modo de organizar um escopo de conceitos que balizam esta dissertação.

2.1 HISTÓRIA DOS INTELLECTUAIS

Inserimos no campo dos estudos historiográficos, acerca da História da Intelectualidade, a vertente necessária para analisar e compreender os pensamentos, pronunciamentos, discursos, documentos, e trajetórias de Abdias Nascimento, especialmente na obra *O Quilombismo*. Para tanto, utilizamos como referência artigos que contextualizam o histórico, as definições, os objetivos e as contribuições da História dos/as Intelectuais para o campo das ciências humanas (DUTRA, 2015; ZANOLLO, 2018; CORRÊA, 2015; WASSERMAN, 2015).

Eliana Regina de Freitas Dutra (2015), na apresentação do *dossiê Historiografia e História Intelectual*, relata que a História dos Intelectuais passou por diversos entendimentos, tendências e questões teórico-metodológicas. A autora aponta que o obscurantismo da limitação teórica do objeto dificulta o trabalho de quem se interessa pelo tema, e que por vezes dentro do campo da História sofreu de autonominação, dificultando a definição teórica da História dos Intelectuais.

Dutra (2015) apresenta uma geografia da teoria, que passa por territórios como: Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Argentina, e algumas universidades renomadas como:

Cambridge, Oxford, Johns Hopkins, e outras, difundida por filósofos, linguistas, historiadores e sociólogos, nomes entre os quais aparecem: Reinhard Koselleck, Quentin Skinner, François Sirinelli, François Foucault, entre outros/as.

A autora sintetiza a teoria-metodológica da História dos Intelectuais como um lugar de avanços, mudanças e convergências entre diferentes correntes teóricas que produziram novos desafios e outras práticas, tais como: produção de material conceitual, textos filosóficos, historiográficos, políticos, documentos políticos, manifestos, jornais, revistas e outros materiais que relacionam a produção dos materiais com a dimensão cultural e as relações intertextuais. Desse modo, a troca entre teoria e empiria, pensamento e texto, e texto em contexto se cruzam em diferentes fronteiras disciplinares, atuando em diferentes campos das ciências humanas.

Gizele Zanotto (2008) no artigo *História dos Intelectuais e História Intelectual: Contribuições da historiografia francesa* retoma o histórico da teoria da História dos Intelectuais, especialmente em França, e apresenta como a teoria caiu em ostracismo com o surgimento da *Ecolé des Annales* e como a teoria ressurgiu em voga a partir dos anos 1960.

Zanotto (2008) destaca que a História dos Intelectuais e a História Intelectual se localizam no cruzamento entre o político e o cultural, e que essa localização é fundamental para compreender a atuação deste grupo sobre a ação engajada, pensamento e influência na sociedade.

A autora ressalta que a partir da publicação da revista *Annales d'Historie Économique et Sociale* (1929), autores como Lucien Febvre e Marc Bloch passaram a questionar a forma como a História era feita, e preconizaram a substituição da tradicional História de narrativa de acontecimentos, por uma história de todas as atividades humanas. Com o surgimento do movimento dos *Annales* iniciou-se uma tentativa de deslocar a atenção dos acontecimentos políticos e passou a propor um comprometimento com uma teoria social que superasse a história dos indivíduos e dos eventos concretos, para uma teoria que demarcasse os ritmos lentos dos espaços-tempos como desafiador ou limitador das ações humanas.

Zanotto (2008) relata que a geração dos *Annales* se caracterizou pela defesa de uma nova proposta para compreensão do tempo da História, a partir de uma teoria hierárquica dividida em três partes, sendo elas: "o tempo lento das estruturas", o "tempo médio das conjunturas" e, por fim, o "tempo trepidante dos eventos". Nos modos múltiplos de se fazer a história dentro destes grupos, se destacava a História das Mentalidades (história cultural) e a História quantitativa ou serial (história social).

Segundo a autora, o grupo de *Annalistas* influenciados antropologia histórica e etno-história, passaram a adotar novas posturas sobre a história cultural e política, utilizando de

diferentes referenciais-teóricos como: Pierre Bourdieu, Pierre Chaunu, Erving Goffman, Victor Turner, Michel Foucault e Michel Certeau. Uma terceira geração de *Annalistas* inaugura ainda a chamada Nova História Política, e Nova História Cultural, que instrumentalizaram os estudos sobre os intelectuais.

Zanotto (2008) destaca que embora o grupo de *Annalistas* em sua origem tenha criticado a História Tradicional e a história dos intelectuais e de alguma forma contribuído para desvalorização deste campo especialmente nas primeiras décadas do século XX, alguns autores do grupo de *Annales* publicaram obras que apontavam para uma possibilidade de uma história intelectual diferente da tradicional, comprometida com a análise, os processos psicológicos, os movimentos coletivos, formas de pensamento entre outros, que abarcassem a cultura popular e concepções filosóficas de cada período.

Mesmo com poucas produções, o movimento de *Annales* se tornou responsável pelo ostracismo da história intelectual. Zanotto (2008) aponta que no interior da história social, a história dos intelectuais era duramente criticada, especialmente por não ser uma história serial ou quantitativa, pela predileção dos *annalistas* destas metodologias, principalmente a partir da terceira geração do grupo. Este movimento passa a mudar somente na década de 1970, quando a história dos intelectuais perde o caráter de indigna, pelo uso de historiadores/as com interesse principalmente pela história das ideias políticas e a história da cultura política.

Segundo Zanotto (2008) a história dos intelectuais na França inicia com Alfred Dreyfus (1859-1935) capitão do exército francês, acusado de espionagem em favor da Alemanha. Anos depois embora tenha provado sua inocência, a sentença do segundo julgamento manteve o resultado do primeiro, causando revolta no escritor Émile Zola, que publicou um manifesto juntamente com outros intelectuais da época defendendo a inocência de Deyfus, dando surgimento ao termo “intelectual” e sua atuação e posicionamento político frente à sociedade.

A autora pontua que a retomada pelos estudos sobre os intelectuais acontece a partir de 1980 no campo da história, com a chamada *História Política*. Um dos questionamentos dos estudiosos do grupo sobre história política era como definir o grupo social de intelectuais?

Sirinelli (1986) aponta para dois posicionamentos quanto aos intelectuais: o primeiro os define dentro de uma leitura sociológica e cultural, em que engloba jornalistas, escritores, professores e outros. No segundo posicionamento, localiza os intelectuais por sua atuação política, engajamento, e contribuição de forma direta ou não sobre a sociedade.

Para o autor, um dos caminhos teórico-metodológicos para identificar um/uma intelectual passa pela reconstituição das trajetórias, que auxilia a perceber o engajamento político da pessoa intelectual. Um segundo modelo teórico-metodológico, o estudo das

estruturas de sociabilidade, é feito a partir das revistas, manifestos, e abaixo assinados, que suscitam perceber a partir destes documentos os efeitos da consciência nacional que desencadearam estas declarações públicas. O terceiro modelo é feito a partir do estudo da noção da geração: observa os “efeitos da idade” e observa as gerações de intelectuais, tendo dois pontos de observação, o primeiro do político e o segundo do grupo intelectual. O grupo político ocorre como manifestação ou evento em tempo de crise, e o grupo intelectual se consolida frente a uma ruptura ideológica com a geração anterior.

Sirinelli (*apud* ZANOTTO, 2008) aponta que a história cultural teve grande contribuição para a história dos intelectuais. Para o autor, a história cultural questiona “como os homens se representam e representam o mundo que os cercam”. Desse modo de pensamento, surge a história intelectual, que tem por objetivo a análise das ideias e ideologias ministradas por ideólogos. Neste campo, o objeto de estudo são as correntes de pensamento, a articulação em sociedade e a produção em registros, fenômenos de circulação e enraizamento destes pensamentos.

Rubens Arantes Correa (2015), no artigo “*Os Intelectuais: Questões Históricas e Historiográficas – Uma discussão teórica*” apresenta um histórico do termo “intelectual” e o entendimento do termo ao longo do tempo. O autor retoma o início do uso do termo com *Affair Dreyfus*, e pontua que o início do termo intelectual deriva de uma ideia de engajamento na vida pública.

Correa (2015) sinaliza que o termo intelectual não somente é uma acepção da era moderna, como também uma concepção de um ator social engajado com as questões políticas do seu tempo, e afirma que pensar o “intelectual” é um fenômeno próprio da modernidade e tornou-se um problema de estudo dentro das ciências humanas.

O autor retoma o período da Renascença como o surgimento de intelectuais na vida pública, os “homens das letras”. Segundo Correa (2015), os homens das letras negociavam suas obras com os mecenas da época, da classe burguesa em ascensão, buscavam financiamento de suas obras enquanto os mecenas buscavam a promoção e prestígio social. Deste tipo de relação surge a crítica de Jean le Rond d'Alembert, filósofo francês que designa uma norma para o trabalho intelectual: a independência e a liberdade de criação.

Para o filósofo idealista alemão Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) a atuação do intelectual, chamado por ele de “erudito” era de levar a ciência para toda a sociedade. Correa (2015) ressalta que para Fichte, o êxito do erudito somente era alcançado através da educação, era necessário educar a humanidade de forma ética, sem utilizar de força ou coerção, sem iludir as pessoas usando sempre a verdade e possuir um caráter reto, não sendo corrupto da sua época.

Correa (2015) retoma a história de *Affair Dreyfus* para resgatar o escritor francês Julien Benda com um texto de 1927, *A Traição dos Clérigos*, em que Benda aponta o papel do intelectual como homem das ideias e de estar acima das questões mundanas.

Correa (2015) pontua que apesar de D'Alembert e Fichte e Benda já pensarem o papel do intelectual, o engajamento político ainda não era presente como requisito para tal acepção. Para o autor, a partir do século XX a abordagem sobre os intelectuais pelo prisma ideológico, político e social adquire maior destaque.

Ainda segundo Costa, a partir do século XX a atuação dos intelectuais passa a ser observada no engajamento em movimentos e associações políticas e as ciências sociais observam o intelectual como atores sociais e sua relação com as estruturas e com a política, classes sociais entre outros aspectos.

Correa (2015), apresenta o precursor deste modo de observação do intelectual, Karl Mannheim publicou em 1929 *Ensaio de Sociologia e da Cultura*, publicado na ascensão do nazismo na Alemanha. Para Mannheim, o intelectual representa um grupo social com ambivalência de motivação e composição. Para o autor, os intelectuais, ainda que inseridos na sociedade, não fazem parte de uma classe determinada, possuem uma classe independente das estruturas de classe sociais.

Correa (2015) destaca que numa sociedade de extremidades, entre extrema direita e extrema esquerda, nazismo, fascismo e comunismo, Antônio Gramsci trata os intelectuais como grupos sociais filiados a projetos políticos, vinculados às classes sociais em conflito. O autor pontua que para Gramsci existem dois tipos de intelectuais: o "Orgânico" e o "Intelectual tradicional". Correa acrescenta que Gramsci difere o intelectual revolucionário, pois este é engajado politicamente.

Durante o contexto ideológico da Guerra-Fria, Norberto Bobbio analisa o intelectual na modernidade, na obra intitulada *Intelectuais e Poder* o pensador teoriza sobre os intelectuais. Correa (2015) apresenta a tipologia do intelectual apresentada por Bobbio, em geral o intelectual para o autor é aquele que escreve, desenvolve ideias, manipula os símbolos, como instrumento do seu trabalho. Existe para o autor dois tipos de intelectuais: os intelectuais ideólogos, que desenvolvem ideologias, modelos com objetivos a alcançar, e o intelectual-experto que trabalha com conhecimentos técnicos fornecendo soluções de problemas.

Ainda para Correa (2015) ainda apresenta nesta distinção elaborada por Bobbio, que o intelectual ideólogo observa no manifesto uma forma de reafirmação de valores, enquanto o intelectual-experto observa o manifesto como uma consequência como ferramenta da técnica e da ciência. Para Bobbio, a função do intelectual é impedir o monopólio da verdade. Quanto às

relações de poder, o autor pontua que há um entrave nas ciências sociais de impedir esta questão, e dentro das relações de poder o intelectual pode assumir uma situação de supremacia, subalternidade, intermediação ou crítica.

Neste trabalho identificamos Abdias Nascimento como um intelectual, pela sua trajetória e atuação social e militante, seu engajamento político e a formulação de postulados e pronunciamentos e reflexões sobre a condição da população negra, e as alternativas propostas dentro dos documentos da obra *O Quilombismo*, que articula como uma ferramenta, um manifesto, contra o racismo explícito brasileiro.

Ao tratar de sua intelectualidade, trazemos como recorte da obra, as indicações e proposições sobre educação, em que o autor traz a partir de sua própria ideologia e objetivos para a população brasileira, especialmente a população negra.

2.2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA – PENSAMENTOS SOBRE UMA EDUCAÇÃO DESCENTRALIZADA

Quanto a uma educação antirracista que buscamos observar na obra, entendemos por antirracista uma educação descentralizada, ou seja, fora do eixo do eurocentrismo atual que fomenta e direciona a educação brasileira, especialmente a formação do imaginário de construção de nação e da história oficial que são registrados ano após ano nos livros didáticos.

Este imaginário e história da formação de nação, constrói e constitui o entendimento do que é ser brasileiro/a e o que é ser cidadã/cidadão e orienta a formação para a cidadania. Retomando estes pontos, trazemos para a discussão teórica duas importantes autoras da Educação das Relações Étnico Raciais, Elleni Tedla (1997) no texto “*African Thought and Education*” em que a autora aborda as diferenças entre o pensamento ocidental e o pensamento africano em relação a formação das pessoas, e o texto da Prof.a Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2019) no texto “*Como educar-se/educar num mundo de crescentes desigualdades?*” que a autora argumenta sobre os desafios da educação e formação para cidadania em uma sociedade tão desigual e que perpetua desumanizações desde os tempos da colonização europeia.

Na perspectiva apresentada por Tedla (1997), a palavra pensamento é adotada para substituir a palavra filosofia, uma vez que, na concepção ocidental, a filosofia não admite a religião/religiosidade como parte do conhecimento da vida, separando apenas os conceitos científicos e reflexivos como filosóficos. Já numa perspectiva africana a filosofia holística não separa o religioso das questões da vida, e sim compreende que elas estão imbricadas.

Outro ponto que a autora ressalta, trata-se da ideia de pesquisadores/as, estudiosos/as, filósofos/as e religiosos/as de descredibilizar o pensamento africano como uma matriz filosófica, de conhecimento da vida e de modo de interpretar o mundo. Muito desse epstemicídio acometido contra os conhecimentos africanos introduziram no continente e na educação escolar africana a desconsideração dos conhecimentos originais africanos como científicos, muitas vezes interpretado como ritualístico, supersticioso que separa o continente do restante de conhecimento e interpretação filosófico dos modos de vida.

Sobre o epistemícidio que ocorre principalmente em instituições educacionais, Sueli Carneiro apresenta, que desta forma

Alia-se a esse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epstemicídio (SUELI CARNEIRO, 2011)

Das instituições escolares de países que foram colonizados, como no caso do Brasil, herdou-se a perspectiva de educação centrada na Europa como referência histórica, desenvolvimento da sociedade e científico, desconsiderando outros espaços geográficos e criações humanas, como no caso das criações e fundamentos científicos africanos.

Quanto a isso, Elleni Tedla, (1995) ressalta que

O pensamento africano tem muito a oferecer não só para a África como para mundo. Para aqueles que se recusam a aceitar que existe tal coisa como o pensamento africano ou filosofia sem tomar tempo e esforço para analisar e entender, o que é a base da sua recusa? Se é sob o fundamento que ele não se encaixa nas ideias filosóficas ocidentais, linhas de categorias de inquérito e metodologia, quando e como será que o pensamento africano passará a ser conhecido em seus próprios termos? Se a base da recusa é por outra razão que é a base cultural ou contexto dessa terra? Nenhum conhecimento ou compreensão de mundo se desenvolve no vácuo. É um produto da cultura do qual se originou. Olhar para a filosofia africana para manifestações de ideias ocidentais é produzir a falácia, exceto na medida que a oferta é um reflexo da influência civilizadora dos europeus e americanos. (TEDLA, 1995, p. 3)

A premissa da autora quanto a defesa da filosofia africana é de combater o epistemícidio, o racismo do conhecimento africano. Do mesmo modo, Abdias Nascimento apresenta a obra O

Quilombismo, como uma denúncia e alternativa do racismo epistemológico que acontece no Brasil.

O fato de Nascimento (1980) prezar pelo conhecimento africano e o estudo da história da África, cultura e civilizações africanas, converge com as considerações de Tedla (1995) pois para a autora o conceito de “civilização” construído pelo pensamento ocidental tem como referencial a Europa como vértice dessa civilização, sendo todos os grupos fora do modelo ocidental e europeu de organização social, vistos como “primitivos”. Nascimento propõe uma mudança desta concepção, colocando África como centro da civilização e desenvolvimento da humanidade e conhecimentos.

Nas palavras de Tedla (1995)

É portanto, essencial que os africanos liberem sua criatividade na recuperação e articulem pensamentos dos povos tradicionais, a fim de construir sobre tudo que é positivo na África do passado e do presente, pois este é o significado de Nommo (palavra dogoni), o poder da palavra, de falar claramente a verdade e trazer a força para um mundo novo e melhor do que o anterior. (TEDLA, 1995, p.5)

A autora definiu cinco conceitos principais que definem o modo de vida e a centralidade do pensamento africano – a afirmação da vida, a criação, a comunidade, a pessoa e o trabalho. A afirmação da vida, que a autora utiliza em substituição a palavra religião, é o modo de vida de manifestar a espiritualidade e de exercitá-la que somente pode ser desenvolvido em comunidade.

Tedla (1995) aponta que o exercício da afirmação da vida africana não é feito apenas em templos ou em modos separados da vida, a afirmação da vida e culto à divindade é feita no todo, na natureza, na comunidade, em que se participa da comunhão com o divino através da vida cotidiana, pois tudo está interligado. Outro ponto da afirmação de vida, ou seja, do exercício da religiosidade segundo a autora significa ser: generoso, humilde e corajoso. Para a autora, esses atributos somente podem ser exercidos em comunidade, ou seja, de pessoa a pessoa, fazendo circular os valores em seu próprio meio vital e atingindo também o meio invisível (mundo espiritual).

Quanto à criação, a autora nos apresenta que o mundo da vida como conhecemos foi criado pela própria vida, e que o mundo espiritual se manifesta no mundo físico, assim como o mundo físico (natureza, animais, humanidade) também se manifesta no espiritual, está tudo interligado.

A comunidade é a unidade máxima africana, onde se expressa a individualidade do ser no nós, Tedla (1995) destaca o ditado africano que diz “eu sou porquê nós somos, e desde que

nós somos, eu posso ser” (Mbiti, 1989 *apud* Tedla, 1995). A autora pontua que a noção de sociedade se difere da visão ocidental, onde vários indivíduos agrupados formam uma sociedade, já no pensamento africano é a comunidade que constitui a identidade e o indivíduo.

A pessoa e o trabalho, no pensamento africano, igualmente servem a comunidade, onde uma pessoa somente pode ser considerada pessoa se possuir os atributos de afirmação da vida como a bondade, generosidade, humildade e coragem. Fora desses atributos, o indivíduo não é considerado uma pessoa e sim um animal em formato humano, para quem a humanidade se dá com o auxílio da comunidade. Já o trabalho, somente pode ser exercido para o benéfico de toda a comunidade e cujo ganho são divididos por toda a comunidade, configurando um formato de trabalho comunal.

Abdias Nascimento observava nesta unidade africana de serviço à comunidade e trabalho comunal, saídas para a transformação social dos brasileiros. Com base na cultura africana, Nascimento (1980) vislumbra possibilidades de mobilização econômica através do sistema comunal africano. Influenciado pela política filosófica do Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, o “Ujamaa,” como um sistema econômico próprio africano de desenvolvimento e edificação de uma sociedade baseada na exploração do homem pelo homem; Nascimento (1980) não trata de trazer uma nova conceituação a partir do Quilombismo, mas sim de “renovar e atualizar nosso conhecimento já existente” (p.66). Nas palavras do autor:

De um lado, é necessário reafirmar nossa tradicional integridade presidida pelos valores igualitários da nossa sociedade pan-africanista; cooperação, criatividade, propriedade e riqueza coletivas. Ao mesmo tempo, torna-se imperativo transformar a tradição em um ativo, viável e oportuno ser social, fazendo passar pelo crivo crítico seus aspectos ou valores anacrônicos, em outras palavras, atualizando a tradição, modernizando-a. Tornar contemporâneas as culturas africanas e negras na dinâmica de uma cultura pan-africana mundial, progressista e anticapitalista, me parece ser o objetivo primário, a tarefa básica que a história espera de nós todos. Como integral instrumento de uma contínua luta contra o imperialismo e neocolonialismo, forjada junto com as efetivas estratégias econômicas-políticas, essa cultura progressista pan-africana será um elemento primordial da nossa libertação (NASCIMENTO, 1980, p. 67).

Um dos modos de se combater o racismo se daria pela ação econômica, o que mobiliza também a pensar as formas que nos relacionamos com a exploração e uso da terra e a exploração do ser humano, que configuram o sistema econômico atual e amplia as desigualdades.

No que diz respeito às desigualdades sociais e educacionais, a autora Petronilha Beatriz Gonçalves da Silva (2019) no já citado artigo “*Como educar/educar-se num mundo de crescentes desigualdades?*”, apresenta os desafios permanentes para a educação e formação para a cidadania em uma sociedade desigual e pautada em desvalorização humana, crueldade e

exploração provindas desde a época de escravização de negros e indígenas por grupos europeus desde o século XVI.

Para Silva (2019), as violências e atitudes de dominação se perpetuam há séculos na sociedade brasileira, segundo o julgamento dos que se colocaram como superiores, a dominação e exploração acontece para os que foram inferiorizados. Para a autora, a partir da colonização europeia pelo mundo, outras formas de dominação também aconteceram de maneira concomitante, a ideia de civilização apenas do ponto de vista europeu subjogou e desumanizou outros povos que não pertenciam e não exerciam o mesmo modelo de “civilidade”. A partir disto, a dominação segundo a autora, passa a ocorrer também em forma de assimilação dos grupos inferiorizados a partir da cultura e modos de viver europeus, destes modos de assimilação as escolas e universidades atuaram por muito tempo como agentes de perpetuação e propagação da cultura dos que se julgam superiores.

Silva (2019) ressalta que apenas em 2003², políticas de inclusão nos currículos escolares da história afro-brasileira e africana passaram a ser obrigatórios, assim como as políticas de ações afirmativas para inclusão dos negros, pardos e indígenas em instituições nas quais sempre foram excluídos. Segundo a autora, a atuação para deslocar a centralidade da educação da Europa é regimentada pelo Conselho Nacional da Educação, que defende o ensino da diversidade da história brasileira e da Cultura Africana e Afro-brasileira a partir da Lei 10639/2003. Silva (2019), ressalta que descentralizar a educação da Europa não significa desconsiderar as contribuições do continente europeu para a humanidade, e sim ressaltar e valorizar a história e a cultura dos explorados a tanto tempo subjogados e explorados pelo colonialismo.

Nas palavras da autora:

Precisamos nos voltar, Povos do Sul do Mundo, para nossas histórias e culturas próprias que têm sido invadidas, saqueadas, submetidas continuamente, ao longo dos séculos. Os invasores, a partir do século XVI, a fim de se valorizarem como os modelos perfeitos de ser humano, valeram-se de violências, negando as capacidades criativas, de organização, produção da vida e de culturas, daqueles que submetiam. Para atingir seus objetivos, precisaram, pois, depreciar modos de ser, viver, pensar que não correspondiam aos seus e que, muito provavelmente, não conseguiam compreender. Determinaram e conseguiram, em muitos casos, convencer os povos invadidos de que seus conhecimentos, sabedoria, modos de ser e viver eram inferiores em relação aos dos invasores europeus. Estratégias diversas foram empregadas para, mais facilmente, submeter os povos invadidos aos interesses, também visão de mundo dos colonizadores. (SILVA, 2019, p.12)

² A Lei 10.639/03 altera a LDB 9.394 de 1996 e estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional incluindo a obrigatoriedade no currículo oficial da rede de ensino a temática da “História e Cultura Afro-brasileira e Africana e outros indicativos.

Para a autora, mais do que reconhecer as nossas histórias e nossa cultura, é preciso também reconhecer as implicações que as invasões colonizadoras causaram no nosso território, e os crimes cometidos contra a humanidade, como a escravização de milhões de africanos raptados de seu continente de origem.

Silva (2019) nos convida a estudar, conhecer, criticar e avaliar os processos colonizadores e os efeitos que alteram a realidade do nosso dia a dia especialmente em uma sociedade como a nossa, de tantas diferenças de referências étnico-raciais. Para a autora, a dominação colonial criou sistemas que configuram desigualdades de tratamento e de oportunidades para pessoas de grupos étnico-raciais diferentes, onde a branquitude representa a superioridade de dominação desses sistemas.

Para a autora

Assim sendo, nada justifica nos mantermos alienados de nossa própria história, de nossa própria cultura. Necessário se faz, pois, buscar referências em nossas raízes culturais, históricas mais profundas. Essas raízes, no Brasil, são indígenas, africanas, também europeias e mais recentemente, desde os primórdios do século XX, também orientais. Cabe, ainda, sublinhar a importância, necessidade de nós brasileiras/os, termos nitidamente presentes, que geográfica, histórica e politicamente somos Latino-Americanos (SILVA, 2019, p.14)

Desta forma, Silva (2019) ressalta que a necessidade de reconstruirmos e recontar a nossa história a partir da nossa cultura, das nossas raízes e de nossas etnias, uma vez que a população brasileira conta com 54% pessoas negras e 900 mil pessoas de povos originários da terra, os indígenas. Dado o fato é importante, segundo a autora, dialogar com as raízes étnicas de pertencimento do nosso povo, nas relações que estabelecemos no dia a dia, nas escolas, família, espaços religiosos, comunidades, meios de comunicação e outros, para que possamos superar as desigualdades de tratamento e oportunidades entre as diferenças.

A autora salienta o fato que a não discussão e não reconhecimento destas diferenças é o que provoca atitudes de falta de respeito, falta de humanidade e solidariedade de uns para com os outros. A hegemonia de grupos enriquecidos e privilegiados que moldam e articulam a sociedade sem dar visibilidade e atendimento as minorias colaboram para a manutenção destas desigualdades e desrespeito as diferenças.

Por fim, alinhado com a proposta deste trabalho, Silva (2019) defende que é preciso descolonizar para se “desprender das referências culturais, intelectuais europeias como superiores e valorizar as próprias, a fim de que se construam projetos convenientes para as

diferentes realidades do sul do mundo” (p.17). Para isto a autora salienta a necessidade de se alinhar a descolonização a partir das relações e principalmente nas escolas e universidades.

A proposta do Quilombismo se equipara as reflexões e indicações apresentadas por Silva (2019) e Tedla (1999) pois segundo as palavras de Nascimento (1980)

A luta comum dos povos negros e africanos requer o conhecimento mútuo e uma compreensão recíproca que nos tem sido negado, além de outros motivos, pelas diferentes línguas que o colonizador impôs sobre nós através do monopólio dos meios de comunicação e do seu controle exclusivo dos recursos econômicos, das instituições educativas e culturais. Tudo isso tem permanecido a serviço da manutenção da supremacia racial branca. A publicação deste livro teria como alvo fender esse bloqueio que nos isola contribuindo, ainda que limitadamente, para iluminar e compreender o processo e as diversas estratégias utilizadas pelas forças que nos exploram, oprimem e alienam. Para o restabelecimento da integridade de nossa família – a família africana no continente e fora dele – é imprescindível o reforço dos vínculos ideológicos e culturais como condição prévia de sucesso. Estamos conscientes que nossa luta transcende os limites dos nossos respectivos países: o sofrimento da criança, da mulher e do homem negros é um fenômeno internacional (NASCIMENTO, 1980, p.37).

Desta forma o autor compreende que com os ideais quilombistas, ou seja, com a unidade de luta dos Quilombos, e que superaremos e transformaremos a realidade da sociedade que vivemos, a partir da nossa valorização de história e cultura como povo.

2.3 QUILOMBO: O CONCEITO E ORGANIZAÇÃO SEGUNDO CLÓVIS MOURA

Temos como referência de Quilombo, cunhado a partir de Clóvis Moura, que apresenta na sua obra “Quilombo: Resistência ao escravismo” as organizações e resistências dos Quilombos brasileiros. Moura (1993) inicia o texto relatando que segundo uma definição do rei de Portugal com data de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” ou seja, segundo o autor, em todo o período escravista como forma de protesto por parte dos negros esses agrupamentos sempre existiram.

Para o autor, o agrupamento de negros como forma de resistência ao escravismo era composto principalmente de negros fugidos, indígenas da terra que não se deixavam escravizar e de alguns brancos pobres. A principal razão da existência de Quilombos era a resistência à escravização. Moura (1993) destaca que

Desta forma, se o quilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e

dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura (MOURA, 1993, p. 14).

A partir da afirmativa do autor percebemos a potência e a lógica de um Quilombo, que desestrutura o sistema vigente. Da mesma forma a proposta de Quilombismo de Abdias Nascimento se alinha com os principais ideais de um quilombo, pois configura-se como um contra sistema que enfraquece e desestabiliza o atual sistema capitalista, por meio da organização e suporte mútuo entre os a população negra brasileira, de forma intencional e mobilizada contra o racismo.

O aquilombamento, cunhado por Clóvis Moura seria a prática de união entre a população negra, que resiste e que tem por ordem o sustento econômico, a cultura e religiosidade firmado em sua própria estrutura. A defesa por uma nova estrutura de resistência, baseado na memória do Quilombo de Palmares está presente no eixo central do Quilombismo. Para Nascimento (1980)

Institucionalizar o Brasil Negro – eis a exigência que grita sua urgência na encruzilhada da nossa história. Um Brasil Negro que substitua o poder vigente, destituído de legitimidade, ficção, do poder capitalista e servo mimético do euro- Estados Unidos. Para a institucionalização do poder como base na autodeterminação da população afro-brasileira, temos como exemplo inspirador o Quilombo de Palmares. Isso significaria a adoção da estrutura progressista do comunismo tradicional da África, cuja longa experiência demonstrou que em seu seio não há lugar para exploradores e explorados. Aceitar o comunismo africano, situá-lo em contexto de exigências conceituais, funcionais e práticas da atualidade, significaria nada mais do que reverter a história em favor de nós mesmos. Valeria como optar por uma qualidade de socialismo cujo funcionamento na África tem a sanção de vários séculos, muito antes que teóricos europeus formassem a sua definição “científica” de socialismo (NASCIMENTO, 1980, p.46).

Aqui Nascimento argumenta que a superação para o racismo está imbricada com a superação do sistema econômico capitalista, uma vez que esse sistema se apoiou na escravização africanos, e na exploração dos pobres para crescer e se manter em funcionamento até os dias de hoje, a própria lógica capitalista é uma lógica racista.

Superar um sistema econômico que nos oprime é também nos libertar do racismo sistêmico, inventando novas formas de existir no mundo, a superação da lógica capitalista também passa pelo crivo da educação.

No capítulo três trazemos o levantamento das pesquisas sobre Abdias Nascimento e os campos teóricos dos estudos a fim de ressaltar as contribuições de cada trabalho para a construção e apoio teórico desta dissertação. Definimos os campos por áreas das ciências humanas em que os trabalhos foram apresentados e articulamos a pertinência do estudo sobre

Abdias Nascimento na área da educação, observando as contribuições dos pesquisadores para o escopo de pesquisas pensando o tema aqui delimitado.

CAPÍTULO 3. PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE ABDIAS NASCIMENTO

Neste capítulo, apresenta-se um escopo de pesquisas contemporâneas sobre Abdias Nascimento bem como suas áreas de concentração e o referencial teórico das pesquisas, buscando perceber a inserção do presente trabalho no cenário atual sobre Abdias Nascimento e as implicações para o campo da educação.

Com o levantamento bibliográfico, foram encontradas ao todo, 15 produções, das quais oito com o descritor “ABDIAS NASCIMENTO” e três artigos. Na base de dados de teses e dissertações BDTD da CAPES, iniciei a busca pelo descritor "ABDIAS NASCIMENTO", em seguida utilizei o descritor “EDUCAÇÃO” e encontrei nove trabalhos, acrescentando o descritor “QUILOMBISMO” conferindo apenas dois trabalhos.

Dos trabalhos encontrados, dois se encontram na área da Educação, dois na área da História, quatro na área da Sociologia e em cada área subsequente apenas um trabalho elencado sendo as áreas de: Artes, Direito, Letras, Estudos Étnicos, Estudos em Linguagem e Estudos Afro-Orientais.

Segue tabela pormenorizada com as buscas realizadas:

Título	Autor – Ano – qualificação	Área	Repositório
1. Afrocentricidade, educação e poder: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro.	BENEDICTO, Ricardo Matheus, 2016 - Tese de Doutorado.	Educação	CREUSP
2. O negro como tema e sujeito na produção intelectual de Abdias do Nascimento, 1944-1968.	ROCHA, Gabriel dos Santos, 2016- Dissertação de Mestrado.	História Social	CREUSP

3. Construindo o (auto) exílio: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981.	CUSTÓDIO, Túlio Augusto Samuel, 2012- Dissertação de Mestrado.	Sociologia	CREUSP
4. Abdias Nascimento, a trajetória de um negro revoltado (1914-1968).	MACEDO, Márcio José de, 2005 - Dissertação de Mestrado.	Sociologia	CREUSP
5. Teatro experimental do negro: estratégia e ação.	ROSA, Daniela Roberta Antônio, 2007- Dissertação e Mestrado.	Sociologia	Unicamp
6. O teatro experimental do negro: estudo da personagem negra em duas peças encenadas (1947-1951)	MOURA, Christian Fernando de Souza. 2008 Dissertação de Mestrado.	Artes	Unesp
7. HISTÓRIA E PROTAGONISMO NEGRO: AFRICANIDADE, CULTURA HISTÓRICA E ENSINO DE HISTÓRIA NA TRAJETÓRIA DE ABDIAS NASCIMENTO (1944-1999).	SILVA, Danilo Santos da. 2016 – Mestrado em História.	História	UFPB
8. O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento.	PEREIRA, André Luis. 2011 - Mestrado em Sociologia.	Sociologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

9. TEN, Abdias do Nascimento e Rosário Fusco: a (re)construção da personagem negra no teatro brasileiro.	JUNIOR, Arnaldo Nogari. 2018 - Mestrado em Letras.	Letras	Universidade Federal de Londrina
10. "TRAJETÓRIAS DE DOIS INTELLECTUAIS NEGROS BRASILEIROS: ABDIAS NASCIMENTO E MILTON SANTOS.	SILVA, Rosemere Ferreira da. 2010 - Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos	Estudos Étnicos e Africanos	Universidade Federal da Bahia
11. As Encruzilhadas, o Ferro e o Espelho: A Poética Negra de Abdias do Nascimento.	BARBOSA, Lindinalva Amaro. 2009 – Mestrado, Estudos de Linguagem.	Estudos em Linguagens	Universidade do Estado da Bahia
12. INTELECTUAIS NEGROS, MEMÓRIA E DIÁLOGOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Uma leitura de Abdias Nascimento e Edson Carneiro.	MACEDO, Marluce de Lima. 2013 - Doutorado em Educação e Contemporaneidade.	Educação	Universidade do Estado da Bahia
13. O CONCEITO DE GENOCÍDIO NA HISTÓRIA BRASILEIRA: a visão atual de violência e racismo de Abdias do Nascimento.	FILHO, Marcos Cesar Barbosa dos Santos. 2016 - Mestrado em Direitos Humanos Cidadania e Violência.	Direito	Centro Universitário-Euro Americano.
14. A (Re)invenção da história em José Craveirinha e Abdias do Nascimento,	Junior, Jose Welton Ferreira Dos Santos. 2012 - Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos.	Estudos Afro Orientais	Universidade Federal da Bahia

15. A Escolarização da Peça Sortilégio II- Mistério Negro de Zumbi Redivivo de Abdias Nascimento.	Anjos, Maria Luísa Araújo dos. 2007 - Mestrado em Literatura.	Letras	Universidade de Brasília
---	---	--------	--------------------------

Tabela 1: produzida pela autora. **Fonte:** Bancos de Dados e repositórios oficiais de pesquisa

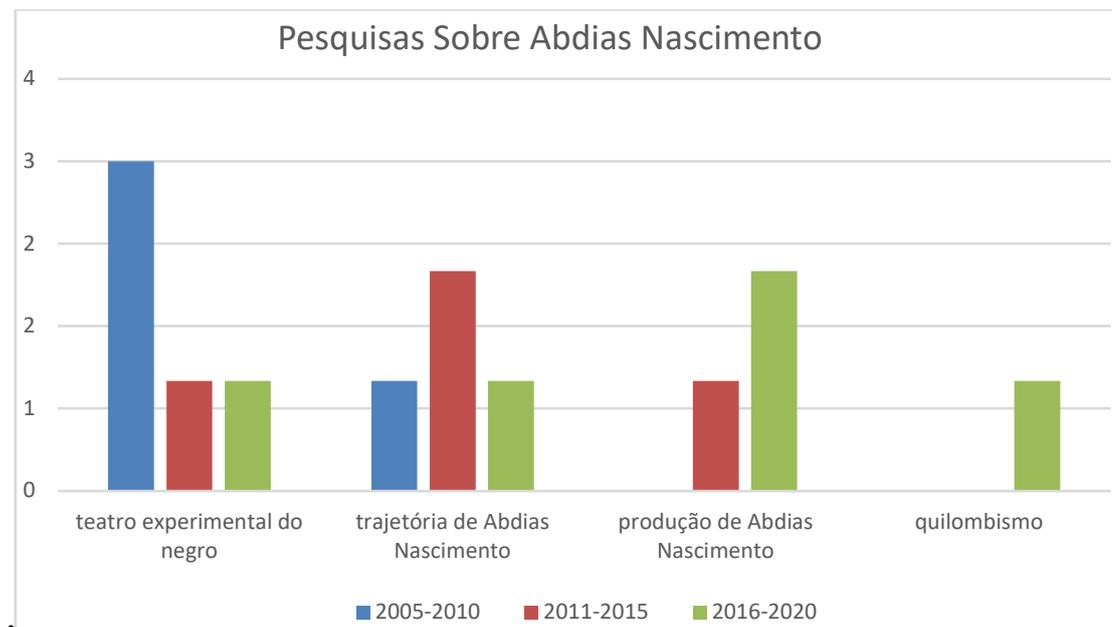


Tabela 2: **Fonte:** produzido pelo autor com base nos bancos e repositórios de dados nacionais.

Das pesquisas sobre Abdias Nascimento foram divididas em três períodos: o primeiro de 2005 a 2010, o segundo de 2011 a 2015 e o terceiro de 2016 a 2020. No primeiro período, prevaleceram pesquisas sobre o Teatro Experimental do Negro, no segundo período, as pesquisas se concentravam mais na trajetória histórica e política de Abdias Nascimento, já no terceiro período, observa-se um aumento de pesquisas sobre a produção de Abdias Nascimento e uma ascendente produção sobre o Quilombismo, momento e tema no qual esta pesquisa se encontra.

Sobre as contribuições das pesquisas a tese de doutorado de Ricardo Matheus Benedicto (2016) *“Afrocentricidade, educação e poder: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro”*, entregue à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), faz uma análise do modelo educacional brasileiro, identificando-o como

eurocentrado. Na tese, Benedicto (2016) opta por trazer referências afrocêntricas como Molefi Kete Asante, que define a afrocentricidade como uma proposta epistemológica de lugar, e tem a sua base de centralidade epistemológica na África e nas diásporas. A hipótese do autor é de que a educação brasileira é fundamentada desde sua criação em modelos eurocentrados, com o universalismo da cultura europeia como modelo criador de identidades fixas. Benedicto (2016) argumenta na tese como proposição, uma educação quilombista, cujo fundamento seja o ensino dos conhecimentos, valores e crenças afro-brasileiros e africanos e argumenta quanto às possíveis objeções que possam ocorrer quanto ao modelo afrocentrado apresentado pelo autor. Nas argumentações, defende os afro-brasileiros e indígenas como responsáveis por resgatar, preservar e transmitir suas culturas, propõe que modelos quilombistas são chave para superar o eurocentrismo atual.

Durante o texto, o autor desloca a centralidade da Europa como centro da civilização, e realoca a centralidade da humanidade e das civilizações na África. Benedicto (2016) defende a tese de descentralização da Europa dos currículos escolares, e denuncia pensadores da educação brasileira como: Rui Barbosa, José Veríssimo, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darci Ribeiro, como referências humanistas que sustentaram, ou não rejeitaram, os modelos eugenistas de educação. Ainda sobre as críticas, o autor critica a vertente do multiculturalismo, pois percebe que a vertente apenas admite diversas culturas, mas não propõe um diálogo sobre/entre estas culturas. O autor conclui a tese mais uma vez defendendo o modelo quilombista de educação e não acredita que este modelo seja avesso a interculturalidade, pois apresenta durante o texto modelos que contribuem para a construção de uma sociedade democrática intercultural e quilombista.

Parte dos resultados da tese de Benedicto (2016) estão presentes no artigo “Educação Quilombista, uma proposta de educação afrocentrada no Brasil” em que o autor defende que a defesa de uma educação integracionista. Ou seja, de que a integração dos negros e conteúdo da cultura e história afro-brasileira e africana nos currículos escolares, é falha, pois para obter êxito seria preciso que o Estado reconhecesse as instituições educacionais como fundamentalmente racistas, o que nunca aconteceu.

Benedicto (2016) retoma os pioneiros da Escola Nova, e seus fundamentos essencialmente eurocêntricos e eugenistas. O autor destaca a atuação de Fernando de Azevedo, primeiro secretário da Sociedade Eugênica de São Paulo cuja vinculação orgânica com os ideais eugênicos nunca foi reconsiderada ou reconhecida. Como contraproposta à educação integracionista, o autor sugere que se adote a educação afrocentrada Quilombista, em instituições de ensino próprias para negros, com base nas matrizes históricas e culturais

africanas e afro-brasileiras. Uma educação baseada nos fundamentos e valores dos quilombos como resistência à aculturação europeia e ao modelo eurocêntrico e eugenista da educação brasileira. Benedicto (2016) ressalta que este modelo de Educação Quilombista deriva do trabalho de Abdias Nascimento da obra *O Quilombismo* e identificando-o como um autor afrocentrado embora o termo não existisse na época de atuação de Abdias, é notório por suas defesas e por seu trabalho arquitetado para a população brasileira.

O trabalho de Benedicto (2016) apresenta um grande avanço nas discussões quanto à educação antirracista e educação descentralizada, assim como inaugura o conceito de Educação Quilombista. O trabalho nos auxilia a pensar modelos de educação quilombista e as propostas de Abdias Nascimento, também nos ajuda a entender a formação educacional nacional pensando no eurocentrismo universalista que molda os modelos educacionais brasileiros, se aproxima do tema de pesquisa por pensar a educação fora do eurocentrismo atual. Quanto aos distanciamentos deste trabalho, não cabe à proposta aqui delineada, caracterizar ou posicionar a leitura que fizemos de Abdias Nascimento como um pensamento afrocêntrico, embora muitos autores que pesquisam sobre as obras de autor o localizem dentro deste pensamento. Tão pouco não é a intenção defender ou criticar o posicionamento de educação integracionista na sua figura afrocentrada, mas sim perceber os caminhos e meandros indicados por Abdias Nascimento para que se chegue a uma educação e sociedade que combata o racismo. Haveria aqui, portanto um ponto de bifurcação. O ponto de perspectiva de pensamento de sociedade afrocentrada carrega pressupostos vinculados a vários elementos, dentre os quais, o território, seja o continente ou sua extensão na diáspora. Já o ponto antirracista, incorpora a experiência da diáspora, mas a articula propostas de sociedade nas quais se incorpore a produção intelectual de africanas e africanos, da diáspora negra de forma a produzir uma sociedade, um espaço social no qual se integre a ação contínua de dirimir todo e qualquer preconceito.

A dissertação “*O negro como tema e sujeito na produção intelectual de Abdias do Nascimento, 1944-1968.*” de Gabriel dos Santos Rocha (2016) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, busca compreender o posicionamento político de Abdias Nascimento quanto a negritude do período que corresponde a criação do Teatro Experimental do Negro até o encerramento das atividades do teatro. Tem como base de análise os materiais produzidos pelo teatro, como jornais, revistas, artigos, principalmente o periódico Quilombo. Rocha (2016) utiliza como referencial teórico Frantz Fanon da teoria francófona de *Negritude*, e a teoria de Edward Said de *teoria Itinerante*, a fim de explicar o percurso histórico de Abdias Nascimento.

Rocha (2016) chama a atenção para uma leitura cuidadosa para a trajetória do autor e para a história do movimento negro, quanto à questão identitária e reivindicação da negritude a partir da África. O autor salienta que nem sempre foi assim, e que no início das organizações negras e no início da militância de Abdias Nascimento, essas pautas não apareciam, pois foram surgindo ao longo dos anos com debates de intelectuais principalmente no campo acadêmico que discutiam a negritude a partir do racismo brasileiro.

Rocha (2016) elabora o trabalho retomando o percurso formativo de Abdias Nascimento do início dos anos 1940 até o final dos anos 1960. Para o autor, Abdias passou por diversas fases de formação política, tendo iniciado sua militância ainda na criação do TEN, aliado a ideias de democracia racial da época, pois se existia igualdade entre as raças, pelo TEN Abdias Nascimento e seus companheiros de luta defendiam uma segunda abolição, pela igualdade. Com o passar dos anos, ao não ver uma mudança efetiva com o tratamento despendido para os negros da sociedade, Abdias Nascimento rompe de forma definitiva com a teoria de democracia racial, entre 1950 e 1960, e passa a se aliar com teorias internacionais de resistência e identidade negra, como forma de combate ao racismo, da qual se aliou até o final de sua luta. O trabalho de Rocha (2016) nos auxilia a compreender a formação e posicionamento político de Abdias Nascimento, desde o início de seu percurso como ativista do Movimento Negro e as mudanças de posicionamento do autor durante este trajeto que incidem em seu discurso e posicionamento político.

Das obras consultadas, Márcio José de Macedo (2005) busca em sua dissertação “*Abdias do Nascimento: Trajetórias de um negro revoltado (1914-1968)*” apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, retomar o percurso histórico de Abdias Nascimento de 1914 a 1968, datando do nascimento à atuação de Abdias Nascimento no movimento negro e a criação do Teatro Experimental do Negro, um marco no percurso de lutas raciais no país.

Macedo (2005) faz um relato minucioso da vida e obra do autor, destacando a construção do pensamento crítico e político de Abdias Nascimento em diferentes fases de sua vida. Para o autor, o objetivo fundamental da pesquisa era analisar Abdias como uma figura de liderança negra, e compreender o seu processo de construção e legitimação, buscando nas influências teóricas ideológicas e partidárias a relação com sua história e defesa do negro.

O segundo objetivo destacado por Macedo (2005) era o de analisar o conceito de “Modernidade Negra” buscando compreender a forma como a população negra vindas da diáspora se insere na modernidade ocidental realocando para uma autorrepresentação do grupo com variáveis de acordo com a localidade geográfica, e que contribuem para um afastamento ou aproximação com sua herança cultural de origem, no caso a africana, e a forma como a

conexão da lógica da colonização faz paralelos com a construção de nação de diferentes países colonizados. O trabalho de Macedo (2005) traz uma rica biografia e reflexões pertinentes que foram muito importantes para a construção dessa dissertação quanto à biografia e as reflexões apresentadas pelo autor.

A dissertação de Túlio Augusto Samuel Custódio (2011) “*Construindo o (auto) exílio: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981*” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP?? complementa o primeiro trabalho citado, pois também retoma a história de Abdias Nascimento, só que a partir de um segundo período da vida do autor, de 1968 a 1981, período que confere ao autoexílio do Abdias nos Estados Unidos, a hipótese de Custódio (2011) para esse estudo seria que houve um momento decisivo para a mudança de autoimagem do autor, e que ao sair do Brasil como artista, retoma como ativista negro internacional. No trabalho, o intento é investigar fatos de vida e experiências no passado, passando por participações em congressos e seminários internacionais de Abdias que culminaram nestas mudanças.

Custódio (2011) divide a pesquisa em dois eixos: discurso e imagem. No primeiro eixo, o discurso envolve a abordagem de Nascimento sobre cultura negra e sua crítica à chamada “democracia racial”, fazendo a interlocução do discurso de Abdias Nascimento a elementos conceituais presentes no discurso negro internacional. No segundo eixo, em relação à imagem, o autor busca retomar a forma como Nascimento muda sua autoimagem a partir de sua ideologia e atuação, concomitante ao retorno ao Brasil bem como seu posicionamento frente à liderança do movimento negro internacional como um pensador da diáspora. Para o recorte do estudo de Custódio (2011), foram observadas as obras artísticas e políticas de Abdias Nascimento e elementos da literatura sociológica, buscando confirmar a reconstrução realizada por um dos expoentes do ativismo negro no Brasil.

Os dois trabalhos são fundamentais para a compreensão do pensamento social, cultural, político e ideológico de Abdias, pois a partir das evidências contidas nas pesquisas anteriores, poderemos retomar, pela trajetória de Abdias Nascimento, os motivos pelos quais ele defendeu em seus discursos e propostas suas ideias em detrimento de outras já defendidas pelo pensamento dominante de democracia racial, especialmente durante o período de seus mandatos políticos, logo após o período explanado pelo autor.

Uma base consistente sobre este pensamento de oposição de Abdias Nascimento ao pensamento dominante da época, especialmente dos intelectuais e políticos do país, está presente na dissertação “*O conceito de genocídio na História Brasileira: a visão atual de violência e racismo de Abdias do Nascimento*” de Marcos César Barbosa dos Santos Filho

(2016) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito para o Centro Universitário-Euro Americano, busca na obra de Abdias Nascimento ‘‘O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado’’ desvelar na concepção de Abdias Nascimento a forma pela qual o genocídio da população negra brasileira acontece, fazendo um contraponto com a atual legislação nacional.

Filho (2016) compara as condições que levam os negros à morte, certa especificidade que leva a uma condição semelhante ao genocídio. Para isso, o autor retoma a construção histórica do Brasil colônia e o período de escravidão chegando à realidade social e científica na sociedade posterior. O autor busca compreender como estas condições afetaram a população negra no que tange à constituição de sua cidadania. Para a análise, Filho (2016) faz o recorte da violência contra homens principalmente jovens, a partir de relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito instalados na Câmara dos Deputados e outra no Senado, buscando responder à questão: "existe uma relação entre o conceito de genocídio apresentado na obra de Abdias do Nascimento e a realidade atual?" Para a observação, o autor considerou o período de colonização e os períodos adjacentes quanto à realidade da violência no Brasil. A hipótese levantada por Filho (2016) é a que a história do Brasil como nação afetou diretamente a vida dos negros, sendo a violência praticada contra a população marcada pela cor da pele, executada muitas vezes pelas nas próprias instituições.

Daniilo Santos da Silva (2016) na dissertação de mestrado “*História e Protagonismo Negro: Africanidade, Cultura Histórica e Ensino da História na trajetória de Abdias Nascimento (1944-1999)*”, apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal da Paraíba, contribui para a construção do pensamento a respeito da intelectualidade negra, fundamentando seu trabalho no protagonismo de Abdias Nascimento sobre o conhecimento histórico africano e ativismo sociocultural. Define em seu trabalho novos conceitos sobre o estudo do autor: considera os momentos de vida e de atuação de Abdias Nascimento como ‘momentos abdisianos’ e os separa em três grandes momentos: o primeiro o da pedagogia negritudinista (1944-1968) momento em que data a fundação e atuação de Abdias frente ao Teatro Experimental do Negro, que teve forte atuação principalmente na alfabetização e escolarização de jovens negros; um segundo momento do quilombismo pan-africanista (1968-1983) que confere ao período de publicação do autor sobre o quilombismo e da luta contra corrente da teoria de democracia racial; e, por fim, no terceiro momento que o autor Silva (2016) denomina o quilombismo parlamentar (1983-1999) que constitui o período de atuação parlamentar de Abdias Nascimento e sua contribuição para o pensamento nacional quanto às questões raciais.

Os documentos analisados por Silva (2016) consistem na produção teatral, intelectual, e política de Abdias Nascimento durante o período de 1944-1999 e sua luta antirracista durante o século XX, em território nacional e internacional. Para Silva (2016), a importância de Abdias Nascimento está em seu protagonismo e na sistematização e articulação de entre o processo histórico e o fazer dentro desse momento, pelas lutas em que ‘a população negra assume o papel de produzir, transmitir e receber o conhecimento histórico’ (Silva, 2016, p.5).

Por este papel de produzir, transmitir e receber o conhecimento, a obra de Marluce de Lima Macedo (2013) dá consistência para o entendimento sobre a contribuição de Abdias Nascimento, na tese de doutorado intitulada “Intelectuais negros, Memória e Diálogos para uma educação antirracista: Uma leitura de Abdias Nascimento e Edison Carneiro” apresentada ao programa de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia.

Macedo (2013) reflete sobre intelectuais negros, memória e educação antirracista usando como base da discussão as obras de Edison Carneiro e Abdias Nascimento, para tanto a autora traz relações entre as obras e as temáticas centrais que orientam o trabalho, sendo a memória a tradição e a insurgência, buscando nas obras novas interpretações a partir da tradução do que os autores disseram fazendo relação direta com as experiências das populações negras no Brasil contribuindo para uma (re)configuração da memória dessas populações em uma educação antirracista.

Macedo (2013) faz considerações a respeito de Abdias Nascimento, Edson Carneiro e outros intelectuais onde define que suas obras dizem respeito às manifestações e tradições da cultura negra. Outra contribuição da autora para o escopo das pesquisas sobre Abdias Nascimento foi de localizá-lo como um intelectual negro, neste aspecto a autora contribui em suas considerações da seguinte forma

O(A) intelectual negro(a) é definido(a) como uma presença marcada, regulada e (des)conhecida pelo seu lugar de pertencimento racial. Considerando que sua trajetória tem se revelado enquanto experiência de isolamento e discriminação, opto por uma definição política, afirmando o posicionamento engajado e o compromisso manifesto do(a) intelectual negro(a) com a produção sobre temáticas relativas às populações negras e a luta antirracista. Esta definição é a de um intelectual insurgente, que rompe e ultrapassa a função de um mero repetidor de sentenças fixas, na produção de um pensamento engajado, mobilizado pela ideia de (re)invenção de mundos, que desestabiliza modelos discursivos, hierarquias e verdades inquestionáveis (MACEDO, 2013, p.262).

Quanto a memória para uma educação antirracista, a autora defende que é necessário superar os discursos já firmados nas escolas e instituições de ensino, e recriar estes discursos, recontando a história e a memória do nosso povo.

Para exemplificar esses discursos Macedo (2013) compreende que

Na construção de uma memória nacional, a intelectualidade e a escola exerceram um papel fundamental na projeção de ideias civilizatórias e teorias racistas, orquestradas por intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX e início do século XX, empoderando-se de um saber dito científico. Tais teorias, tomando por base o evolucionismo europeu, ganham espaço no Brasil e passam a se constituir desde então como uma dimensão expressiva dos discursos sobre as populações negras neste país e da memória construída sobre essa população (MACEDO, 2013, p 263).

Quanto à superação destes discursos hegemônicos e racistas, a autora considera que se dá por meio da atuação de intelectuais negros (as) ao assumir a produção de conhecimento, especialmente sobre a população negra ao afirmarem sua posição como protagonistas e fundamentarem debates e questionamentos que ponham a prova discursos generalizantes e universalista.

Os trabalhos aqui explanados apresentam os diferentes momentos da vida de Abdias Nascimento, o que contribuiu para a elaboração da biografia do autor. Outro ponto ressaltado pelas pesquisas é a da atuação do TEN e sua contribuição para a população negra, especialmente para a educação, por meio dos cursos de alfabetização de adultos promovidos pelo espaço. Reiteramos a importância dos estudos desse período de atuação do TEN para a compreensão da atuação militante de Abdias Nascimento. Os últimos trabalhos analisados aproximam mais da temática do Quilombismo, e buscamos ressaltar os pontos de convergências entre a intelectualidade de Abdias Nascimento e sua produção e manifestos expressos no Quilombismo.

As obras aqui explanadas são uma base de conhecimento e entendimento para a dissertação aqui apresentada e contribuem para o fortalecimento do reconhecimento de Abdias Nascimento como intelectual fundamental para o campo das discussões raciais, porém não esgotam as questões levantadas como o problema desta pesquisa. Por tanto o seguinte trabalho apresentado trará contribuições pertinentes para o cenário de pesquisas sobre Abdias Nascimento, principalmente para o campo da educação e das relações étnico-raciais.

No capítulo quatro destacaremos dentro da obra O Quilombismo, quais os principais fundamentos para a superação do racismo no pensamento do autor, destacando as indicações para o campo da educação.

Capítulo 4. O QUILOMBISMO E OS FUNDAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A obra que fundamenta esta pesquisa, *O Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-africanista*, construída a partir de ensaios produzidos por Abdias Nascimento em diferentes espaços-tempos é organizado em dez ensaios numerados, dos quais o autor denomina de "Documentos".

No Documento 1 *“Introdução ao livro: Mistura ou massacre”* Nascimento faz uma descrição e análise do racismo brasileiro e o compara com outros modelos de sistemas racistas como o Jim Crow dos Estados Unidos e o Apartheid na África do Sul. Nascimento denuncia a miscigenação como sintoma do racismo brasileiro, decorrente do massacre e genocídio do negro de forma física e cultural.

O Documento 2 traz o texto do discurso proferido por Abdias Nascimento no VI Congresso Pan-Africano realizado na Tanzânia em 1974, presidido pelo então presidente do país Julius Nyerere. No referido discurso, Nascimento retoma a problemática do aniquilamento da população negra através da mestiçagem e apresenta as resistências desta população em favor de sua liberdade. Nascimento posiciona os Quilombos como um grande marco de resistência da população negra brasileira diante das atrocidades do racismo brasileiro.

No Documento 3, Nascimento apresenta suas intervenções como professor visitante na Universidade de Ifé-Ifé na Nigéria, e ressalta a cultura africana a partir da religião, arte, Língua, literatura, e como estes elementos culturais então forjaram seus projetos.

O Documento 4, apresenta a construção denominada por ele de "etnia afro-brasileira, no contexto da diáspora negra dos países da América do Sul". Nascimento busca fazer uma conexão com a diáspora apresentada por Cheikh Anta Diop sobre o movimento que liga as diásporas das Américas, e apresenta como a escravidão foi constitutiva do capitalismo mundial, e as lutas dos povos africanos em diáspora contra este modelo político-econômico.

O Documento 5, Abdias Nascimento retoma suas reflexões sobre racismo, a partir do livro de Dorothy B. Porter, que traça um mapa da liquidação mental dos Afro-brasileiros.

No Documento 6, Nascimento apresenta reflexões sobre a mulher negra no Brasil. O autor retoma as dominações e violências vividas por essas mulheres, e a origem do crescimento demográfico brasileiro e da mestiçagem no período colonial a partir das violências sofridas pela população de mulheres negras brasileiras.

No documento 7, o autor inaugura o Quilombismo como conceito científico decorrente de um processo histórico-cultural da população negra brasileira e apresenta as definições do conceito por ele desenvolvido.

No Documento 8, Nascimento produz um ensaio sobre os africanos na América Central e do Sul e no Caribe e retoma os preceitos do pan-africanismo, localizando o Brasil como maior população negra fora da África, e os compromissos da luta antirracista afro-brasileira diante dos desafios postos numa sociedade multirracial e miscigenada.

No Documento 9, Nascimento apresenta seu pronunciamento de Abertura da Plenária Brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo. Nascimento fecha o livro no Documento 10 “O modelo Brasileiro e Latino: um paradigma das formas contemporâneas de racismo” retomando as reivindicações e denúncias proferidos nas conferências e congressos que participou desde o início da sua luta até então.

Como já afirmado, a estrutura do projeto político moldado por Abdias Nascimento deriva de um posicionamento pan-africanista adotado por ele após seu percurso, especialmente no exterior. Na obra "O Brasil na mira do pan-africanismo" Carlos Moore localiza Abdias Nascimento nesta perspectiva, revelando que o autor sugere uma dimensão humanista de reintrodução no mundo simbólico a partir da política panafricanista. (NASCIMENTO, 2002).

O Quilombismo indica, desta forma, que o movimento panafricanista situa os negros da diáspora dos movimentos políticos para uma consciência da transformação política e social da estrutura de modelo eurocêntrico para articulações de projeto de nação centrados em valores africanos.

Larkin (2002) destaca na introdução do livro Quilombismo que este posicionamento político de Abdias Nascimento inaugurava uma oposição política que naquele momento não se apresentava nem ao espectro à direita e nem à esquerda do panteão político brasileiro. Tal premissa não se submetia a nenhuma "coloração ideológica", pois para Abdias o racismo prevalecia nos dois polos políticos, ambos atuavam de forma ambivalente em determinados momentos se valiam de interesses e se aliavam às pautas raciais e em outros se opunham deliberadamente, ou tão somente, ignoravam as demandas vindas desse segmento.

Ainda na introdução da obra Larkin (2002) destaca a oposição de Abdias Nascimento frente às ciências humanas, construídas e cultivadas no seio da Europa e Estados Unidos, e de discursos universalistas em suas aplicações.

Para Larkin (2002)'' a singularidade do Quilombismo está no fato de apresentar uma proposta sócio-política para o Brasil elaborada do ponto de vista da população afrodescendente''

(NASCIMENTO, 2002, p.27). Com essas considerações, passemos à apresentação da obra central para esta pesquisa.

No Documento 1 de O Quilombismo, Abdias Nascimento (2002) inicia a discussão apresentando o objetivo comum da experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil, qual seja, a reconquistar a liberdade e dignidade humana, bem como assumir o protagonismo de sua própria história (NASCIMENTO, 2002, p.33).

O texto avança denunciando a ausência de intelectuais negros para contar as histórias e batalhas políticas e sociais do nosso povo, ao contrário de publicações americanas que enfatizam estas lutas e histórias em sua produção. Nascimento (2002) prevê que esta ausência da nossa história e dos nossos feitos na história oficial e na literatura aponta para um tipo de racismo específico nacional, denominado pelo autor de "racismo luso-brasileiro, que camufla as pessoas negras das histórias e da literatura, praticando um racismo de apagamento que Nascimento denomina de "massacre".

Deste modo, é importante trazer a fala de Nascimento sobre a história "oficial" brasileira, para o autor:

A história do Brasil é uma versão concebida pelos brancos e para brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para benefício exclusivo de uma elite minoritária brancóide, presumidamente de origem europeia. (NASCIMENTO, 2002, p.36)

Para Nascimento (2002), esta dominação da história se espalha para a linguagem, é portanto, com este objetivo que "O Quilombismo" é elaborado: para o conhecimento e iluminação das histórias negadas através do monopólio dos grupos dominadores dos meios de comunicação e controle dos recursos econômicos e instituições educativas e culturais. O apagamento e silenciamento da história dos negros é também uma fraude política econômica, na visão do autor, pois para os europeus a escravidão teria sido como um "passo" necessário para o desenvolvimento do capitalismo.

O argumento de superação de Nascimento (2002) para tal massacre e apagamento do povo negro é que a plena consciência do negro somente será possível quando houver uma completa transformação política e social nos âmbitos econômicos, educacionais e culturais. A participação da população negra nestes espaços é nas palavras do autor "um imperativo de sobrevivência coletiva como povo – e nação" (NASCIMENTO, 2002, p.42)

Nascimento (2002) teve propostas aprovadas no I Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado em Cáli no ano de 1977. O autor estende os agradecimentos deste feito ao período em que esteve como professor visitante da Universidade de Ifé no Departamento de

Línguas e Literaturas Africanas. Dentre as propostas apresentadas no evento, destacamos as que constam no texto de conclusão do "Grupo D de Etnia e Mestiçagem" no I Congresso de Cultura Negra das Américas. No item "Das recomendações" o documento aponta que existia uma ausência de participação da população negra na economia e na política do país, recomendando uma desvirtuação dos esquemas homogeneizantes dos grupos políticos que reúnem diferentes etnias em seu corpo político, porém são abarcadas pelo domínio exercido por brancos sobre não brancos.

As ações sugeridas no documento dirigem-se ao imperativo de elaboração de políticas públicas específicas para as minorias, à classe trabalhadora, às pessoas analfabetas, com a finalidade de pavimentar e constituir a revolução de caráter econômico, social, político e cultural. No item "Das ações" pretende uma criação de organismos dinâmicos em cada país a fim de exercer atividades políticas e estratégicas, atividades culturais e desenvolvimento tecnológico.

As estratégias pensadas para a organização de participação política, econômica e social da população negra apontam para a política pan-africanista de união de povos negros da diáspora de diferentes países para atuação e tomada de espaços políticos. Um dos *modos operandi* desta organização considera a política feita em espaços informais, em movimentos sociais, em educação em ambientes não escolares, como um ponto de confluência das propostas aqui já apresentadas para a superação do racismo sistêmico, nas estruturas de poder, e principalmente de agência política e avanço das questões sociais e demanda da população negra há tanto tempo apagadas e invalidadas na construção social do país. Atualmente podemos identificar na evolução de tal proposta a adoção dessa ação como verbo ao comumente vermos aquilombar ou aquilombamento como uma prática política.

Abdias Nascimento (1980) logo de início deixa os objetivos muito claros, da intencionalidade dos ensaios, para o autor

O objetivo comum de revelar a experiência dos africanos no Brasil e de relacionar essa experiência aos esforços de mulheres e dos homens negro-africanos de qualquer parte do mundo no sentido de reconquistar sua liberdade e dignidade humana, assumindo, por esse meio, o protagonismo da sua própria história (NASCIMENTO, 1980, p.33)

A intenção do autor, em todos os escritos e propostas, para se atingir a liberdade e protagonismo da sua história e uma forma de resistência de um racismo explicitamente brasileiro, um "racismo luso-brasileiro" no conceito do próprio autor. Para Nascimento

Um racismo de um tipo muito especial, exclusiva criação luso-brasileira: difuso, evasivo camuflado, assimétrico, mascarado, porém tão implacável e persistente que está liquidando os homens e mulheres de ascendência africana que conseguiram sobreviver ao massacre praticado no Brasil (NASCIMENTO, 1980, p. 34).

Para o autor, este é um modelo de racismo essencialmente brasileiro, que fundamenta o que o autor define como a utopia racial, a falácia da democracia racial brasileira, que confunde em parte os afro-brasileiros e que não proporciona a autoafirmação racial a partir da identidade, integralidade e orgulho.

Nascimento (1980) atenta para o fato de a crença em uma democracia racial ser a motivação para a manutenção da elite branca no poder, uma “camada branca minoritária” desde o tempo colonial. Para o autor, esse fenômeno como uma ordem natural é amparado pela democracia política, o que Nascimento define como parte dos dogmas que amparam uma elite branca no poder.

Segundo o autor, a desigualdade social culminando na concentração de renda na elite branca brasileira não somente ampara o privilégio através do racismo, como também sustenta uma elite cultural na educação e universidades, a então “*intelligentsia* brasileira” nas palavras de Abdias.

Quanto a esta perpetuação, Nascimento (1980) alerta

Nós, os negros, temos sido obrigados a esquecer durante muito tempo nossa história e nossa condição. Por que ficarmos quietos, silenciados e perdoarmos ou esquecermos o holocausto de milhões sem conta – cem, duzentos, trezentos milhões – de africanos (homens, mulheres, crianças) friamente assassinados, torturados, estuprados e raptados por criminosos europeus durante a escravidão e depois dela? Ou será que não devemos clamar nem reclamar, já que para os europeus a escravidão constituiu um passo necessário para a fundação e desenvolvimento do capitalismo, sendo este uma etapa para o paraíso socialista? (NASCIMENTO 1980, p.41).

 História Africana e Afro-brasileira

Tal denúncia de Abdias Nascimento é apresentada por Mbembe (2014) que compreende esta organização da escravização da seguinte forma: “o negro, na ordem da modernidade, é o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria” (Mbembe, 2014, p. 19).

Esquecer a história, esta é a denúncia apresentada por Abdias Nascimento e que fundamenta as ideias quilombistas apresentados em sua obra, para que não nos esqueçamos, e para que recontemos a história, a partir também dos crimes contra a humanidade cometidos durante a formação da nação brasileira.

Outro engano apontado por Nascimento é o de alertar para a fraude teórica e ideológica amparada pelos Estados Unidos quanto às ciências sociais quanto às questões econômicas, socioculturais e políticas. Para o autor é importante resistir pois a não resistência resulta em aniquilação e assimilação da cultura dominante. A resistência, segundo Nascimento (1980) acontece da seguinte forma

É assombroso comprovar que uma dinâmica fatal de erradicação vem ceifando vidas negras, ininterruptamente, há quatro séculos. E que, apesar dessa espada sinistra suspensa sobre sua cabeça, o negro jamais desfaleceu, nunca perdeu a esperança e a energia, sempre esteve alerta à menor chance de recapitular os fios rompidos da própria história: começar e recomeçar o esforço de dignificar o seu ser, enriquecer sua cultura original, elevando-a a um nível de verdadeira instituição nacional. Nesse contexto sobressai a plena consciência do negro de que somente poderá ter um futuro quando houver a transformação de toda a estrutura do país, em todos os níveis, na economia, na sociedade, na cultura e na política (NASCIMENTO, 1980, p.42).

Educação e Trabalho

A resistência que Nascimento (1980) defende é a superação e inserção da população negra em todos os espaços sociais, sejam eles acadêmicos, políticos, econômicos ou culturais, a verdadeira transformação social somente ocorrerá quando todos tiverem acesso, suporte, representação e voz em todos os espaços sociais brasileiros.

Para Nascimento (1980) o grande obstáculo entre a tomada de consciência coletiva, e ação de combate ao racismo brasileiro, ainda se encontra na história propagada desde 1500. Para o autor

O Brasil oficial despreendeu grande esforço tentando criar a ficção histórica segundo o qual o país representa o único paraíso da harmonia racial sobre a terra, o modelo a ser imitado pelo mundo. Não levou em conta a precariedade, a longo prazo histórico, do alcance eficaz mentira realidade, ou da realidade mentirosa que o próprio Goebbels tão bem exemplifica. Com a queda do colonialismo na África e se levante antirracista dos negros do Brasil, se desintegra a parafernália do artifício, do subterfúgio, da hipocrisia, montada para ocultar o crime que se pratica contra a população negra (NASCIMENTO, 1980, p.45)

História Africana e Afro-brasileira

Como forma de combater essa ficção histórica é necessário que as instituições de formação e educação da população brasileira, escolas e universidades, façam o trabalho de contar/recontar a verdadeira história dos brasileiros, da população negra, dos indígenas desta terra, e que pare de fantasiar uma história de descobrimento e harmonia racial, uma vez que a terra que ocupamos fora invadida, saqueada, e que o genocídio e o derramamento de sangue

dos povos originários e dos africanos raptados da África foram o que constituíram e organizaram os primórdios de um “país colônia” para a coroa portuguesa de 1500.

No Documento 2 “Revolução Cultural e Futuro do Pan-africanismo”, Abdias Nascimento organiza seus pronunciamentos e reflexões sobre a atuação pan-africanista, para o autor:

Isto que hoje constitui as aspirações do pan-africanismo foi uma realidade para nossos ancestrais. Eles viveram numa terra que era deles, possuíam suas próprias culturas, religiões, línguas, civilizações e estilos de vida, unicamente eles eram os donos dos frutos resultantes do seu trabalho, dos quais dispunham segundo seus interesses e desejos. Aquela harmonia- homem, natureza, trabalho e cultura: existência e vivência no continente – foi rompida pela invasão imperialista europeia e sua conseqüente espoliação colonial (NASCIMENTO, 1980, p. 63)

Macêdo (2013) apresenta um panorama do movimento pan-africanista e localiza Abdias Nascimento como um dos maiores defensores da cultura e igualdade da população negra e maior difusor do pan-africanismo no Brasil.

A autora apresenta o pan-africanismo como um movimento esboçado a partir da diáspora negra e que se desenvolveu principalmente a partir dos Estados Unidos e Caribe, rediscutindo políticas nacionalistas africanas como uma expressão de solidariedade entre os povos africanos e de origem africanas. Esse movimento nasceu, segundo Macêdo (2013), dos regimes coloniais, e em todos os lugares que esteve presente apresenta particularidades e extrema complexidade em lugares como África, Europa, América do Sul, Caribe entre outros.

Macêdo (2013) discorre que o movimento pan-africanista realizou palestras, encontros e reuniões, sendo a primeira conferência do movimento em 1900 em Londres, e teve como o principal precursor e expoentes representantes do pan-africanismo os intelectuais W.E.B. Dubois, George Padmore, Marcus Garvey e Kwame Nkrumah. Du Bois é considerado, segundo relata autora, o “pioneiro” do pan-africanismo, estando presente em todos os congressos pan-africanos, organizou e esteve presente como figura intelectual e política de referência.

Para Macêdo (2013) o movimento pan-africanista “marcou profundamente os séculos XIX e XX, propondo a união de todos os povos da África e a potencialização deste continente no contexto internacional” (MACEDO, 2013, p.183).

A perspectiva de defesa do pan-africanismo de Abdias Nascimento no Quilombismo parte da sua participação no VI Congresso Pan-Africano, e apresenta a proposta de resgate da cultura africana como de resistência à cultura ocidental e os seus declínios, tal qual Abdias Nascimento relaciona a cultura ocidental e os impérios em decadência as guerras por territórios e manutenção de poder. Para Nascimento (1980) diante destas divergências e confusões da

cultura ocidental, a emergência da cultura africana se apresenta como uma unidade libertadora e progressista, que ampara o pan-africanismo diante disto, o autor concorda com Amílcar Cabral e defende que a preservação e criação da cultura é o passo necessário para fazer a história.

Neste ponto, entendemos a defesa do autor não como uma substituição de uma cultura por outra, ou de uma supressão, mas sim de uma alternativa de uma cultura que integre valores de humanidade e solidariedade, a cultura africana, em oposição a cultura ocidental essencialmente capitalista pelo histórico colonial e de espoliação do continente africano e das Américas como garantia de um comércio internacional sobre a precarização, escravização e dizimação dos povos africanos e originários das terras das Américas.

A cultura ocidental herda essas raízes de destruição do ambiente, exploração dos menos favorecidos, e genocídio dos povos originários, no caso do Brasil os indígenas, até os dias de hoje, tanto que ainda em 2021, no momento de finalização desta dissertação, os povos indígenas precisam lutar pela defesa de estar em suas terras, pois estão sendo ameaçados com o PL 490/2007 que prevê³ o fim da demarcação das terras indígenas, colocando milhares de povos indígenas em situação de risco por perderem o direito de suas terras.

A defesa por uma cultura com base nos princípios africanos é também uma defesa do nosso povo, da nossa história e da retomada política, cultural e econômica do que nos foi retirado e negado ao longo de mais de meio século de diáspora.

Nascimento (1980) defende os passos necessários para uma revolução-pan-africana.

Para o autor

Um deles está na possibilidade e na promessa de libertação da personagem humana, sem abdicação de sua responsabilidade como personagem histórico. Conseqüentemente, os homens e mulheres africanos devem demonstrar a si mesmos que são capazes de transformar as circunstâncias nas quais eles vivem, e que tem sido um povo que foi submetido e conduzido por outros, recuperou a capacidade de conduzir seu próprio destino, que são, portanto, capazes de reaver sua história roubada e manter permanentemente a soberania do seu próprio legado coletivo (NASCIMENTO, 1980, .67).

Recontar a própria história e manter o legado coletivo são alguns dos fundamentos que Abdias reitera como forma de preservação da cultura, no caso do destaque da cultura africana,

³ O PL 490/2007 protocolado pelo Deputado Federal Homero Pereira em 2007 altera o Estatuto do Índio de 19 de dezembro de 1973 (Lei nº6001). Este PL 490 cria um marco temporal em que só se considera território indígena locais ocupados até 5 de outubro de 1988, data da Constituição Federal, este projeto de lei também altera o uso do território indígena, possibilitando a exploração de minérios e reservas hídricas sem consultar ou sem autorização da população local. Mais informações em <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/07/07/o-que-e-o-pl-490-e-como-ele-afeta-a-vida-dos-povos-indigenas.htm>>

Vide PL 490/2007 inteiro teor em < [PROJETO DE LEI Nº , DE 199 \(camara.leg.br\)](https://www.camara.gov.br/projeto-de-lei/propoe/projeto-de-lei.aspx?id=490&dt=2007-07-07)>

mas que ele também defende no contexto brasileiro pela população negra brasileira por suas raízes africanas. Uma defesa da própria cultura afro-brasileira como forma de resistência a dominação e aculturação a tanto tempo cometida principalmente em espaços educacionais e de formação.

Quanto à cultura tradicional africana, Nascimento (1980) pontua que devemos retirar os julgamentos e críticas equivocadas de “um apriorismo dogmático, um primarismo ingênuo, ou distorção ideológica maliciosa” (p.68). Para o autor, as tradições africanas não podem ser subestimadas. O conhecimento da cultura africana é plástica e tem uma riqueza criativa.

Como apresentado por Tedla (1999), como um dos referenciais deste trabalho, a visão de mundo holística da cultura africana, e a perspectiva de comunidade e unidade com o meio e de solidariedade para com os outros, são valores que devemos resgatar desde a mais tenra idade do ser humano, e para isto, além da família, precisamos de ambientes educacionais que proporcionem uma educação pautada nestes valores para a superação dos agravos cometidos por uma cultura baseada na exploração e na desigualdade produzidas pelo capitalismo.

Nascimento (1980) reitera que mesmo a cultura africana sendo rica e diversa, existem críticas por parte da ciência de ser culturas acientíficas, e parte desse acientificismo ocorre, pois, a ciência tem se provado na lente do autor, apenas como instrumento de distorção, opressão e alienação da cultura e ciência produzida na África.

Abdias apresenta que

De fato, as culturas africanas são aquilo que nossos povos criam e produzem. Por isso elas são flexíveis, criativas e seguras de si mesmas, a ponto de interagir espontaneamente com outras culturas, aceitando e incorporando valores científicos e/ou progressistas que porventura possam funcionar de modo significativo para o homem, a mulher e a sociedade africana. Entretanto convém insistir neste ponto: as culturas africanas, além de conterem sua intrínseca e valiosa ciência, também oferecem uma variedade de sabedoria necessária pertinente à nossa existência orgânica e histórica (NASCIMENTO, 1980, p, 69).

Educação e Cultura

A defesa que o autor depreende pelas culturas africanas e da retomada dos valores africanos como uma cultura criativa é um dos pontos centrais apresentados pelo Quilombismo e que identificamos como um fundamento pensando em uma educação descentralizada e antirracista, pois defender as culturas africanas bem com a ciência contida em seus conhecimentos é fundamental para uma reconfiguração da ciência ocidental e dos conhecimentos acadêmicos da forma como hoje concebemos.

Repensar a ciência a partir dos conhecimentos e culturas africanas perpassa por admitir a filosofia africana como parte da produção do conhecimento da humanidade, considerando-a em currículos escolares e universitários a primazia da filosofia africana para as a filosofia grega e conseqüentemente para a filosofia produzida pela humanidade desde então.

Da mesma forma, reconhecer a contribuição dos conhecimentos africanos para a matemática, geometria, artes, engenharia, biologia, medicina, entre tantas outras contribuições do continente africano para a humanidade em questão de ciência e que temos visto sofrer o epstemicídio há séculos, sem que fosse reconhecido a produção intelectual e científica dos povos negros para ciência e por instituições educacionais.

Outra denúncia apresentada por Nascimento (1980) é a de exclusão da população negra dos ambientes acadêmicos e conseqüentemente das reuniões e encontros internacionais, também pela exclusão da língua, onde eventos priorizam línguas estrangeiras como inglês e francês, o autor defende a inclusão da língua portuguesa para comunicação dos negros brasileiros nestes espaços. O autor também ressalta o fato de que a grande parte de eventos direcionados para a discussão de raça e racismo são acadêmicos brancos como representantes do Brasil, e que muitas vezes são estranhos a nossa realidade sociocultural, ao colocar as pessoas negras em posições estáticas e imobilistas, e que em uma versão acadêmica acaba por ter agência aos interesses eurocentristas.

Para o autor

É pertinente chamar a atenção para o fato de certos estudiosos e escritores, geralmente brancos – os únicos que possuem os meios, a voz e a oportunidade de veicular opiniões fora do país – terem construído uma história fictícia de escravidão, da abolição e das relações entre pretos e brancos. Essa ficção se transformou numa mercadoria mascateada no balcão internacional das ideias, dos conceitos e das definições. Esses “intelectuais” das classes dominantes, articulados a outros recursos utilizados pela elite no poder, conseguiram que o Brasil, paradoxalmente, adquirisse e mantivesse no exterior uma imagem de inocência, bondade e humanitarismo, em seu regime escravo; até mesmo uma reputação de originalidade na utópica perfeição tropical dos seus esplendores lusitanos, qualidade estas que o Brasil dividiria com as também lusitanas “províncias de além-mar” (NASCIMENTO, 1980, p.81).



Educação Superior

Nascimento chama a atenção para a falta de representatividade de intelectuais negros no meio acadêmico, no contexto e momento histórico que o autor estava inserido. Esta representatividade passa a ser maior com as políticas de ações afirmativas e entrada de estudantes negras/os e indígenas nas universidades do país, somente 40 anos após as denúncias apresentadas no Quilombismo. Após as ações afirmativas ocorreu um aumento de 74,6% de

estudantes negros nas Universidades brasileiras entre 2014 e 2018, segundo dados do ANDIFES⁴ grande parte por meio do acesso por cotas, previsto a partir das políticas de ações afirmativas.

Com a mudança no quadro discente e docente das universidades, também ocorre uma mudança na configuração dos currículos. As pessoas que passam a ocupar o lugar de estudantes e docentes passaram a reivindicar a diversificação de currículo com a inserção de bibliografias e intelectuais vinculados a pessoas negras e de correntes teóricas mais inclusivas a abrangentes quanto à realidade da população negra no Brasil e no mundo.

Outra proposta e defesa dessas pessoas como estudantes e intelectuais negras/os é pelo rescrita da história oficial do Brasil a partir da perspectiva dos invisibilizados, a narrativa que Nascimento apresenta é verdadeira e denuncia a base dos ideais nacionalistas e eurocêtricos de uma versão da história do Brasil contada da perspectiva da colonização. Novas narrativas aparecem a partir da produção científica de intelectuais negras/os, a história das pessoas exploradas, dos subjugadas, passa a ser contada pela versão dessas pessoas: negras, indígenas, precarizadas. Ainda existe um longo caminho, mas o movimento de descortinar a história oficial e dar visibilidade a personagens negras das histórias das quais foram destituídas dos lugares de destaque na História Oficial vem ganhando força, graças aos investimentos de movimentos sociais negros ao longo da história e hoje com a empreitada de intelectuais negros nas universidades brasileiras.

Nascimento (1980) convoca a inteirar-se da história oficial do Brasil com personagens como Zumbi, Chico-Rei, a Revolta dos Alfaiates, Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, enforcados e esquartejados na luta pela nossa independência e que não tiveram os mesmos prestígios históricos de Tiradentes.

Sobre ciência e tecnologia, Abdias Nascimento faz considerações interessantes, pensadas para um projeto pan-africanista como organização política, que sugerem importantes passos para a organização e produção científica e tecnológica em um conjunto de estratégias que viabilizem o desenvolvimento formativo da população negra.

Nas palavras do autor “o apelo inicial é de encorajamento da investigação” (p.97), fundamenta o desenvolvimento científico e tecnológico como um ser nacional, antielitista, não classista, e material e espiritualmente. Desta forma, o autor apresenta:

Acredito na pedagogia que liberta a tecnologia da sua atual tendência de escravizar o ser humano. A tecnologia deve existir como um sustentáculo para

⁴ Segundo dados de pesquisa do ANDIFES 2018, matéria em <http://www.sinprocampinas.org.br/noticias/noticias/andifes-constata-aumento-de-pobres-e-negros-nas-universidades-federais-com-lei-de-cotas/>

a consagração do homem e da mulher em sua condição de ser. Autossuficiência na criação e adoção da tecnologia, assim como no desenvolvimento científico, precisa ocorrer simultaneamente ao desenvolvimento das nações, obedecendo seu ajustamento funcional ao respectivo ambiente e realidade humana. Isto porque na estrutura da presente fase da “ajuda técnica” as formas avançadas de tecnologia do capitalismo industrial, além de não cooperar na construção, em verdade instigam e promovem a penetração do capital monopolístico internacional e alienação do autoconhecimento nacional (NASCIMENTO, 1980, p. 98)



Educação e tecnologia

Nascimento (1980) defende que a tecnologia deve servir aos interesses dos seres humanos, não o contrário. O autor acredita que cada território deva desenvolver sua própria tecnologia e ciência e que a cooperação internacional deva servir para a construção de desenvolvimento humano e do ambiente que estamos e não um desenvolvimento voltado apenas ao capital.

É importante lembrar que Abdias Nascimento escreveu estas definições no contexto da Guerra Fria, entre EUA e URSS, em pleno avanço e disputa tecnológica. Contemporaneamente, embora não em termos daquele contexto histórico, vemos os avanços científicos e tecnológicos duplicarem rapidamente. Em parte, a ciência e tecnologia servem diretamente aos seres humanos, mas sempre amparadas pelo capital. O acesso e utilização das tecnologias de ponta, se restringem ao setor industrial, farmacêutico, médico e uso pessoal, se concentram nos países com maior concentração de renda, e a importação das tecnologias para países subdesenvolvidos demoraram muito tempo para serem adquiridas, pois desprende de muito recurso financeiro, deixando os países mais pobres a margem desse do desenvolvimento tecnológico.

Nascimento (1980) acredita que cada país deve investir em desenvolver seu próprio aparato de conceitos organizacionais e tecnológicos, e somente após isto terá condições de alcançar a liberdade tecnológica.

Sendo assim, seria necessário que cada país desprendesse parte de investimentos para o financiamento da ciência e tecnologia do seu país. Isso não vem acontecendo no Brasil, pois estamos acompanhando desde 2019 o desmonte das universidades federais e estaduais, bem como o estrangulamento do financiamento de importantes centros de pesquisa, ciência e tecnologia, sendo sucateados pelos cortes de verbas para a educação e ciência.

Nascimento (1980) defende que a atuação de um projeto pan-africanista, somente seria possível com a superação do capitalismo. Para o autor somente em um sistema de comunalismo africano o aprisionamento das pessoas, em especial negras, à desigualdade e indiferença seriam

rompidos. Quanto à esta defesa de superação do capitalismo, é importante salientar que o sistema capitalista rege a organização social e educacional, um rompimento com este sistema seria romper também com a lógica capitalista e o formato educacional que ela produz, de competição, exclusão e falsa meritocracia.

Uma educação pautada em valores comunais preza pela solidariedade, valorização do ambiente e da terra que em que se vive e se produz, integração da comunidade para o crescimento mútuo, e o desenvolvimento das pessoas em organicidade e respeito. Nas palavras de Nascimento (1980) "a revolução pan-africana deve assumir como tarefa prioritária a responsabilidade de garantir o resgate da consciência negra, a qual tem sido violentada, distorcida e agredida de várias maneiras" (p.104).

É importante aqui salientar que a consciência negra a que o autor se refere faz menção a todo um aparato cultural, espiritual e histórico a ser resgatado.

No "Documento 3 Considerações não sistematizadas sobre Arte, Religião e Cultura Afro-brasileira", Nascimento (1980) inicia o capítulo com uma reflexão a respeito da característica holística da arte e Cultura afro-brasileira, para o autor

Todos aqueles criadores da arte afro-brasileira sabem mais pela própria prática do que pela reflexão ou pelo exame intelectual que a sua arte está integralmente fundida ao culto, e dissociá-la do contexto religioso, onde tem sua origem, seria o mesmo que tentar elaborá-la a partir do vazio e do nada. Ao evocar o culto, estou me referindo a todo espectro ritualístico das culturas africanas no Brasil, e não a qualquer um restrito e singular ato ritual visto na intimidade do *Pegi* (templo) (NASCIMENTO, 1980, p.109)

Educação e Religiosidade

Destaca que a arte e a cultura afro-brasileira estão intimamente ligadas à ritualística religiosa das matrizes africanas e que negar essa relação seria reduzi-las a zero. Para adequação de um ensino de cultura e história afro-brasileira e africana seria importante ressaltar também a origem das danças, da música da arte e das histórias africanas (mitologia) pois é o contrário disto seria o apagamento da cultura africana, em detrimento dos olhares eurocêntricos, que demonizam e tornam em fetiches as manifestações culturais africanas. Este apagamento da população negra acontece desde 1500 tem seus fundamentos no racismo contra a existência da vida e da história de pessoas negras. Nascimento ressalta que

No sentido de apagar da lembrança do afro-brasileiro a horripilante etapa histórica brasileira do escravismo, a camada dominante no Brasil não tem poupado esforços. Com essa providência conseguiram vários benefícios: primeiro, aliviar a consciência de culpa dos descendentes de escravocratas, os mesmos que ainda hoje continuam dirigindo os destinos do país; segundo, simultaneamente ao desaparecimento do seu passado, o negro brasileiro assistiria também há obnubilação de sua identidade original, de sua religião,

de seu berço e de sua cultura, o que resultaria na erradicação da personalidade africana e do orgulho que lhe é inerente. A classe dirigente e seus porta-vozes teóricos – historiadores, cientistas sociais, literatos, educadores, e outros afins – formam uma consistente aliança que tem excluído há séculos, a prática e a teoria da exploração dos africanos e de seus descendentes no Brasil (NASCIMENTO, 1980, p.110)

A farsa histórica da qual Nascimento se refere é a supressão dos currículos escolares e acadêmicos da história dos africanos e dos afro-brasileiros, desde a sua chegada no Brasil e todos os seus feitos até o dia de hoje. É importante lembrar que a história dos negros da diáspora não começa com a escravidão, em alguns pontos Nascimento (1980) argumenta o início da história das pessoas negras brasileiras a partir da escravidão, porém os africanos que aqui chegaram carregavam em suas memórias histórias de seu lugar de origem e de seus povos, é preciso resgatar também estas histórias.

Quanto ao apagamento acadêmico da história africana e afro-brasileira, Nascimento pontua que

Neste plano também se integra, completando a conjunção, o sistema educativo brasileiro. Um documento da Unesco confirma que “na maior parte dos países latino-americanos nunca se lecionou nas universidades cursos sistemáticos sobre culturas negras. Os preconceitos gerados pela escravidão sofrida pelos africanos da América contribuíram para isolar a África dos conhecimentos da vida universal, para menosprezar ainda mais a sua história (NASCIMENTO, 1980, p. 111).

História Africana e Afro-brasileira

Os pontos levantados pelo autor são de extrema importância, ainda que neste tempo pós ações afirmativas muito se tenham avançado em questão aos currículos de formação universitários, muitos caminhos ainda existem a percorrer, pois o apagamento e racismo científico cometido contra os povos africanos e os (as) intelectuais negros (as) usurpam da formação as raízes epistemológicas africanas do arcabouço científico universitário e educacional.

Nascimento (1980) continua esse trecho fazendo duras críticas sobre a falta de representação da cultura negra dentro das universidades, e continua a argumentação relatando que, naquele momento os dois centros de Estudos Africanos, da Universidade da Bahia e da Universidade de São Paulo, eram organizações vazias de significados e que alienavam a população negra do verdadeiro espírito de luta. O autor não acrescenta mais detalhes do contexto, mas as críticas formuladas pelo autor não se manteriam nos dias de hoje, pois atualmente dentro das universidades, os NEAB's e NEABI's constituem verdadeiros centros de formação, mudança, e representação da cultura negra africana e afro-brasileira dentro dos

espaços acadêmicos. Por meio da atuação de professoras/es e estudantes, junto a associações negras da sociedade civil dentro e fora desses espaços de formação, mudanças importantes estão acontecendo. Criação de novos currículos com maior diversidade e representação racial, eventos de discussão sobre questões étnico-raciais são realizados em níveis nacionais e internacionais, e tem servido como um “quilombo de encontro” entre estudantes negros e negras das universidades que se sentem acolhidos/as e amparados/as, onde podem trocar suas experiências, dividir suas angústias e se fortalecer em um espaço de luta comum, por terem suas vozes ouvidas e potencializadas através dos grupos de representação acadêmicos.

Quanto a resistência dos apagamentos da cultura africana, Nascimento acrescenta que:

Mas a respeito da manipulação das estratégias e recursos para degradar, distorcer e esmagar a herança africana, a cultura convencionalmente tida como a dominante careceu de aptidão para concretizar os objetivos que perseguia. Não conseguiu suprimir completamente os valores africanos da cultura. Instituições e tradições de diversas culturas transplantadas da África para o Brasil permanecem existindo em sua marca indelével na face cultural brasileira; outras conservam intacto todo um sistema de pensamento simbólico, de teologia, e cosmologia. Nenhuma das expressões culturais se rendeu passiva ou facilmente à tentativa, sutil ou violenta, da destruição colonizadora (NASCIMENTO, 1980, p.115).

Educação e Cultura

Neste ponto, Nascimento (1980) resgata a força e a resistência da cultura, mesmo em uma sociedade escravocrata que subjugava a população negra as condições de exploração e violência, a cultura prevaleceu passando de geração em geração, mostrando a força da relação do ser humano com suas origens e sua cosmologia.

A aculturação que o autor trata no texto é a modificação forçada que a colonização provocou nos povos originários e africanos escravizados de aniquilar a cultura desses povos, sua linguagem, sua religião, em detrimento da cultura, língua e religião cristã de maneira compulsória, que surte efeitos dessa dominação até os dias de hoje.

Nascimento (1980) narra que as etnias africanas: iorubá, fon, ewe, (gegê) foram primariamente escravos urbanos, e suas religiões resistiram de forma mais intacta em suas estruturas, enquanto a etnia de origem bantu, por se concentrar principalmente na área rural, conseguiu preservar de forma mais acentuada sua música e linguagem mesclada à brasileira. Segundo o autor, a organização da religiosidade de origem iorubá ocupa uma posição mais reorganizada, estruturada quase que em sua integridade da origem africana.

O autor disserta que terminologias racistas foram muito utilizadas para desqualificar religiões de matrizes africanas, como “cultos fetichistas” e “fetichismo” como qualquer objeto ou ação de origem supersticiosa. Para Nascimento (1980) este tipo de colocação caracteriza

dois comportamentos do preconceito e do não cientificismo que se empreende a religiões africanas: não reconhece seu caráter espiritual e banaliza a sensualidade expressa nas devoções como simples referência à libido. Para o autor é curioso que esse mesmo tipo de terminologia não é utilizado por cientistas para tratar de religiões de origem cristã.

As mesmas práticas podem ser encontradas em escolas, instituições de ensino, o ensino religioso, garantido pela legislação no artigo 33 da Lei 9.394 de 1996⁵, de caráter facultativo, é muitas vezes realizado por instituições católicas, quando não por seus representantes dentro das instituições de ensino e não abrange outras religiões que não de origem judaico-cristã.

Para o autor, a destruição da língua africana, um instrumento de comunicação humana, social e cultural, foi um dos crimes mais graves cometidos, a partir da imposição da língua portuguesa. Com esta violência rompeu do espírito africano sua história e sua memória. Pela tradição oral dos povos africanos, não temos registros ou escritos dessas histórias, a oralidade da cultura negra foi silenciada pelo amontoado de documentação e escritas guardadas em gavetas dos colonizadores.

A tradição da ciência e da história do povo africano também pode ser recontada a partir do Egito Antigo, segundo Nascimento (1980) esse legado também nos foi saqueado, pois o Egito como grande centro de civilização, conhecimento religioso, filosofia e medicina foram usurpados por Alexandre, o Grande e Aristóteles, apresentando a obra de G.M. James, o *Stolen Legacy*,

Outra farsa com roupagem científica, segundo Nascimento (1980), é a teoria embranquecedora da então “democracia racial” elaborada a partir das produções e conceitos de Gilberto Freyre, para o autor, toda a conceituação freyriana é eurocêntrica, embora o Freyre alegue estar manifestando a “contribuição cultural dos africanos”. Nas palavras de Nascimento

Freyre revela várias coisas: 1. Que a sociedade brasileira institucionalizada (ou convencional, ou dominante) nunca antes considerou a cultura africana como uma verdadeira cultura; 2 que a orientação desse Brasil oficial (ou convencional) tem sido sempre oposta às culturas africanas, tanto assim que, para uma aproximação mais íntima com a mesma, é necessário fazer disto “uma causa”, isto é, implica que os africanos e as culturas que vieram com

⁵ Lei 9.475 de 1997 que altera a LDB nº 9394/1996 no Art. 33 em “Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

eles são coisas estranhas ao contexto brasileiro, um ideal distante a ser atingido, e não uma realidade diária, parte integral e concreta de todo o processo histórico da formação brasileira; 3 que o expoente mais “progressistas” da generosidade liberal, após “reconhecer” a contribuição cultural africana ao Brasil, persistentemente enfatiza a predominância dos valores culturais europeus sobre os outros da maioria da população, a qual é de origem africana.

Tudo isso por quê? Porque bem no fundo dos conceitos científicos de ostentação “democrática”, se encontra a terrível e inarredável verdade: o supremacismo branco europeu, o racismo, o dogma da inferioridade racial e cultural dos africanos (NASCIMENTO, 1980, p. 136).



Educação e Cultura

Esse mesmo tipo de abordagem teórica ainda hoje é muito visto em escolas e universidades, em sistemas de ensino, a parte da cultura africana é apenas um apêndice, um complemento, a “verdadeira cultura” brasileira, acentuada sobre os ideais eurocêntricos.

Não é incomum perceber em escolas os currículos escolares ao longo do ano letivo pautados em histórias, conhecimentos e religião de origem europeia-cristã e somente em uma semana de novembro se desenvolve atividades de culturas africanas e afro-brasileira, ainda de maneira bem genérica, exaltando muitas vezes apenas o samba, a capoeira e a história de Zumbi dos Palmares sempre voltados para o período da escravidão.

Esse tipo de corrente teórica, na qual Nascimento (1980) localiza a Ciência Social e Política, é a que propaga a ideia de que entre as pessoas empobrecidas não existe o preconceito de cor, ou discriminação racial, apenas a “-mais valia” - que iguala toda a categoria de brancos e pretos em uma “fraternidade social”. A falácia está explícita nas relações sociais entre pessoas de origens raciais diferentes de origem do mesmo grupo social.

Nascimento (1980) utiliza o "Desafio Nordestino e as canções de Ninar" como exemplos das diferenças de tratamento racial entre pessoas de origem pobre. O autor traz alguns exemplos de Disputas musicais nordestinas, que tem apelo satírico, para exemplar as diferenças das relações, mesmo nas classes mais baixas:

Cantor Branco

Há muito negro insolente
com eles não quero engano;
veja lá que nós não somos
fazenda do mesmo pano
disso só foram culpados
Nabuco e Zé Mariano

Cantor Negro

Sou negro, mas sou cheiroso
 Você é branco fouveiro,
 Se quiser cantar comigo
 Vá tomar banho primeiro;
 Eu tive um cavalo branco
 Que era pior que um sendeiro

Cantor Branco

Moleque da venta chata,
 de boca de cururu,
 antes de treze de maio
 eu não sabia o que eras tu.
 o branco é de cor de prata
 o negro de cor de urubu

Cantor Negro

Quando as casas de negócio
 Fazem sua transação,
 O papel do branco e lustroso
 Não vale nem um tostão,
 Escreve-se com tinta preta
 Fica valendo um milhão.

Aqui vemos que as relações raciais em camadas mais pobres são configuradas não por uma relação de dominação entre as pessoas de diferentes origens raciais, mas sim a partir da depreciação e ofensas contra a população negra, como forma de inferiorizar o grupo diferente, como se ser branco fosse uma vantagem social, como se dissesse em outras palavras “sou pobre, mas pelo menos não sou negro”.

As práticas de inferiorização da população negra, em todas as camadas sociais, têm início na mais tenra idade, Nascimento também faz uma análise das músicas de ninar que de igual forma trata o negro e a cor preta de maneira pejorativa, introjetando no inconsciente das

crianças desde muito pequenas a já temer e rejeitar qualquer objeto, pessoa ou imagem que remeta a escuridão.

As canções de ninar fazem parte do folclore brasileiro, e as imagens do negro muitas vezes são retratadas como nas canções de ninar como essas

Boi boi boi
Boi da cara preta
Pega essa menina
Que tem medo de careta

Zumbi Zumbi
Zumbi do Piauí
Pegue esse menino
Que não quer dormir.

Da mesma forma, são retratados em livros infantis o preconceito e o racismo enraizado na infância brasileira. Nascimento (1980) relata o racismo presente na obra de Monteiro Lobato, em *O Sítio do Pica Pau Amarelo*, que propagou racismos e preconceitos com a construção da personagem tia Anastácia, colocada sobre uma visão subalterna. Para o autor, esse tipo de preconceito e racismo enviesado somente será enfrentado com eficácia quando pessoas negras se organizarem em instituições negras, em todos os arranjos sociais: econômicos, educativos, culturais, e principalmente organizações políticas.

Nascimento (1980) nos convida a não esquecer os grandes nomes que levam a nossa arte, cultura, e história, que lutaram pelo fim do preconceito e racismo, e que precisam ser exaltados, lembrados, e colocados no memorial da história nacional, nomes como: Luís Gama, Solano Trindade, Edson Nunes Pereira, Marina Avelar Sena, Sebastião Rodrigues Alves, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Aguinaldo Oliveira Camargo, entre outros.

Nas artes, Nascimento (1980), relata que africanos/as no Brasil tiveram que resistir muito para ocupar espaços para poder exercer a criatividade e desenvolvimento artístico que sufocadas pelos limites da escravidão. O autor relata que no início dos teatros, a profissão de atuação não era bem vista socialmente, então muitas pessoas negras de pele clara* interpretavam papéis de personagens brancos, passando pó de arroz no rosto, o contrário

também ocorria, quando interpretavam personagens negras, tanto atores brancos passavam tinta preta no rosto, o que ficou popularmente conhecido nos Estados Unidos por *black face*.

Para o autor esse apagamento e exclusão a população negra das artes tem início com a colonização, escravidão, mas não parou com o a abolição. O Nascimento (1980) destaca

Se antes de 1988 a escravidão e a ideologia da superioridade do branco excluíram o africano da cena brasileira, após a abolição o racismo prosseguiu sua nefasta ação discriminatória. Nossa literatura dramática ignorou seu potencial humano, sua densidade dramática, o lirismo que impregna a criatividade imanente de sua cultura original africana. E todos esses elementos tiveram acréscimos e outras dimensões adquiridas à vivência de trabalho produtivo nos quinhentos anos de agressão permanente da sociedade brasileira. A epopeia das revoltas, insurreições, levantes armados, tentando resgatar a liberdade usurpada e a dignidade humana enxovalhada e esmagada pelo regime escravocrata, é uma página que os dramaturgos terão que escrever um dia. O que existe fixado em livros é muito escasso e aquém da importância daqueles sucessos, vistos sob a perspectiva e dinâmica das lutas de libertação dos afro-brasileiros (NASCIMENTO, 1980, p. 154).

Educação e Cultura

Para o autor, é necessário que se escrevesse sobre as ações, resistências, vivências da população negra e de seus representantes sociais, aqueles por meio dos quais a história foi feita, e que mudou os caminhos dos que vieram posteriormente na história do país.

Nascimento (1980) defende a continuidade das artes, do teatro, da dramaturgia de negros para negros e para toda a sociedade, para que a parte oculta da “história oficial” descortine e revele a participação de pessoas negras na produção cultural nacional e seja um conhecimento comum a todos os cidadãos brasileiros.

Para isto é preciso desprender tempo, organização e intenção em políticas de inserção nos currículos de escolas, universidades, centros de formação e que a arte, a cultura e a cultura africana e afro-brasileira estejam presentes nos objetivos educacionais nacionais.

A história também pode ser contada a partir da memória, Nascimento (1980) chama a atenção pela ausência de um Museu da Arte Negra. O autor narra que um museu com este modelo, o MAN, era um desejo dele e de seus companheiros Arthur Ramos e Guerreiro Ramos, mas que foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964 e seu autoexílio em 1968. A intenção de um Museu de Arte Negra seria “uma ação e reflexão pedagógicas destinadas a produção da arte do negro” (NASCIMENTO, 1980, p. 164). Os fundamentos teóricos deste espaço seria a de valorização e conservação das manifestações artísticas dos brasileiros.

Nascimento (1980) acentua que o crítico Teixeira Leite considerava o MAN uma necessidade para os estudantes, pois serviria de laboratório de pesquisas e abriria novas perspectiva para as artes plásticas brasileiras.

Na finalização do Documento 3, o autor reafirma que a defesa por valores africanos sobre a cultura, religião, arte, organização social e da história não enfatiza apenas uma forma de defesa em meio a realidade agressiva do Brasil. Para o autor, mais do que isso, não separa a afirmação da cultura de outras reivindicações da população negra, como de ordem econômica por exemplo, mas acredita que há um entrelaçamento destes aspectos e que juntos constituem uma realidade histórico-existencial. Salieta também que a cultura afro-brasileira, possuidora de dinamismo sempre esteve comprometida com a libertação do seu povo. Para o autor esse é o objetivo final: a cultura que liberta.

Ao finalizar o capítulo, Nascimento (1980) destaca sua confiança e esperança na juventude negra brasileira. Para o autor, as/os jovens são uma esperança séria, engajada em um futuro que não está perdido nos sonhos nem da abstração da história. Para o autor, ao contrário disto, a juventude negra mostrava uma consciência histórica de esperança, apesar da terrível realidade, somente fomentar a desesperança. Abdias Nascimento exemplifica esta dolorosa esperança do jovem negro brasileiro a partir das palavras e poemas de Cuti (Luís Silva) paulista de Ourinhos, um jovem escritor negro de 26 anos na data de publicação da obra, com poemas publicados na revista Cadernos Negros de Poesia (n.1) e que deixamos registrado no excerto do poema de Luís Silva que diz

Esperança

Há uma esperança decisiva

na ponta do fuzil;

A morte ou a vida enriquecida

aquela aquecida com amor e comida

Há uma esperança levantada

nos punhos fechados;

A morte ou a vida cheia de vida

Plena de igualdade e verdade

Há uma esperança na faca da sombra:

A morte ou a vida dos meninos

Meninas homens mulheres e sinos

Há uma esperança de tocaia na fúria:

A vida crivada de sonhos
De balas de mel na boca do mundo.

Com a sensibilidade deste poema, dedico a todas/os as/os jovens negras/os, meninos e meninas que perderam sua vida e a esperança de um futuro vívido, vítimas da violência policial e do descaso do Estado, nosso mais profundo lamento por suas ausências, ao longo dos últimos anos. Em memória de: João Pedro Mattos Pinto, 14 anos, Miguel Otávio Santana da Silva 5 anos, Ágatha Vitória Sales Félix de 8 anos, Lucas Matheus da Silva 8 anos, Alexandre da Silva 10 anos, Fernando Henrique Ribeiro Soares 11 anos, Kathlen Romeu 24 anos grávida e tantas outras vidas jovens que foram perdidas pela violência e racismo estruturado em um sistema cruel. Nossos sinceros sentimentos, luta e caminhada por vocês.

No "Documento 4, Etnia afro-brasileira e Política Internacional", Nascimento organiza as reflexões elaboradas a partir de sua participação no Primeiro Congresso de Cultura Negra nas Américas, na Universidade de Ifé na Nigéria. O autor inicia o texto falando sobre a diversidade e o grande número da população negra brasileira, naquele momento cerca de 80 milhões de pessoas negras para uma população brasileira total de 120 milhões.

Para Nascimento (1980) é assombroso constatar que mesmo em um número muito grande de brasileiros e brasileiras negros/as, as violências e exclusões acontecem de forma contundente majoritariamente sobre esse grupo de pessoas.

A reflexão do autor quanto este fato, podem ser observadas neste trecho que o autor diz

As agressões de que são vítimas, os negros se inserem nos níveis físico-biológicos, através da ideologia do embranquecimento, segundo o qual o afro-brasileiro deve se tornar cada vez mais claro na aparência a fim de obter melhores condições de emprego, melhor aceitação no relacionamento social, enfim, estar credenciado ao pleno exercício de sua condição de homem e cidadão. A agressão econômica é o fator mais intensamente negativo: atira os negros ao desemprego, no subemprego, o que resulta na subversão de sua organização familiar, de sua personalidade, mantendo-os sem os recursos de atendimento de suas mínimas necessidades de moradia, saúde, educação, alimentação e assim por diante (NASCIMENTO, 1980, p.187)

 Educação e Trabalho

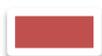
As reflexões aqui colocadas por Nascimento (1980) apresentam os trajetos que levam os jovens negros e a população negra em geral às margens das oportunidades e da sociedade. O embranquecimento que o autor aponta aqui, muitas vezes é o empecilho da entrada, ou de permanência de jovens negros nos espaços, tanto educacionais quanto de trabalho.

Ainda nos dias de hoje, vemos um racismo explícito, mesmo nas filas de contratações, ações que exigem de homens negros que raspem seus cabelos, para que mulheres alisem seus cabelos ou que prendam todos os fios de cabelo crespo em um coque, “piadas” fora de lugar por parte de professores ou de chefes, pessoas em posição de liderança, como forma de diminuir ou humilhar as pessoas negras são as dificuldades que os poucos negros que acessam os espaços de trabalho ainda têm que passar.

Os que ficam de fora, a margem, são chamados de “marginais” “favelados” muitas vezes são criminalizados apenas por terem nascido na pobreza, não conseguem acessar os espaços que poderiam tirá-los da situação de risco, o que muitas vezes os levam a realmente participar de organizações criminosas e serem mortos ou detidos antes mesmo a tal “oportunidade” aparecer. O ciclo perfeito da manutenção racista de pessoas negras em situação de vulnerabilidade social por meio da ausência do Estado, do racismo estrutural amparado pelo sistema capitalista, e da exclusão dos corpos negros dos espaços de desenvolvimento e sustento econômico.

Nascimento (1980) faz duras críticas à ideologia marxista, pois para o autor a origem, a lógica e a razão da exclusão dos negros têm outros fundamentos que não são a luta de classes e a *mais valia*. Para o autor, a população negra é uma vítima do sistema capitalista desde o início da sua construção. Para o autor, Marx analisou a realidade socioeconômica da Inglaterra, no princípio da industrialização, enquanto vidas negras estavam sendo escravizadas em plantações de algodão nos Estados Unidos e de outros produtos no Brasil. Enquanto operários europeus prosperavam independente da condição de classes, o capitalismo se fortalecia às custas da escravização do povo africano. Nas palavras do autor

Marx substituiu a categoria humana dos africanos pela categoria econômica. Não aceitamos que uma pura mágica conceitual possa apagar a realidade terrível do holocausto desencadeado pelos brancos europeus contra todo o continente e a sua raça negra. À medida que o industrial-capitalismo se desenvolvia, adubado pelo racismo e pela exploração colonialista da África e da Ásia, os operários europeus iam se tornando sócios e parte do sistema, o mesmo ocorreu nos Estados Unidos, cuja classe operária é notória pelo conservadorismo e pelas posições mais reacionárias imagináveis e relação ao operariado da periferia subdesenvolvida. No Brasil o fenômeno se repetiu. No fim do século passado, os imigrantes europeus chegaram ao país e imediatamente passaram a usufruir as benesses do racismo: tomaram os lugares de trabalho do negro recém-liberto da escravidão e rapidamente ascenderam na escala social, enquanto os descendentes africanos, que edificaram a estrutura econômica da nação, foram excluídos do mercado de trabalho e permanecem até hoje vegetando na zona rural ou marginalizados nos guetos urbanos das grandes cidades brasileiras (NASCIMENTO, 1980, p.199).



Não seria possível falar sobre a manutenção e organização das estruturas de trabalho que se mantêm racialmente estruturadas até os dias de hoje, sem mencionar essas críticas e posicionamento de Abdias Nascimento frente ao marxismo tradicional. É, portanto, imprescindível que se façam novas análises no campo das ciências humanas e sociais, amparando os recortes de raça e gênero, que são determinantes em alguns aspectos quanto ao acesso de formação social, econômica e de trabalho da população negra brasileira.

Quanto ao recorte de gênero, Nascimento (1980) traz no "Documento 6 Nota Breve sobre a Mulher Negra", um relato sobre a escravização da mulher negra, e a desumanização e violências as quais as mulheres africanas sofreram ao chegar no Brasil. Não pretendo retomar os assombros das violências vividas por tantas mulheres no período colonial e após ele, perdurando até os dias de hoje. O posicionamento do autor sobre a violência e escravização da mulher negra como ponto de produção e manutenção da miscigenação da população negra brasileira é apresentada de forma explícita no Documento 6.

Ainda que as denúncias de Abdias Nascimento sirvam de alerta sobre o sofrimento da mulher negra e memória do período de escravidão, cabe a nós a perpetuação da importância histórica das mulheres na luta, para que elas sejam reconhecidas como grandes ícones da libertação do nosso povo, assim como se reconhecem grandes homens. Das violências que as escravizadas sofreram, até a resistência que bravas mulheres negras desprenderam durante a luta pela libertação dos escravos, como princesa Aquatune filha do rei do Congo e avó de Zumbi dos Palmares, Maria Firmina dos Reis, Esperança Garcia, Adelina, a charuteira; Tereza de Banguela/ Rainha Tereza de Quariterê, Maria Felipa de Oliveira, Dandara de Palmares, Luísa Mahin, entre tantas outras mulheres invisibilizadas da história do nosso país, mantemos os seus nomes à memória para recontar suas histórias⁶.

Nascimento (1980) no Documento 7 nos apresenta O quilombismo como um resgate à memória e a luta do povo negro brasileiro, para o autor

A memória dos afro-brasileiros, muito ao contrário do que afirmam aqueles historiadores convencionais de visão curta e superficial entendimento, não se inicia com o tráfico escravo e nem nos primórdios da escravização dos africanos, no século XV. Em nosso país, a elite dominante sempre desenvolveu esforços para evitar, ou impedir que o negro brasileiro, após a chamada abolição, pudesse assumir suas raízes étnicas, históricas e culturais, dessa forma seccionando-o do seu trono familiar africano (NASCIMENTO, 1980, p. 273).

⁶ Nomes e histórias retirados da Enciclopédia negra: Biografias afro-brasileiras de autoria Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz editora: Companhia das Letras.

História Africana e Afro-brasileira

Para o autor, é importante esse resgate da história e da memória africana, das raízes da cultura negra, para um verdadeiro pertencimento, tanto cultural quanto social do negro brasileiro. Nascimento (1980) ressalta que “a memória do negro brasileiro é parte e participe nesse esforço de reconstrução de um passado ao qual todos os afro-brasileiros estão ligados” (p.274).

Nascimento segue defendendo o resgate da nossa memória, e ampara sua discussão em Cheikh Anta Diop, que faz um estudo e tese sobre a história do Antigo Egito a partir da civilização negra africana, resgatando a memória do que alguns historiadores e estudiosos “egiptólogos” embranqueceram contando a história do Antigo Egito apenas a partir de invasões e dominações gregas.

Da mesma forma Nascimento (1980) evoca uma consciência negra e um sentimento Quilombista, para retomar a história brasileira e dar novos passos rumo ao futuro. Para o autor é imprescindível deixar nossas marcas e nossos registros como parte da formação do imaginário e de nação brasileira, como verdadeiros construtores deste país, os negros escravizados, juntamente com os povos indígenas originários da terra.

Para o autor

O negro está longe de ser um arrivista ou um corpo estranho: ele é o próprio corpo e alma deste país. Mas a despeito dessa realidade histórica inegável e incontraditável, os africanos e seus descendentes nunca foram e não são tratados como iguais pelos segmentos minoritários brancos que complementam o quadro democrático nacional. Estes têm mantido a exclusividade do poder, do bem-estar e da renda nacional (NASCIMENTO, 1980, p. 279).

Nascimento (1980) pontua que essa falta de reconhecimento do negro na sociedade brasileira e racismo empregado à população negra desde o período escravista é o que mantém pessoas negras à margem da sociedade. A chegada de imigrantes brancos as colônias das fazendas com moradia e salário e a falta de assistência aos escravizados recém libertos criou um abismo social muito grande em relação a pretos, pardos e brancos no Brasil, e parte disso, com a contribuição do avanço da industrialização e exploração do capitalismo, na outra face a falta de acesso da população negra ao mercado de trabalho, educação básica e cursos de formação tornaram o abismo social existente quase que intransponível.

Na perspectiva do autor, urge no momento uma organização de resistência frente aos descasos políticos de séculos sofridos pelo povo negro

Este retrato imperfeito de uma situação mais grave, a qual tem sido realidade em todo o decorrer da nossa história. Desta realidade é que nasce a necessidade urgente ao negro de defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser. Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativo e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos faz deles um autêntico movimento amplo e permanente (NASCIMENTO, 1980, p.283).

Às formações de resistência física e culturais, religiosos, escolas de samba, terreiros, quilombos, favelas, e a toda organização de afirmação humana, étnica e cultural, que empregam a prática de liberdade a todas essas práxis afro-brasileira, o autor denomina de Quilombismo. Para Nascimento (1980), o Quilombismo tem se configurado como um mobilizador do povo negro brasileiro por seu forte apelo psicossocial emaranhadas nas raízes da história, da cultura e da vivência da população negra.

Para o autor, essa atuação do Quilombismo como uma força-ideia que inspira uma organização dinâmica desde o século XV. Esta dinâmica está sempre em atualização, em consonância com o tempo histórico e arranjo local. O ideal quilombista, ainda que difuso, é consistente e perpassa todos os aspectos da vida da população negra. Nascimento (1980) assegura que “um ideal forte e denso que geralmente permanece reprimido pelas estruturas dominantes, outras vezes é sublimado através de vários mecanismos de defesa fornecidos pelo inconsciente, individual ou coletivo” (p.283).

O autor descreve neste trecho as formas de organização social das resistências negras, movimentos sociais, organizações religiosas, organizações musicais, culturais, a própria capoeira, e outras formas de resistência que habitam um lugar de sublimação, de descompressão das estruturas que dominam e buscam o apagamento da contribuição e lugar da cultura na sociedade brasileira.

Nascimento (1980) afirma que embora o Quilombismo tenha sido pensado para a sociedade brasileira em caráter nacionalista, não é um movimento xenofóbico nem totalitarista, e sim uma organização de manejos pensados contra o imperialismo (internacional: tanto cultural como econômico) e alinhado com os ideais pan-africanistas de solidariedade entre os povos negros na diáspora, que sofrem os mesmos tipos de violência seja na exploração, na opressão, no racismo e na desigualdade.

Sobre o Quilombismo como um conceito científico e histórico cultural, o autor apresenta que a população negra já compreendeu que depender de ideologias e da *intelligentsia* acadêmica para teorizar sobre as mazelas da população negra, acabam por opressão ao cair no mito da “democracia racial”. Para o autor, é inconcebível a percepção de que a *intelligentsia*

nacional tenha fundamentado nossa ciência histórica e social amparada em mentores europeus e norte-americanos, ciências essas que produziram e ajudaram a desumanizar africanos e seus descendentes em função dos interesses eurocentristas. Nascimento (1980) acredita que esse tipo de abordagem científica é falacioso pois, “uma ciência histórica que não serve a história do povo que trata está negando-se a si mesma. Trata-se de uma presunção científica e não de uma ciência histórica verdadeira.”

Nascimento (1980) acrescenta as razões pelas quais as ciências humanas com História, Economia, Antropologia, Sociologia, Psicologia e outras, originárias de povos e contextos socioeconômicos diferentes, colaborarem com a existência da população negra dentro de sua realidade, problemas e aspirações? O autor se pergunta, se as ciências produzidas em contexto da Europa ou Estados Unidos seriam universais de fato em sua aplicação em contextos tão diferentes.

Aqui o autor põe a prova a tendência academicista de generalização científica em defesa de uma vertente teórica. Nascimento (1980) pontua que não existe necessidade em se provar toda realidade brasileira pautado apenas em uma explicação teórica de apenas uma ideologia, ou ideologias dominantes, uma vez que a ideia de um universalismo científico já não está mais em voga. O autor defende que a população negra construa seu próprio conhecimento científico, que negros e negras precisam formular teoricamente sua própria experiência. Para o autor, ainda que aconteça equívocos erros inevitáveis na construção e na busca por nossa racionalidade, é imprescindível que se faça, pois já temos pagado altos preços pelos equívocos ideológicos dos erros científicos eurocêntricos que não compreendem, não contribuem e não alteram a realidade da população negra brasileira.

Nascimento (1980) ressalta que a mudança não está alinhada a uma adaptação ao molde capitalista e de classes. Devemos aceitar uma reinvenção da nossa história a partir do caminho do povo negro brasileiro e fundamentado na experiência histórica, utilizar um conhecimento crítico para pôr abaixo instituições moldadas pelo colonialismo e racismo. Para o autor, a revolução do povo negro produz seus próprios pensadores, historiadores, sociólogos, antropólogos, psicólogos, filósofos e cientistas políticos.

A atuação da própria experiência admite, segundo Nascimento (1980) a capacidade de interpretá-la, de sistematizá-la e tirar lições teóricas que represente a atual geração negra, esta seria uma ideologia na qual Abdias Nascimento (1980) denomina de ciência histórico-humanista do quilombismo. Quilombismo assim nas palavras do autor, se resumiria a um “conceito que define o ser humano como seu objeto e sujeito científico, dentro de uma

concepção de mundo e da existência na qual a ciência constitui uma entre outras vias de conhecimento” (p.291)

Após a conceituação sobre o Quilombismo, Nascimento (1980) apresenta as lições que amparam os fundamentos da teoria quilombista no que o autor nominou de ABC do Quilombismo, faremos o destaque das lições apresentadas em tópicos e os argumentos que defendem as suas aplicações pensando no campo da educação.

4.1 DIRETRIZES PRESENTES NO ABC DO QUILOMBISMO

As Diretrizes organizadas por Nascimento (1980) na obra O Quilombismo são elencadas em ordem alfabética e contém os pensamentos diretivos quanto à adequação do quilombismo na sociedade brasileira. Retomamos as ideias centrais do autor de cada palavra, fazendo reflexões pensando a educação brasileira e o atual contexto social em que estamos inseridos.

a) Autoritarismo de quase 500 anos já é bastante. Não podemos, não devemos e não queremos tolerá-lo por mais tempo. Sabemos de experiência própria que uma das práticas desse autoritarismo é o desrespeito brutal da polícia às famílias negras. Toda a sorte de arbitrariedade policial se acha fixada nas batidas que ela faz rotineiramente para manter aterrorizada e desmoralizada a comunidade afro-brasileira. Assim fica confirmada, diante dos olhos dos próprios negros, sua condição de impotência e inferioridade, já que são incapazes até mesmo de se autodefenderem ou de proteger sua família e os membros de sua respectiva comunidade. Trata-se de um estado de humilhação permanente (NASCIMENTO, 1980, p. 296)

As práticas abusivas por parte da polícia contra as famílias negras não devem mais ser toleradas, conforme pontuou Nascimento (1980) as abordagens violentas e muitas vezes fatais são sempre desprendidas contra a população negra. É preciso reconfigurar a formação de profissionais policiais com temas sobre a formação história e sociológica da sociedade brasileira desde o período da escravidão e discutir a criminalização da pobreza e de pessoas negras na sociedade, simplesmente por existir. É preciso que exista cursos de formação antirracistas nas corporações policiais em todos os estados brasileiros.

b) Banto denomina-se um povo ao qual pertenceram os primeiros africanos escravizados que vieram para o Brasil de países que hoje se chamam Angola, Congo, Zaire, Moçambique e outros. Foram os bantos os primeiros quilombolas a enfrentar em terras brasileiras o poder militar do branco escravizador (NASCIMENTO, 1980, p. 296).

Segundo as bases históricas mobilizadas por Abdias, o primeiro povo a resistir à escravidão foi de origem Banto, considerados assim os primeiros quilombistas brasileiros. É preciso ensinar de forma didática a formação da população brasileira valorizando todas as etnias africanas que foram inseridas no território brasileiro. Os estudos de história e geografia dos currículos escolares valorizam e descrevem todos os povos imigrantes que aqui chegaram e as regiões que ocuparam: portugueses, italianos, alemães, ingleses, entre outros povos que aqui chegaram nos tempos da colonização. Da mesma forma é preciso resgatar as etnias africanas que vieram sequestradas de seu continente de origem e aqui chegaram como “negros” apagando sua origem e sua história. Resgatar os povos da diáspora que aqui chegaram, falar de origens, regiões que foram territorializados, e de suas práticas para a construção deste país é reconstruir a história e dar visibilidade e valorização para os descendentes que ficaram sem saber suas origens.

c) Cuidar em organizar a nossa luta por nós mesmos é um imperativo da nossa sobrevivência como um povo. Devemos por isso ter muito cuidado ao fazer alianças com outras forças políticas, sejam as ditas revolucionárias, reformistas, radicais, progressistas ou liberais. Toda e qualquer aliança deve obedecer a um interesse tático ou estratégico, e o negro precisa obrigatoriamente ter poder de decisão, a fim de não permitir que a comunidade negra seja manipulada por interesses de causas alheias à sua própria (NASCIMENTO, 1980, p. 296).

Organizar a luta política do nós por nós é imperativo para Nascimento. Cuidar das alianças é saber que teremos aliados e muitos contra nós, mas que a luta e defesa por nossos direitos é um dever da população negra, devemos sempre defender nossos direitos politicamente. A defesa passa pela formação, organização política e social, em movimentos sociais, aquilombamentos virtuais e outros pontos de encontro que favoreça as discussões a respeito dos direitos da população negra. Nascimento (1980) ressalta nas lições seguintes a importância da organização de luta, da resistência ao racismo, e de conscientização política e social da população negra como combate ao racismo. As diretrizes para a promoção ações quilombistas e propostas de governo são organizadas de forma enumerada, das quais destacamos a seguir.

4.2 PROPOSTAS DO QUILOMBISMO PARA A AÇÃO DO GOVERNO

Nascimento (1980) organizou em dezessete pontos uma proposta de organização e ação do governo para implementação de um programa quilombista como forma de superação do racismo. Pontuamos todas as ações assinalando as categorias de análise na área da Educação com legendas de cores e as reflexões a partir das ações analisadas pensando a Educação e o contexto atual. A forma descrita do programa na obra *O Quilombismo* apresenta-se da seguinte forma

Propostas de ação para o Governo Brasileiro

O programa de ação quilombista incorpora, devidamente atualizadas, as seguintes propostas apresentadas por este autor ao Colóquio do 2º Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas (Festac), realizado em Lagos, Nigéria, em 1977 (Nascimento, 1978, 2002). Naquela ocasião, o autor propôs ao Colóquio recomendar que o Governo Brasileiro.

- 1) permita e estimule a livre e aberta discussão dos problemas dos descendentes de africanos no país; e que encoraje e financie pesquisas sobre a posição econômica, social e cultural ocupada pelos afro-brasileiros dentro da sociedade brasileira, em todos os níveis;



Educação e Ensino Superior

A proposta 1 defende a criação de pesquisas sobre a situação econômica, social e cultural da população negra. Tal proposta converge com a proposta de ações afirmativas, que após a entrada de estudantes negros e negras nas universidades ampliam as pesquisas sobre as questões e realidade da população negra. A promoção da diversidade universitária e da pós graduação que fomentem pesquisas na área das relações étnico-raciais precisam de investimento e financiamento intencional das instituições de financiamento de pesquisa científica para que se estabeleça um panorama e um escopo de pesquisas que reflitam a realidade da sociedade brasileira da perspectiva da população negra.

É irônico pensar que o período em que vivemos esteja sendo feito o percurso contrário, o desmonte das universidades públicas por falta de financiamento federal e corte de verbas para bolsas de pesquisa vem dificultado a permanência de estudantes ingressantes das ações afirmativas, principalmente de estudantes negros e de baixa renda que dependem de universidades federais para moradia e alimentação. A luta hoje é para que permaneça o básico, o que nos mobiliza para mais produções e pesquisas que coloquem em tela os problemas desencadeados para a população negra com as políticas de retrocesso mesmo 40 anos após a publicação da obra *O Quilombismo*.

- 2) localize e publique documentos e outros fatos e informações possivelmente existentes em arquivos privados, cartórios, arquivos de câmara municipal de velhas cidades do interior, referentes ao tráfico negreiro, à escravidão e à abolição; em resumo, qualquer dado que possa ajudar a esclarecer e aprofundar a compreensão da experiência do africano escravizado e de seus descendentes;



História Africana e Afro-brasileira

A organização do material de artefatos religiosos e artísticos, da documentação e de fotografias do período da colonização precisam ser acomodados em espaços de estudo e de memória da população negra, como museus e laboratórios em universidades e bibliotecas, para que promovam o resgate da história e da memória não contada pela história oficial brasileira e que estabeleça um memorial nacional que recontar a história da população africana desde a chegada no Brasil e sua conversar em população negra.

No contexto atual, vemos ataques e desmontes de importantes acervos culturais da memória do povo negro brasileiro, como o desmonte da Fundação Cultural Palmares (FCP), fundada em 1988, na atual gestão da pessoa que ocupa a sua presidência⁷, que fez a tentativa de retirar nomes de importantes representantes da história da população negra. Personalidades negras retiradas pelo atual presidente como: Adria Santos, Alaíde Costa, Benedita da Silva, Conceição Evaristo, Elza Soares, Emanuel de Araújo, Gilberto Gil, Givânia Maria da Silva, Janete Rocha Pietá, Janeth dos Santos Arcain, Joaquim Carvalho Cruz, Jurema da Silva, Léa Lucas Garcia de Aguiar, Leci Brandão, Luislinda de Valois, Madame Satã, Marina Silva, Martinho da Vila, Melânia Luz, Milton Nascimento, Paulo Paim, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Sandra de Sá, Servílio de Oliveira, Sueli Carneiro, Terezinha Guilhermina, Vanderlei Cordeiro de Lima, Vovô do Ilê e Zezé Motta.

A pessoa que ocupa atualmente a presidência da FCP, embora seja um homem negro, atua como uma força contrária no combate ao racismo, aliado a um sistema de crenças e ideologias que deslegitimam a luta de milhares de mulheres e homens negros que contribuíram para o avanço da nossa história, pontua aqui a indignação que estas ações provocam em toda uma população que luta todos os dias inclusive por sobrevivência. Nem todo negro é aliado, precisamos estar atentos aos discursos que estão implicados de intenções de fortalecem ou que enfraquecem nossa luta.

- 3) inclua quesitos sobre raça ou etnia em todos os futuros censos demográficos; que em toda informação que dito governo divulgue, tanto

⁷ Sérgio Camargo ocupa o cargo da Presidência da Fundação Cultural Palmares desde novembro de 2019. A lista de nome da tentativa de retirada da fundação Palmares pode ser conferida em < [Sérgio Camargo divulga excluídos de lista de Personalidades Negras: 'Alguns nomes voltarão. Mas acredito que a maioria não'](#) - Brasil 247 >

para consumo doméstico como internacional a respeito da composição demográfica do país, não se omite o aspecto da origem racial / étnica;

OS dados coletados no Censo brasileiro, sobre raça e etnia, fornecem informações a respeito da composição identitária da população brasileira. Os dados coletados sevem como referenciais de pesquisas científicas e compõe os materiais didáticos que vão para as escolas públicas para em disciplinas como geografia no ensino fundamental e sociologia do ensino médio, sendo importantes para a compreensão dos alunos da formação étnica e identitária da população brasileira, estes dados não podem ser ocultados. Mais uma vez, vemos o descaso e não atuação da atual forma de governo no Brasil, quanto aos dados quantitativos e identitários da população brasileira, pelo corte de verbas direcionado para o Censo 2020. A realização do Censo do IBGE contribui diretamente para a promoção de diversas políticas públicas e impacta diretamente no fundo orçamentário de municípios e Estados que tem seus percentuais calculados a partir dos dados obtidos na pesquisa.

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), também acompanha os dados da pesquisa para direcionar verbas para escolas públicas municipais e estaduais, o que impacta diretamente na estrutura e funcionamento da educação brasileira. O cumprimento da Lei de políticas de cotas também depende dos dados do Censo, pois a partir dos números de habitantes negros obtidos na pesquisa calcula-se o percentual mínimo de vagas para pessoas negras e indígenas destinadas a Universidades e Institutos Federais de ensino.

Outras políticas públicas que impactam a qualidade de vida de pessoas pobres e da população negra também são elaboradas a partir do Censo, como programas habitacionais, distribuição do Bolsa Família, produção e distribuição de vacinas entre outros programas que ficam prejudicados com a falta de informações sobre os dados demográficos de estados e municípios.

A visibilidade de grupos minoritários também depende da pesquisa do Censo, pois grupos como comunidades LGBTQIA+, mulheres, negras, quilombolas, indígenas, população ribeirinhas e outros/as apresentam seus dados que são cruzados com informações econômicas, religiosas, etnia e língua que compõe panoramas auxiliando o combate à desigualdade social.

O Censo é uma forma de articulação e de força que a população negra tem de apresentar sua realidade e suas necessidades, e incluem nos dados da pesquisa o grau de instrução, de renda, de gênero e o número do percentual de pessoas negras na composição brasileira.

- 4) inclua um ativo e compulsório currículo sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal currículo deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior.



Educação e História Africana e Afro-brasileira

A inclusão de um currículo específico para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana cuja alteração se deu na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, com a Lei 10639/03 somente foi implementada 23 anos após a defesa de Abdias Nascimento pelo currículo diversificado. Apresenta a falta de atenção por parte dos governos que atuaram durante todo esse período para a diversidade brasileira e sua representação nos currículos escolares.

Mesmo com a legislação em vigor, ainda existem resistências por parte de escolas e Universidades da diversificação do currículo, as práticas educacionais precisam estar alinhadas com a legislação, porém ainda hoje é possível perceber uma defasagem de conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos materiais didáticos e nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. Agravado pelo fato da falta de objetivação dos materiais oficiais nacionais para a Educação brasileira, como a Base Comum Curricular, que não especifica a diversidade e a Cultura Afro-brasileira e Africana como parte dos componentes de competências obrigatórias, deixando várias lacunas no documento para que o currículo da Lei 10639/03 seja visto como um complemento curricular e não uma obrigatoriedade da grade curricular.

- 5) tome medidas ativas para promover o ensino e o uso prático de línguas africanas, especialmente as línguas ki-swahili e iorubá; o mesmo em relação aos sistemas religiosos africanos e seus fundamentos artísticos; que o dito governo promova válidos programas de intercâmbio cultural com as nações africanas;



Educação e Religiosidade

O ensino religioso é parte do currículo escolar de forma facultativa, podendo ser implementado segundo o projeto e grade curricular de cada município e estado. Embora facultativo, quando ocorre, ainda existe um preconceito em relação as religiões de matriz africana, que muitas vezes ficam de fora do programa de ensino. Quando não lecionado o ensino religioso, ainda hoje vemos principalmente em escolas de Ensino Fundamental I, uma supervalorização e comemoração sobre o calendário religioso cristão, o que acaba não representando e até mesmo intimidando alunos e alunas de religião de matriz africana poderem professar sua fé com liberdade. A demonização das religiões originárias da África é uma forma de racismo perpetuada desde o período colonial e que precisa ser combatido, o preço da

intolerância religiosa na sociedade e dentro das escolas são as violências e desrespeito contra pessoas e de sua liberdade de opção de manifestação de fé em um Estado laico como o Brasil, embora muitas pessoas e até mesmo governantes ignorem este fato.

- 6) estude e formule compensações aos afro-brasileiros pelos séculos de escravização criminosa e decênios de discriminação racial depois da abolição; para esse fim deverá drenar recursos financeiros e outros, compulsoriamente originados da Agricultura, do Comércio e da Indústria, setores que historicamente têm sido beneficiados com a exploração do povo negro. Tais recursos constituirão um fundo destinado à construção de moradias, que satisfaçam às exigências da condição humana, em substituição às atuais habitações segregadas onde vive a maioria dos afro-brasileiros: favelas, cortiços, mocambos, porões, cabeças-de-porco, e assim por diante. O fundo sustentaria também a distribuição de terras no interior do país para os negros engajados na produção agropecuária;

As compensações pelo período escravista por meio de ações afirmativas e de políticas públicas de mobilidade social e econômica enfrentam fortes embates no pleito social e político brasileiro. Muitas das propostas apresentadas são deslegitimadas em nome da meritocracia, mais uma das farsas sociais traduzidas verdade e de valores como forma de mobilidade seja educacional, social ou econômica, se apresenta como entrave a diversas propostas de cunho compensatório.

No imaginário social, a meritocracia funciona na lei do “esforço” e quem não obtém sucesso seja no campo educacional, social ou econômico, não obtém pois não “se esforçou o suficiente”. Essa máxima até poderia ser verdadeira, se todos as pessoas partissem das mesmas condições econômicas, educacionais e de acesso cultural e social para pleitearem os mesmos espaços. Na prática, isto não ocorre, mais de quatro séculos separam a população negra dos demais brasileiros por conta da escravização e “liberdade” sem reparação social que colocou milhares de pessoas negras nas margens da sociedade, em subempregos, sem ao menos terem direito à educação. a primeira Constituição Brasileira de 1824 proibia o acesso de pessoas negras nas escolas, de lá para cá o racismo estrutural somente veio tomando novas formas, se adequando as mudanças da sociedade, mas sempre presente.

A meritocracia não funciona simplesmente porque não existe igualdade, e para que a igualdade seja alcançada é necessário políticas de equidade para amparar e equiparar as diferenças sociais de diferentes grupos étnicos raciais que foram prejudicados por conta do preconceito e genocídio, a população negra e os povos indígenas.

- 7) remova os objetos da arte afro-brasileira assim como os de sentido ritual encontrados hoje em instituições de polícia, de psiquiatria, história e etnografia; e que o dito governo estabeleça museus de arte com finalidade dinâmica e pedagógica de valorização e respeito devidos à cultura afro-brasileira; de preferência, tais museus se localizariam nos estados com

significativa população negra, tais como Bahia, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Rio Grande do Sul;

 Educação e Cultura

A proposta de um Museu de Arte Negra idealizado por Nascimento, assim como a efetiva realização do Museu Afro-Brasil, localizado no Estado de São Paulo configuram espaços de resgate material e histórico da população negra brasileira. A museologia se apresenta como uma forma de espaço pedagógico e de formação que fomenta pesquisas e estudos sobre a arte e cultura afro-brasileira e africana. Outros museus de arte-afro brasileiras estão localizados no Nordeste, como o Museu Afro-Brasileiro de Salvador localizado na Universidade Federal da Bahia, e o Museu Afro-brasileiro de Sergipe, que apresenta o Museu da Abolição como um símbolo de resistência.

- 8) conceda efetivo apoio, material e financeiro, à existentes e futuras associações afro-brasileiras com finalidade de pesquisa, informação e divulgação nos setores de educação, arte, cultura e posição socioeconômica da população afro-brasileira.

 Educação e Ensino Superior

Como já pontuado, o investimento e financiamento de pesquisas e informação sobre a realidade educacional, artística, cultural e econômica da população negra brasileira é um passo fundamental para a compreensão e mudança social no que se refere ao combate ao racismo, pois somente ao levantarmos os dados da desigualdade, dos agravos nas vidas das pessoas em relação ao sofrimento de racismo e preconceito, dos números de abandono escolar e das vidas perdidas pela ação policial equivocada e violenta, a publicação destes dados é que estaremos pavimentando um caminho para a mudança. É preciso investir em pesquisas, em publicidade dos resultados e em políticas públicas com base nos resultados obtidos nacionalmente.

- 9) tome medidas rigorosas e apropriadas ao efetivo cumprimento da lei Afonso Arinos, fazendo cessar o papel burlesco que tem desempenhado até agora;
- 10) tome ativas providências, ajuste as realidades do país, para que de nenhuma forma se permita ou possibilite a discriminação racial ou de cor no emprego, garantindo a igualdade de oportunidade que atualmente inexistente entre brancos, negros e outras nuanças étnicas.

 Educação e Trabalho

As práticas de racismo perpetuam a não inserção de pessoas negras no mercado de trabalho. A famigerada ideia de “boa aparência” nos anúncios de emprego esconde a intenção

de uma única aparência, as características brancas. Tudo o que foge do padrão branco, cabelos lisos, magro, é desconsiderado em muitos casos na hora da contratação. As políticas de cotas e de reserva de vagas para pessoas negras e PCD (Pessoas com Deficiência), se apresenta como uma forma de inclusão de pessoas que a tanto tempo foram excluídas e invisibilizadas dos quadros de contratação profissional.

O relatório de pesquisa da Reserva de Vagas para Negros na Administração Pública do IPEA⁸ confirma a inclusão através da reserva de cotas. Segundo os dados da pesquisa

As ações afirmativas de iniciativa do governo brasileiro são instituto aceito e consolidado, como as políticas públicas voltadas para indígenas, mulheres ou pessoas com deficiência. Os primeiros beneficiários de reserva de vagas para ingresso no serviço público foram as pessoas com deficiência. Além da previsão constitucional, as Leis n. 7.853/1989 e n. 8.112/1990 regulamentaram este direito. No entanto, ações afirmativas para a população negra foram sempre objeto de contestação mais intensa.

Uma vez que se nega o peso do racismo, ou acredita-se que este opera apenas subjugado a condições socioeconômicas, as teses defendendo ações afirmativas específicas para população negra sofreram muito mais resistência que as propostas para outros grupos considerados vulneráveis.

Desde a proposta de cotas apresentada pelo então deputado Abdias do Nascimento, até o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010), a defesa de ações específicas para a população negra, notadamente aquelas com caráter redistributivo, provocaram intensa reação contrária, mesmo entre solidários à causa racial. A proposta do deputado Abdias foi arquivada. A proposta inicial do Estatuto da Igualdade Racial previa estabelecimento de cotas em cargos e empregos públicos, cursos de nível superior, empresas com mais de vinte empregados e candidaturas a cargos eletivos; itens que foram suprimidos e substituídos, ao longo da conflituosa tramitação, por elementos de caráter mais geral. Por fim, estas indicações perderam força, até serem suprimidas todas as referências a cotas. Foi mantida apenas referência à implementação de ações afirmativas em áreas como saúde, educação e trabalho, mantendo, todavia, alusão explícita ao ingresso no setor público. (IPEA, 2016, p. 10)

A resistência que o relatório descreve é parte do racismo institucional que busca não compreender as especificidades de exclusão do racismo. Mesmo com fortes embates e muita discussão contrária a implementação de cotas para pessoas negras/os, a conhecida como Lei de Cotas 12.711/2012 assegura que todas as instituições federais de ensino superior, técnico e médio são obrigadas a reservar no mínimo metade das vagas para estudantes de escolas públicas. Parte destas vagas são destinadas a pessoas negras e pessoas indígenas. Com isto a intenção é ao longo dos anos estabelecer uma igualdade entre a distribuição de cargos,

⁸ Dados do IPEA Disponíveis em
<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160413_relatorio_reserva_vagas_negros_adm_publica.pdf>

profissões e de vagas de emprego que não estejam nos níveis de sub emprego para a população negra. A superação das barreiras sociais e econômicas acontece principalmente por meio da educação.

11) exerça seu poder através de uma justa política de redistribuição da renda, tornando impraticável que, por causa da profunda desigualdade econômica imperante, o afro-brasileiro seja discriminado, embora sutil e indiretamente, em qualquer nível do sistema educativo, seja o elementar, o médio ou o universitário.

12) estimule ativamente o ingresso de negros no Instituto Rio Branco, órgão de formação de diplomatas pertencente ao Ministério de Relações Exteriores.

13) nomeie negros para o cargo de embaixador e diplomata para as Nações Unidas e junto aos Governos de outros países do mundo.

14) estimule a formação de negros como oficiais superiores das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) com promoções no serviço ativo até os postos de general, almirante, brigadeiro e marechal.

O IPEA apresenta também uma configuração do sistema de Ação Afirmativa para o Ministério das Relações Exteriores, no programa de Ações Afirmativas do Instituto Rio Branco. As considerações de Nascimento (1980) convergem com as medidas empregadas para a igualdade de acesso nos órgãos federais, pois pela organização da política pode-se visualizar que as demandas apresentadas pelo autor se fazem presente nas medidas adotadas pelo Instituto para a promoção de igualdade. Segundo o IPEA:

O programa de ação afirmativa do Ministério das Relações Exteriores (Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia) constituía-se, inicialmente, na concessão de bolsas de estudos para candidatos afrodescendentes selecionados por meio de provas e entrevistas. O objetivo era proporcionar a estes candidatos meios para que pudessem custear a preparação para o concurso de admissão na carreira diplomática. Até 2011, o programa havia beneficiado 268 candidatos, tendo com resultado direto a aprovação de dezenove bolsistas (Silva e Góes, 2013). Como resultado indireto, além do conteúdo simbólico afirmativo, ao estimular a inclusão de negros em uma das carreiras mais tradicionais do governo, pode-se inferir a importância que um programa desta natureza proporciona na trajetória profissional dos participantes, mesmo daqueles que não ingressaram na carreira diplomática. Em 2010, o Ministério das Relações Exteriores inovou ao incluir, no concurso público para diplomacia, reserva de vagas para candidatos negros na primeira das quatro fases da seleção. (IPEA, 2016, p.12).

A produção intelectual e propositivas para ações governamentais de Abdias Nascimento se apresentam na vanguarda de propostas que se desenvolveram em ações futuras, ainda que não elaboradas no seu tempo ou dentro de seu escopo de propostas políticas, indicaram caminhos e preconizaram várias das políticas públicas que hoje temos em caráter de inclusão da população negra em diferentes espaços de formação.

Outra formação que Nascimento (1980) preocupava-se em ver se organizando a partir de pessoas negras, era a formação para o exercício de ocupação política através dos poderes federais da máquina administrativa Estatal. As seguintes ações elencam as diferentes inserções políticas e sociais das quais Nascimento (1980) visualizava como fundamental para a participação da população negra quanto à cidadania.

15) nomeie negros para os altos escalões do Governo Federal em seus vários ministérios e outras repartições do Executivo, incluindo órgãos superiores como o Conselho Federal de Cultura, o Conselho Federal de Educação, o Conselho de Segurança Nacional, o Tribunal de Contas.

16) estimule e encoraja a formação e o desenvolvimento de uma liderança política negra, representando os interesses específicos da população afro-brasileira no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e nas Câmaras Municipais; que o dito Governo nomeie negros para os cargos de juízes estaduais e federais, inclusive para o Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal Eleitoral, Superior Tribunal Militar, Superior Tribunal do Trabalho e o Tribunal Federal de Recursos.

A atuação política e engajada na luta antirracista é um dos principais motores para a desenvolvimento e promoção de políticas públicas para a superação do racismo através da igualdade racial em diferentes espaços sociais, sejam eles educacionais, culturais, econômicos, formativos, políticos entre outros. A formulação de políticas públicas depende de um tríplice articulado entre atuação política, movimentos sociais e institutos de pesquisa nacionais (aqui representados também pelos programas de formação e pesquisa das Universidades Federais e Estaduais). A fim de alinhar as demandas sociais, os dados obtidos em pesquisas e as argumentações políticas que defendem a equidade social de diferentes grupos étnicos a partir da elaboração de projetos de leis intencionais alinhados as necessidades da população negra.

Por fim, Nascimento defende uma amizade com África como forma de defender nacionalmente uma posição anticolonialista, especialmente no contexto em que a obra *O Quilombismo* foi escrito.

17) concretize sua tão proclamada "amizade" com a África independente e sua tão frequentemente manifestada posição anticolonialista, dando efetivo apoio diplomático e material aos legítimos movimentos de libertação nacional de Zimbabwe, Namíbia e África do Sul.

4.3 PRINCÍPIOS E PROPOSTAS DO QUILOMBISMO

Nascimento apresenta ao final da obra *O Quilombismo* os princípios e propósitos para a elaboração de uma política quilombista organizados em 16 pontos descritos a seguir.

1. O Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País.

Para Nascimento o Quilombismo é resistência do povo negro, assim como Palmares era um ponto de encontro e de resistência durante o período escravista. Pensar um modelo de atuação quilombista é pensar ações de resistência e de superação ao sistema atual que estamos inseridos.

2. O Estado Nacional Quilombista tem sua base numa sociedade livre, justa, igualitária e soberana. O igualitarismo democrático quilombista é compreendido no tocante a sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica, enfim, todas as expressões da vida em sociedade. O mesmo igualitarismo se aplica a todos os níveis do Poder e de instituições públicas e privadas.

A igualdade que o autor preza nos princípios quilombistas somente será possível com a transformação de estruturas que legitimam as desigualdades. O machismo, o racismo, a transfobia, a homofobia, a intolerância religiosa, o fascismo, o capitalismo, são estruturas sociais que precisam ser rompidas para que a igualdade realmente se estabeleça. Pensar uma proposta quilombista é pensar fora destas estruturas limitantes e opressoras da nossa realidade. Pode parecer utópico, mas a superação de todas as mazelas ideológicas que conhecemos hoje são superadas através da transformação que ocorre principalmente por meio da educação.

3. A finalidade básica do Estado Nacional Quilombista é a de promover a felicidade do ser humano. Para atingir sua finalidade, o quilombismo acredita numa economia de base comunitário-cooperativista no setor da produção, da distribuição e da divisão dos resultados do trabalho coletivo.

À condição de felicidade, Nascimento (1980) compreende somente será possível pensando um outro sistema de manutenção econômico e social. Dentro do sistema capitalista, um sistema que desumaniza, de gera desigualdades, que promoveu e ainda promove em alguns lugares do mundo o trabalho escravo, que limita o acesso das pessoas à educação, saúde e moradia de acordo com a renda, em maior parte dos casos pela má distribuição de renda, é muito difícil pensar que uma sociedade que produza tanta indiferença, desigualdades e falta de acesso possa promover alguma felicidade, principalmente para as camadas sociais mais pobres.

Uma economia pautada no comunalismo e cooperativismo tem mais chances de promover uma igualdade e solidariedade entre as pessoas, um sistema que não esteja pautado

na competição e sim na cooperação pode alavancar a distribuição de renda, a igualdade de condições de vida e quem sabe assim a felicidade para sua população.

4. O quilombismo considera a terra uma propriedade nacional de uso coletivo. As fábricas e outras instalações industriais, assim como todos os bens e instrumentos de produção, da mesma forma que a terra, são de propriedade e uso coletivo da sociedade. Os trabalhadores rurais ou camponeses trabalham a terra e são eles próprios os dirigentes das instituições agropecuárias. Os operários da indústria e os trabalhadores de modo geral são os produtores dos objetos industriais e os únicos responsáveis pela orientação e gerência de suas respectivas unidades de produção.

5. No quilombismo o trabalho é um direito e uma obrigação social, e os trabalhadores, que criam a riqueza agrícola e industrial da sociedade quilombista, são os únicos donos do produto do seu trabalho.

O sistema comunal proposto por Nascimento (1980) faz um rearranjo social e laboral de acordo com os meios de produção mais frequentes no nosso território. É interessante pensar que um país tão vasto quanto o nosso, movido por agronegócios, ainda possua grandes parcelas de terras improdutivas e que ao mesmo tempo milhares de brasileiros e brasileiras se encontram desabrigados, em situação de rua ou morando em barracos com condições insalubres, passando fome todos os dias, enquanto hectares de importantes biomas brasileiros, como o pantanal e a floresta amazônica, são ameaçados todos os dias pela exploração e desmatamento ilegal com a abertura de pastos para a criação de gado.

Todas essas informações juntas parecem ser mais aceitas socialmente do que uma distribuição das terras como propriedade nacional para uso coletivo proposto por Nascimento. O sistema é tão adoecedor que o absurdo se torna banal, enquanto as alternativas de igualdade sociais parecem loucura.

O registro destas ideias e princípios cunhados por Nascimento (1980) são diretivas de saídas para um sistema que nos amordaça e aprisiona a tanto tempo.

6. A criança negra tem sido a vítima predileta e indefesa da miséria material e moral imposta à comunidade afro-brasileira. Por isso, ela constitui a preocupação urgente e prioritária do quilombismo. Atendimento pré-natal, amparo à maternidade, creches, alimentação adequada, moradia higiênica e humana, são alguns dos itens relacionados à criança negra que figuram no programa de ação do movimento quilombista.

A criança negra pequena sofre de todos os lados com a desigualdade, o preconceito, o racismo, e a falta de recursos. Para que possa ter um bom desenvolvimento é necessário um plano de governo que priorize a criança pequena, especialmente a criança negra mais suscetível à vulnerabilidade social, e um governo que entenda a assistência e os cuidados na primeira

infância como investimentos para o futuro da nação. Crianças que crescem sendo cuidadas, amparadas, longe de mazelas sociais tendem a se tornar cidadãos mais produtivos e saudáveis, que darão maior retorno e menos prejuízos sociais como a adesão à criminalidade por exemplo.

7. A educação e o ensino em todos os graus - elementar, médio e superior - serão completamente gratuitos e abertos sem distinção a todos os membros da sociedade quilombista. A história da África, das culturas, das civilizações e das artes africanas terão um lugar eminente nos currículos escolares. Criar uma Universidade Afro-Brasileira é uma necessidade dentro do programa quilombista.

Como já pontuamos, há uma necessidade de ampliação e diversificação dos currículos escolares e universitários pautados no ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana assegurado pela lei 10639/0. Quanto a Universidade Afro-brasileira a dez anos foi fundada a Universidade da Integração Lusofonia Afro-brasileira, que tem por objetivo principal contribuir para a integração com países que falam a língua portuguesa, especialmente países da África, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste com a intenção de promover um intercâmbio cultural, educacional e científico.

A Universidade Federal UNILAB conta com quatro campus, todos localizados na região nordeste, sendo eles o campus da Liberdade em Redenção/CE, o campus Unidade Acadêmica da Palmares em Acarape/ CE, o campus das Auroras em Redenção/CE e o campus dos Malês em São Francisco do Conde/BA.

Tem por princípios a cooperação entre os povos de língua portuguesa, segundo a descrição sobre a UNILAB, a apresentação conta com a seguinte informação

Desta forma, a Unilab nasce baseada nos princípios de cooperação solidária entre os povos. Em comum acordo com os países parceiros, tornou realidade a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (UNILAB, 2020, s/n)

8. Visando o quilombismo a fundação de uma sociedade criativa, ele procurará estimular todas as potencialidades do ser humano e sua plena realização. Combater o embrutecimento causado pelo hábito, pela miséria, pela mecanização da existência e pela burocratização das relações humanas e sociais, é um ponto fundamental. As artes em geral ocuparão um espaço básico no sistema educativo e no contexto das atividades sociais.

O quilombismo prevê fundamentalmente que a transformação, a sensibilização e a formação de uma identidade racial brasileira ocorrem principalmente por meio da cultura, e designa as artes como ponto de confluência das mudanças necessárias para a superação das

desigualdades e falta de oportunidades quanto ao acesso à cultura das populações que estão à margem da sociedade, especialmente a população negra. Hoje, grande parte das ações voltadas para as políticas sociais e culturais de regiões marginalizadas são organizadas pelo terceiro setor, denunciando a falta de investimentos e de compromisso do Estado e dos governos quanto a promoção de cultura e artes para as pessoas menos favorecidas socialmente.

9. No quilombismo não haverá religiões e religiões populares, isto é, religião da elite e religiões do povo. Todas as religiões merecem igual tratamento de respeito e de garantias de culto.

O quilombismo preza pela liberdade religiosa e liberdade de culto independente das raízes das crenças professadas pelas pessoas. Um Estado laico e que preza pela liberdade plena de crenças não estabelece um “Deus acima de todos” e sim preza para que cada pessoa tenha liberdade de crer em um deus, em seus deuses, seus orixás, energias, ou não crer em nenhum deus e não ter sua vida e sua liberdade de exercício da cidadania prejudicada por intolerância religiosa, e pior, representações políticas religiosas que usam do poder público para coagir e atuar de forma coercitiva contra ações religiosas de outros grupos, principalmente contra as religiões de matriz africana.

10. O Estado quilombista proíbe a existência de um aparato burocrático estatal que perturbe ou interfira com a mobilidade vertical das classes trabalhadoras e marginalizadas em relação direta com os dirigentes. Na relação dialética dos membros da sociedade com as suas instituições repousa o sentido progressista e dinâmico do quilombismo.

11. A revolução quilombista é fundamentalmente antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, anti-imperialista e antineocolonialista.

A atuação política quilombista preza pela superação do racismo, da pobreza, da segregação social e do imobilismo das classes trabalhadoras e marginalizadas socialmente, especialmente a população negra. As políticas de caráter progressistas que prezam pela defesa e investimento intencional nas camadas menos favorecidas acrescentam possibilidades de mobilidade e de ascensão social da população negra, especialmente as políticas de ações afirmativas em universidades e cargos públicos. A defesa por políticas progressistas é valer pela luta contra a pobreza extrema e miséria social que vemos aumentando nos últimos tempos estando em um governo de extrema-direita.

12. Em todos os órgãos do Poder do Estado Quilombista - Legislativo, Executivo e Judiciário - a metade dos cargos de confiança, dos cargos eletivos, ou dos cargos por nomeação, deverão, por imperativo constitucional, ser ocupados por mulheres. O mesmo se aplica a todo e qualquer setor ou instituição de serviço público.

A atuação política de mulheres e principalmente de mulheres negras convergem para uma atuação pensada para as especificidades do isolamento social e econômico de milhares de mulheres brasileiras que precisam enfrentar cotidianamente o racismo, o machismo e o preconceito de classes para que consiga acesso ao trabalho, a formação, e as condições básicas de sobrevivência como moradia, alimentação e educação para os filhos.

Com mais mulheres no poder, e com mulheres pretas e pardas e vindas das classes sociais mais populares, maiores as chances de políticas de valorização e de reconhecimento das mulheres brasileiras como cidadãs de direito na sociedade, através da promoção de políticas públicas voltadas totalmente para as condições das mulheres.

O machismo, o racismo, o preconceito ainda atuam como forças contrárias para a entrada e permanência de mulheres na política. Em 2016, vimos a Presidenta Dilma Rousseff ser impedida de continuar no mais alto cargo de governança nacional, em 2018 presenciamos o assassinato de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, e outras mulheres que sofrem violências diariamente ao pleitearem cargos políticos e ao exercerem suas funções. A proposta de Abdias Nascimento sobre a atuação de mulheres na política ainda é atual. Precisamos de mais representantes políticas como Marielle Franco, Benedita da Silva, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz da Silva, Érica Malunguinho e que outras mulheres venham após estas ajudar a construir um país mais justo e igualitário a partir das perspectivas e demandas sociais das mulheres.

13. O quilombismo considera a transformação das relações de produção, e da sociedade de modo geral, por meios não-violentos e democráticos, uma via possível.

14. É matéria urgente para o quilombismo a organização de uma instituição econômico-financeira em moldes cooperativos, capaz de assegurar a manutenção e a expansão da luta quilombista a salvo das interferências controladoras do paternalismo ou das pressões do Poder econômico.

A cooperação social e econômica e a transformação das relações dos meios de produção são pautas que devemos articular politicamente para uma distribuição de renda mais justa e que assegure à população brasileira uma estabilidade de condições básicas de vida, como moradia, acesso a educação, saúde e trabalho. Repensar as estruturas que consolidam as desigualdades sociais é pensar uma prática de redistribuição justa, de renda e de impostos, para que a carga maior de contribuição não recaia sobre os ombros de pessoas de baixa renda e renda média e passe a pesar mais nos ombros de grandes empresas e de pessoas que possuam grandes fortunas, reequilibrando uma manutenção de vida que seja benéfica a todos e não somente para poucos.

15. O quilombismo essencialmente é um defensor da existência humana e, como tal, ele se coloca contra a poluição ecológica e favorece todas as formas de melhoramento ambiental que possam assegurar uma vida saudável para as crianças, as mulheres e os homens, os animais, as criaturas do mar, as plantas, as selvas, as pedras e todas as manifestações da natureza.

A atuação política, independente da vertente que esteja vinculada, é responsável pela manutenção, cuidado e atenção aos nossos biomas ecológicos. É inadmissível que governantes passem pautas econômicas latifundiárias à frente da preservação do meio ambiente, especialmente da Amazônia sendo o maior bioma brasileiro, e que vemos hoje sofrer duros ataques no ecossistema pelo desmatamento desenfreado e as queimadas provocadas pelas mudanças climáticas e agravadas pela ação irresponsável dos interessados em explorar a área e lucrar com a dizimação de populações indígenas em detrimento de criação de gado e plantação de soja, assim como o garimpo ilegal que se expande ano a ano na região.

16. O Brasil é signatário da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1965. No sentido de cooperar para a concretização de objetivos tão elevados e generosos, e tendo em vista o artigo 9, números 1 e 2 da referida Convenção, o quilombismo contribuirá para a pesquisa e a elaboração de um relatório ou dossiê bianual, abrangendo todos os fatos relativos à discriminação racial ocorridos no País, a fim de auxiliar os trabalhos do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas.

A ação contra o racismo precisa tomar diversas frentes, a proposta de Nascimento de pesquisar e relatar bianualmente os casos de discriminação racial atuaria como um demonstrativo da realidade da população negra brasileira e de desmistificação de uma sociedade com “democracia racial” que tantos acreditam existir.

Ao final do Documento 7 do Quilombismo, Nascimento (1980) apresenta uma sugestão de semana de comemoração do Dia da Consciência Negra, celebrando a partir do dia 14 do mês de novembro até o dia 20 do mês de novembro, histórias, memórias e a cultura afro-brasileira e africana, findando com a exaltação à Zumbi dos Palmares no vigésimo dia do mês.

Apresentamos neste último capítulo, o quilombismo conceitual e teórico como um campo bastante amplo e diversos de projetos e propostas políticas apresentadas por Abdias Nascimento na obra "O Quilombismo" e que indicam uma rica contribuição para o escopo de pesquisa sobre educação antirracista a partir da intelectualidade de Abdias Nascimento. A pesquisa demonstra diversas frentes de atuação política para superação do racismo, por meio da cultura, educação e projetos econômicos baseados no pan-africanismo, em expansão no campo das pesquisas sobre a intelectualidade de Abdias Nascimento

Espero com este reconto de dados da pesquisa demonstrar a riqueza e possibilidades de atuações em diferentes frentes de chaves sociais apresentadas por Abdias Nascimento, e que a presença do arcabouço teórico produzido pelo autor em espaços acadêmicos possibilite novos discursos para discussões a respeito das atuações políticas, sociais e educacionais que em pese em pesquisas do campo da educação do referido autor e sua contribuição quilombista para o Estado nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada nesta dissertação teve por objetivo analisar as potencialidades do conceito quilombismo para a promoção de uma educação antirracista. A pesquisa de caráter qualitativo, se debruçou sobre a metodologia de análise de conteúdo tendo como categoria analítica a investigação de propostas e princípios presentes no quilombismo que impactam ou fomentem discussões e transformações no campo da educação de forma descentralizada do eurocentrismo.

A hipótese inicial era que a observância da projeção de propostas de combate ao racismo orientadas por Abdias Nascimento, fundamentasse uma plataforma de ação a partir da educação. Observamos o Quilombismo como uma criação a partir da diáspora negra e que a aplicação de seus pressupostos organiza fundamentos para produzir uma educação antirracista. O Quilombismo como conceito é uma projeção de ações políticas que visam a mobilidade social e política da população negra a partir da valorização da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Tem por princípios e propósitos promover uma sociedade livre e igualitária, organizada por movimentos políticos da população negra, com a finalidade de promover o desenvolvimento pleno de todos.

Reconhecemos Abdias Nascimento como um intelectual negro a partir das reflexões organizadas a partir de DUTRA, 2015; ZANOLLO, 2018; CORRÊA, 2015; WASSERMAN, (2015). Dutra (2015) reconhece o campo da História das Intelectualidades como um lugar de avanços, mudanças e convergências, e que sua produção é marcada por textos filosóficos, historiográficos, manifestos, documentos políticos, e outros materiais que conceituam na produção material a partir da dimensão cultural e intertextual.

Zanollo (2018) e Corrêa (2015) apresentam o campo da História dos Intelectuais e identificam que o intelectual é aquele que trabalha com a produção de materiais e atuação social aliada à sua ideologia. Corrêa (2015) utiliza Bobbio para sintetizar que intelectual é aquele que desenvolve ideias e manipula símbolos como instrumento de trabalho, o intelectual é sempre engajado ideologicamente.

Consideramos Nascimento (1980) um intelectual por sua atuação social e política e por sua produção intelectual que versa sobre a realidade brasileira, observamos no Quilombismo importantes propostas e ações para a população negra. o Quilombismo como projeto de ações assume o papel de um manifesto político sobre as mudanças e transformações na realidade brasileira pensada pelo autor a partir da agência da população negra.

Quanto a educação percebemos nas reflexões de Tedla (1999) sobre pensamento ocidental e pensamento africano as diferenças em relação à formação humana das duas vertentes, identificando no pensamento africano pontos importantes a serem trabalhados na educação pautada no deslocamento da centralidade da Europa e do pensamento ocidental.

O exercício do pensamento africano pela afirmação de vida, sobre a criação, sobre a comunidade, a pessoa e o trabalho, entendendo a comunhão destes atributos para uma vida cotidiana com todos os pontos interligados. A ação do pensamento ocidental não percebe o ser humano como uma totalidade do ser interligado à comunidade, ao contrário, incentiva a individuação das pessoas, promove uma competição pela lógica capitalista, e estimula a farsa da meritocracia. No pensamento ocidental vários indivíduos compõe uma sociedade, no cerne do pensamento africano a comunidade produz o indivíduo.

Partimos de Silva (2019) para ressaltar as fragilidades da educação e os desafios para se educar em um mundo de desigualdades, a autora apresenta um panorama da educação brasileira como fundamentalmente desigual. Silva (2019), refaz o percurso histórico de desigualdades na sociedade brasileira, ora marcada pelo colonialismo, onde as ideias formativas e os ideais eurocêntricos permanecem até os dias de hoje. A autora pontua que somente em 2003 foi decretado pela alteração da LDB/1996 a Lei 10.639/03 que introduz nos currículos escolares o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o que demonstra um atraso nas pautas da diversidade da educação brasileira. Silva (2019) defende ainda, a descolonização dos currículos para se desprender das referências europeias e valorizar as nossas próprias referências. Desta forma, localizamos as ideias quilombistas como uma unidade de resistência brasileira e de valorização da nossa própria história e de nosso povo.

Baseamos nossa ideia de Quilombo a partir da conceituação trazida por Moura (1993) que entende o Quilombo como local de resistência à escravidão e a dominação da colonização. O Quilombo era símbolo de desestrutura do sistema vigente, era um ponto de desequilíbrio e de confronto ao colonialismo. Da mesma forma entendemos o quilombismo como forma de combate e de resistência ao atual sistema capitalista, pois organização e agência de forma intencional da população negra para atuar socialmente como protagonistas da história nacional, e não como coadjuvantes dos colonizadores.

Apresentamos as pesquisas contemporâneas sobre Abdias Nascimento elencando suas potências e contribuições para o tema delimitado para a construção desta dissertação. Observamos uma maior aproximação de pesquisa com o trabalho de Benedicto (2016) sobre a afrocentricidade educação e poder, ainda que o autor parta da teoria afrocêntrica para defender a tese de um eurocentrismo enraizado na educação brasileira tendo como referência os pioneiros

da educação e da escola nova, o autor defende a descentralização dos currículos escolares do eurocentrismo atual, e defende o que o autor intitulou de “educação quilombista” pensado a partir da obra *O Quilombismo* de Abdias Nascimento, para a superação do racismo epistemológico e da falta de representatividade dos conteúdos escolares para toda uma população brasileira.

Rocha (2016), Macedo (2005) e Custódio (2011) contribuíram no campo das pesquisas sobre Abdias Nascimento por reconstruir a trajetória do autor em diferentes momentos da vida e da história, levantando reflexões sobre a formação política, social e ideológica de Nascimento, o que contribuiu para a elaboração da biografia do autor de forma mais contundente quanto aos posicionamentos de Nascimento ao longo do tempo.

Silva (2016) e Macêdo (2013) contribuem para o trabalho por trazer evidências sobre a intelectualidade de Abdias Nascimento, Silva (2016) apresenta a intelectualidade do autor em diferentes momentos, que o autor nomina de “momentos abdisianos” e a autora Macêdo localiza a intelectualidade do autor a partir da produção do autor em que a autora resgata a memória, a tradição e a insurgência ao longo do tempo em que Nascimento foi se fazendo e produzindo materiais e obras como legado para a população negra.

Retomamos a biografia de Abdias Nascimento desde sua infância francana até a vida pública e política com as atuações na Câmara dos Deputados e no Senado brasileiro. Percebemos durante a reconstituição dos períodos de vida a ânsia e o comprometimento do autor pela luta antirracista, mesmo que por caminhos tortuosos e controversos, sempre com a intenção de resgatar a humanidade e a cidadania da população negra retirada pelo racismo.

A trajetória de Abdias Nascimento foi marcada por grandes feitos para toda uma comunidade da qual ele se colocou como representante, as pessoas negras, a luta pelo reconhecimento passou pela construção do primeiro teatro negro nacional, o TEN, seguido de um auto exílio nos Estados Unidos que fundamentou importantes encontros e reflexões para que então o autor idealizasse o Quilombismo.

Com os ideais quilombistas em mente, Nascimento atuou politicamente, conferindo o mandato de 1983 como Deputado Federal, em que o autor apresenta importantes propostas para a superação do racismo e igualdade racial, sendo sempre interrompido em seus pronunciamentos em defesa de uma farsa ideológica de seus adversários da “democracia racial brasileira”. Entre importantes projetos estão a apresentação da criminalização do racismo a partir do Projeto de Lei Nº 1.661, de 1983 que dispunha o crime de lesa-humanidade, que foi substituído pela Lei “Afonso Arinos” que considera as práticas de racismo não como crimes, mas sim como contraversões. Outra proposta que destacamos no percurso político de Abdias

Nascimento é o Projeto de Lei da “Ação Compensatória” que configura uma primeira lei de ações afirmativas nacionais, que novamente foi barrada nos seus mandatos, sendo rediscutida somente quase três décadas depois da primeira apresentação do projeto.

No último capítulo, trouxemos as inferências dos dados da pesquisa, destacando em legendas os apontamentos e indicações dos fundamentos para a educação a partir dos princípios do quilombismo.

Dos resultados encontrados como fundamentos para uma educação antirracista, destacamos a defesa de Nascimento pela retomada da História Africana e Afro-brasileira nos espaços educativos como escolas e universidades, na diversificação do currículo escolar a partir da Cultura africana e afro-brasileira como alternativa a centralidade da educação brasileira em matrizes e currículos voltada para a história dos colonizadores. Outro ponto levantado como um fundamento é a atenção para a formação para o trabalho e a denúncia de exclusão da população negra dos cargos colocações no mercado de trabalho, restando sempre para pessoas negras ocuparem subempregos, sendo muitas vezes o ambiente de trabalho uma via de racismo, exclusão e marginalização da população negra frente as oportunidades.

Quanto à educação no Ensino Superior, Nascimento defende veementemente a adoção e manutenção de políticas de ações afirmativas, que o autor denomina de ações compensatórias. A articulação de políticas públicas de inclusão, a diversificação dos currículos e da permanência de pessoas negras nesses espaços enquanto formandos e formadores da “intelligentsia brasileira” é pontuado como um dos fundamentos para educação que Nascimento mais defendia ao longo de seu trabalho como intelectual.

Outra especificidade voltada para o Ensino Superior é a de financiamento investimento e fomento para pesquisas a respeito da diversidade racial no Brasil voltadas para a coleta de dados quanto às necessidades e a realidade de toda a população negra para que se estabeleça políticas públicas que promovam a superação das desigualdades sociais e raciais no país. Dentro do quilombismo, um aspecto levantado por Abdias Nascimento é o de promoção de políticas públicas para a superação das desigualdades, embora não estabeleça relação direta com o campo da educação, a moradia, saúde, emprego, posse de terras, e criminalização do racismo, impactam diretamente na qualidade e na forma como a educação é realizada em diferentes ambientes sociais em que a população negra está inserida. A falta de estrutura impacta diretamente na qualidade da educação que será ofertada para as crianças e adolescentes inseridas em espaços de vulnerabilidade social. É imprescindível que políticas públicas de reparação e de combate à pobreza sejam atreladas a melhores condições de formação humana. O espaço também educa.

A cultura aparece como um ponto central de mudança na sociedade e educação brasileira, e consideramos a cultura como um dos fundamentos da educação antirracista por estabelecer conexão entre os saberes, as artes, aos espaços educativos e a população de maneira fluída e ao mesmo tempo formativa. Estamos envolvidos pela cultura todo o tempo, é importante reconhecer e demonstrar através da educação a influência da cultura afro-brasileira e africana nos nossos modos de vida, seja pela arte, pela língua, pela música, pela religiosidade, ou pela forma de se relacionar com as pessoas, a cultura afro-brasileira e africana faz parte da nossa formação e do nosso imaginário brasileiro.

Quanto à produção acadêmica e referências teóricas das ciências humanas, Abdias Nascimento defende um descentramento de teorias norte-americanas e europeias para pensar e analisar a realidade brasileira e pontua que precisamos produzir, estudar e valorizar nossas próprias teorias e teóricos, que conceituam e fazem análises científicas amparados na realidade brasileira e na nossa população, especialmente para a população negra. O autor acredita que pessoas negras devem produzir e teorizar sobre a nossa própria realidade a fim de evitar e suprimir discursos e análises que não representem nossas demandas.

Por fim, como forma de organizar e comparar os dados obtidos na pesquisa, considerando o método utilizado para análise do conteúdo, como parte das etapas de análise fizemos os recortes das ideias centrais de Abdias Nascimento pensando a temática da educação. Nos destaques de texto coletados da obra *O Quilombismo* fizemos o recorte de unidades de registro dos fundamentos articulados a uma educação antirracista utilizando as categorias de análise a partir das implicações apresentadas pelo autor.

Tivemos como descritivos da análise categorial as seguintes categorias: Educação e Trabalho, Educação Superior, Educação e Cultura, História Africana e Afro-Brasileira, e Educação e Tecnologia. Das categorias elencadas, a obra *O Quilombismo* apresentou a seguinte formatação quanto as categorias de análise:

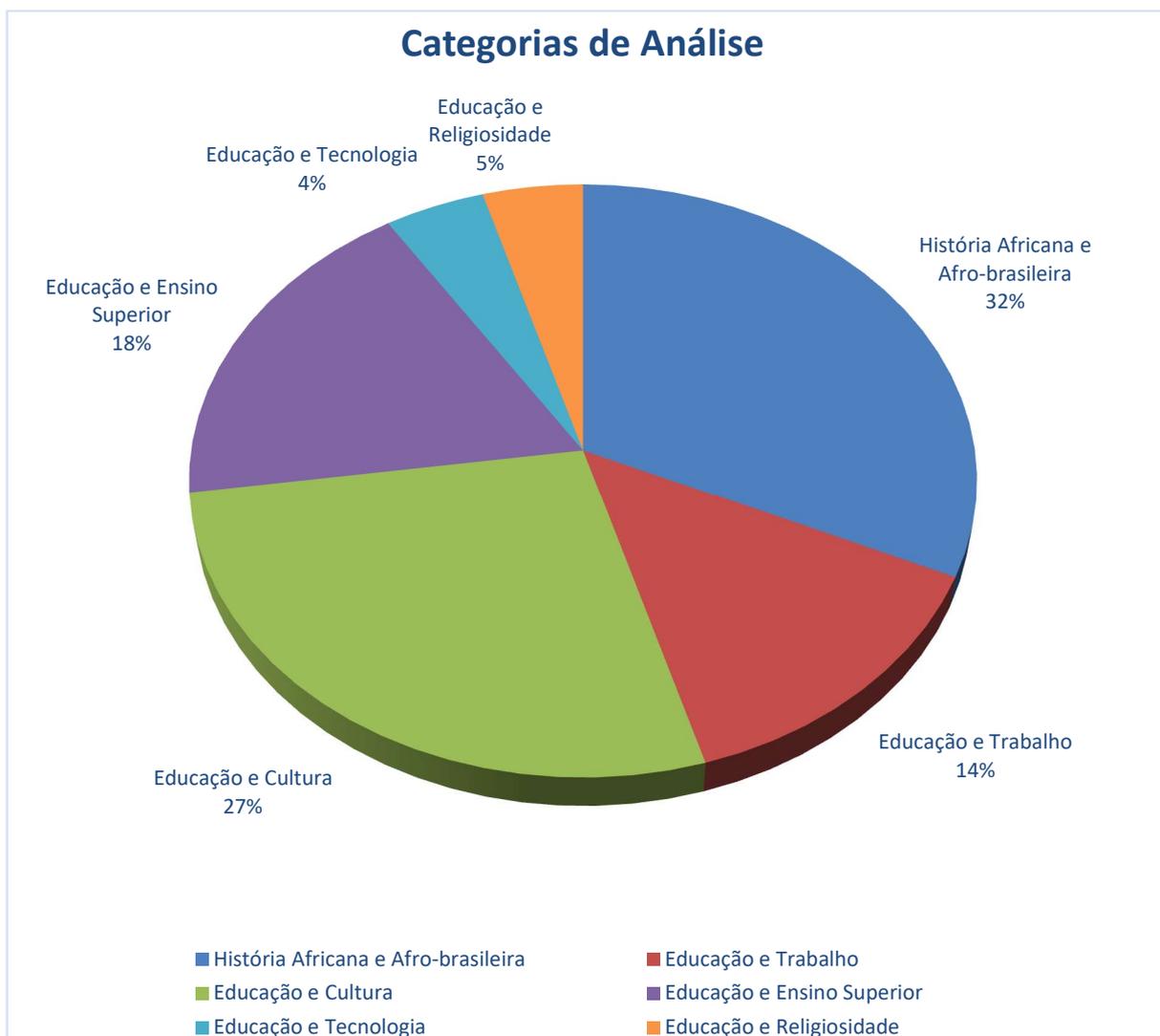


Tabela 3: Categorias de análise produzida pela autora **Fonte:** Dados da pesquisa.

Pelas categorias de análise, percebemos que os fundamentos de Abdias Nascimento para a educação antirracista expressos na obra *O Quilombismo*, têm maior ênfase no ensino da História Africana e Afro-brasileira e na Cultura Africana e Afro-brasileira. Em sequência, temos a concentração de fundamentos para a área de Educação e Ensino Superior e Educação e Trabalho. Por último, o autor apresenta um menor número de fundamentos para a Educação e Religiosidade e Educação e Tecnologia, ambas categorias podem ser desenvolvidas a partir das categorias dominantes como a tecnologia no campo do trabalho e ensino superior e a religiosidade no campo da Cultura.

Espero com este trabalho contribuir para o escopo de pesquisas sobre as contribuições do pensamento intelectual de Abdias Nascimento e que acrescente no campo da Educação e das Relações Étnico-Raciais reflexões contribuições que mobilizem ações para a atuação antirracista e que colabore na localização do autor como parte da intelectualidade negra que

conceitua para o campo da educação e das relações raciais. Os fundamentos explanados neste trabalho fazem parte da luta de milhões de brasileiros que estão engajados na luta antirracista. Nascimento com seus pensamentos e propostas formulou um arcabouço de ideias que representam muitas lutas, de movimentos sociais negros, de mulheres, do grupo LGBTQIA+, de atores políticos, de intelectuais negras e negros que vieram antes e após ele.

As reflexões são vozes de muitos de nós que construímos a luta cotidianamente contra o racismo. Abdias não organizou conceitos somente para si, mas construiu um legado intelectual na formação e na luta com tantos outros que fundamentaram e amparam suas lutas e ideias com sugestões, apoio e inspirações. Da mesma forma nossa luta e construção para uma educação antirracista não se baseia apenas em uma só pessoa, um só teórico, mas em toda nossa comunidade que nos fortalece, nos forma, e nos impulsiona para avançar contra os retrocessos que vem sendo alavancados sobre nós.

A construção do pensamento crítico, da ciência, de uma educação transformadora é uma missão e um dever de todos nós, para agirmos coletivamente, pois seja na ciência, na vida ou na luta, ninguém é sozinho/a, somos porque somos todos e todas nós, somos seres coletivos. Avancemos juntos!

REFERÊNCIAS

- ABDIAS NASCIMENTO. **O que falam de Abdias**. 2018. Site. Disponível em <http://www.abdias.com.br/o_que_falam/falam.htm> acesso em 22/04/2021.
- ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Lei 10.639/03. Brasília: janeiro, 2003.
- BRASIL, Lei nº 12.711/12 Brasília: agosto, 2012
- BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Afrocentricidade, educação e poder: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro**. Tese de Doutorado em Educação, 2016. Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo, e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CUSTÓDIO, Túlio Augusto Samuel. **Construindo o (auto)exílio: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981**. 2012. 160 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.
- CUSTÓDIO, Túlio Augusto Samuel. “Caminhos e Trajetos: A trajetória intelectual de Abdias Nascimento durante o período de exílio nos Estados Unidos (1968-1981). **AMPOCS ENCONTRO**, GT33 Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt33-9/2144-tuliocustodio-caminhos/file>
- CORREA, Rubens Arantes. Os Intelectuais: Questões Históricas e Historiográficas – Uma discussão teórica. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 33, p. 395–410, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/27733>. Acesso em: 7 out. 2021.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Apresentação: Historiografia e História Intelectual. **Varia Historia** [online]. 2015, v. 31, n. 56 [Acessado 7 Outubro 2021] , pp. 327-329. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-87752015000200002>>. Acesso em> 7 out. 2021.
- DVD: **Abdias do Nascimento: um afro-brasileiro no mundo**; e National Archive (former National Mint) – ambos parte da coleção da exposição “Abdias do Nascimento – 90 anos Memória Viva”, realizada pelo Ipeafro, Fundação Cultural Palmares, patrocinada pela Petrobrás.
- FILHO, Marcos César Barbosa dos Santos. **O Conceito de Genocídio na História Brasileira: a visão atual de violência e racismo de Abdias do Nascimento**. 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência). Centro Universitário Euro-Americano, Brasília – DF
- FERNANDES, Florestan. BASTIDE, Roger. **Branços e Negros em São Paulo**. Capítulo II - Cor e estrutura social em mudança. Editora Global. [1955] 2008, pp. 91-153.
- FREYRE, Gylberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª Ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas de emancipação**. Petrópolis, R.J: Editora Vozes. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS AFRO BRASILEIRAS- IPEAFRO. Abdias Nascimento. 2018. Disponível em <<http://ipeafro.org.br/personalidades/>> acesso em 22/04/2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso a educação ainda é desigual, 2018. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22842-acesso-a-educacao-ainda-e-desigual>> acesso em 18/11/2018

IPEA. **Reservas de Vagas Para Negros na Administração Pública**. Relatório da Pesquisa., Brasília: Governo Federal, 2016.

MACEDO, Marluce de Lima. **Intelectuais Negros, Memória e Diálogos para uma Educação Antirracista: Uma Leitura de Abdias do Nascimento e Edison Carneiro**. 2013 298 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia, Salvador – BA.

MACEDO, Márcio José. **Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)**. 2005. 284 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo – SP.

MILLES, Tshombe. Abdias Nascimento e a Tradição Intelectual Afrodiaspórica: no Combate ao Racismo. Tradução: LIMA, João Miguel. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48, n. 2, p.106 136, jul./dez., 2017.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3ª ed., São Paulo, Editora Ática, 1993.

MBEMBE, Achille. **A Crítica da Razão Negra**. 3ª ed. Lisboa, Portugal: Editora Antígona, 2014.

LARKIN, Elisa Nascimento. **Grandes Vultos que Honraram o Senado: Abdias Nascimento**. Brasília, DF: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **Combate ao Racismo**, 6 vols. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983a.

_____. **Combate ao Racismo**, 6 vols. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983b.

_____. **Combate ao Racismo**, 6 vols. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983c.

NASCIMENTO, Abdias. Projeto de ação compensatória: Discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. **THOTH**, Brasília, n. 4, Jan/ Bra.1998.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Brasília/Rio: Fundação Cultural Palmares/ OR Editor, (2002) 2ª ed.

NASCIMENTO, Abdias. **O Negro Revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. (org.) **Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro**. São Paulo: Editora 34, 2003.

. _____ . **O Brasil na Mira do Pan-Africanismo**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais/ Editora da Universidade Federal da Bahia EDUFBA, 2002.

_____. **Journal of Black Studies**, ano 11, no. 2 (dezembro de 1980) (número especial sobre o Brasil).

_____ & SEMOG, É. **Abdias do Nascimento: o griot e as muralhas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

PEREIRA, André Luís. **O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento**. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia): Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS.

ROCHA, Gabriel dos Santos. **O negro como tema e sujeito na produção intelectual de Abdias do Nascimento: 1944-1968**. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo- SP

SILVA, Danilo Santos da. **História e Protagonismo Negro: Africanidades, Cultura Histórica e Ensino de História na Trajetória de Abdias Nascimento (1944-1999)**. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em HISTÓRIA). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. “Como educar-se/educar num mundo de crescentes desigualdades?” **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, p. 10-20, jan./jun.2019.

TEDLA, Eleni. **Sankofa, african thought and education**. New York: Peter Lang, 1995, p. 1-41.

SILVA, Rosemere Ferreira da. **Trajetórias de dois Intelectuais Negros Brasileiros: Abdias Nascimento e Milton Santos**. 2010. Tese de Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia.

ZANOTTO, Gizele. (2008). História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. **BIBLOS**, 22(1), 31–45. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/854>